



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

CINTIA HELENICE LÖPER AIRES

**DIMENSÃO ESPAÇO-TEMPORAL DO CRIME PATRIMONIAL DE
ROUBO A PEDESTRE NO CONTEXTO DA CRIMINALIDADE EM
PELOTAS/RS DE 2016 A 2019**

PELOTAS - RS
2021

CINTIA HELENICE LÖPER AIRES

**DIMENSÃO ESPAÇO-TEMPORAL DO CRIME PATRIMONIAL DE
ROUBO A PEDESTRE NO CONTEXTO DA CRIMINALIDADE EM
PELOTAS/RS DE 2016 A 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Dr^a. Erika Collishonn

PELOTAS – RS
2021

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

A297d Aires, Cintia Helenice Löper

Dimensão espaço-temporal do crime patrimonial de roubo a pedestre no contexto da criminalidade em Pelotas/RS de 2016 a 2019 / Cintia Helenice Löper Aires ; Erika Collischonn, orientadora. — Pelotas, 2021.

139 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2021.

1. Crime. 2. Roubo a pedestre. 3. Dimensão espaço temporal. 4. Paisagem. 5. Percepção. I. Collischonn, Erika, orient. II. Título.

CDD : 341.532

CINTIA HELENICE LÖPER AIRES

**DIMENSÃO ESPAÇO-TEMPORAL DO CRIME PATRIMONIAL DE ROUBO A
PEDESTRE NO CONTEXTO DA CRIMINALIDADE EM PELOTAS/RS DE 2016 A
2019**

Dissertação apresentada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

BANCA EXAMINADORA:

.....
Prof.^a. Dr.^a. Erika Collischonn (Orientadora) - Universidade Federal de Pelotas

.....
Prof. Dr. Silas Nogueira de Melo - Universidade Estadual do Maranhão

.....
Prof. Dr. Wagner Barbosa Batella - Universidade Federal de Juiz de Fora

Pelotas, Junho de 2021.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por estar sempre presente na minha vida e por me capacitar na realização da dissertação.

Ao meu esposo Allam e minha filha Antonella por entender a redução de tempo livre disponível a eles.

A minha querida orientadora, Erika Collischonn, que me inspira com sua garra e disponibilidade em apreender o novo para construção dessa dissertação.

A minha grande amiga Ândrea Lenise de Oliveira Lopes, que além do incentivo, apoio e discussão de leituras, me inspira por ser uma mulher, mãe, esposa, competentíssima profissional e ainda amiga.

A Claudia Goularte que juntamente com a Ândrea ascendeu à fagulha para o meu retorno ao mundo acadêmico.

A minha colega e amiga Guarda Municipal Nadia que sem hesitar se dispôs em auxiliar na pesquisa de campo de análise comportamental.

A todos os meus professores da UFPel pelo ensino.

Aos membros da banca que fizeram contribuições importantíssimas para segunda fase desta pesquisa.

Ao Alberto L. Kopittke Winogron que trouxe para Pelotas o projeto Pacto pela Paz com o qual muito aprendi e cresci como profissional.

Por fim, a todos que direta e indiretamente contribuíram de alguma forma na execução deste projeto. Muito Obrigada!

RESUMO

Os dados crescentes de insegurança e de criminalidade incidem diretamente na qualidade de vida, na produção e transformação dos espaços urbanos, influenciando, desta forma, novas formas de apropriação e sociabilidade. Por isso, espaço, paisagem e percepção foram considerados conceitos fundamentais neste estudo, assim como, a Segurança Pública que, no Brasil, passou por um processo de transformação e evolução de seus paradigmas nas últimas décadas, até a chegada da concepção de Segurança Pública Cidadã que trás consigo o protagonismo dos municípios e a segurança pública baseada em evidências científicas, que se consubstancia em fontes teóricas que explicam os fenômenos da criminalidade. Uma contextualização de Pelotas na rede urbana e quanto aos índices de criminalidade também é realizada para, posteriormente, rumar para o objetivo da pesquisa que é a realização de uma análise espaço temporal dos crimes de roubos a pedestres em Pelotas, avaliando fatores que podem influenciar ou facilitar seu cometimento. Os procedimentos metodológicos envolveram: coleta de dados secundários e primários; organização de dados em Sistema de Informação Geográfica (SIG) para as análises espaciais e em planilha eletrônica para outras análises quantitativas; estudos anteriormente realizados também contribuíram qualitativamente. A análise desenvolveu-se em três escalas: escala municipal com foco na sede, escala intraurbana com foco no centro, escala da Praça Coronel Pedro Osório e entorno. Os resultados apontam que, de 2016 a 2019, os padrões temporais de roubos a pedestres em Pelotas foram heterogêneos e o comportamento espacial foi relativamente homogêneo quando relacionado ao Centro. A análise dos segmentos de ruas com maior incidência de casos registrados, juntamente com a aplicação do questionário sobre a percepção de segurança, somados aos mapas comportamentais, apontam para uma consistência das teorias criminais na explicação de parte dos delitos registrados em Pelotas (RS). Nesse aspecto, constatou-se que segurança envolve a percepção, ou seja, nem sempre é preciso haver muitos casos de crimes para que as pessoas se sintam inseguras. Já o esvaziamento de determinados locais ou ruas, não evita que crimes aconteçam e muito menos diminui a sensação de insegurança. Na análise dos segmentos de ruas a paisagem retratada apresenta-se em desacordo com as teorias de espaços seguros, pois não há diversificação de atividades, predominando o uso por estabelecimentos comerciais, em ruas estreitas, com grandes paredes extensas, muros e paradas de transporte público. Alguns desses elementos propiciam lugares de esconderijo para o cometimento de um delito, assim como, não proporcionam relações de pertencimento e cuidado, são locais de uso transitório seja para deslocamento ao trabalho, a estabelecimentos de ensino ou a outros serviços. Por fim, a iluminação precária tanto nas vias analisadas quanto na principal praça da cidade, a Praça Coronel Pedro Osório, corroboram para a ocorrência do crime. Constatou-se que teorias criminais relacionadas ao espaço, amplamente testadas em outras circunstâncias, explicam de algum modo a distribuição do crime na área estudada.

Palavras-chave: Crime. Roubo a Pedestre. Dimensão espaço temporal. Paisagem. Percepção.

ABSTRACT

The growing data on insecurity and crime directly affect the quality of life, production, and transformation of urban spaces, thus influencing new forms of appropriation and sociability. Therefore, space, landscape and perception were considered fundamental concepts in this study, as well as the Brazilian Public Security, which underwent a process of transformation and evolution of its paradigms in the last decades, until the arrival of the concept of Citizen Public Security which brings with it the leading role of municipalities and public security based on scientific evidence, which is substantiated in theoretical sources that explain the phenomena of criminality. A contextualization of Pelotas in the urban network and in terms of crime rates is also carried out to, later, move to the research objective, which is to carry out a temporal spatial analysis of the crimes of pedestrian robbery in Pelotas, evaluating factors that can influence or facilitate your commitment. The methodological procedures involved: collection of secondary and primary data; organization of data in a Geographic Information System (GIS) for spatial analysis and in an electronic spreadsheet for other quantitative analyses; previous studies also contributed qualitatively. The analysis was carried out in three scales: municipal scale focusing on the county seat, intra-urban scale focusing on the central area, scale of Coronel Pedro Osório central public square and surroundings. The results show that, from 2016 to 2019, the temporal patterns of pedestrian robberies in Pelotas were heterogeneous and the spatial distribution was relatively homogeneous when related to the Center. The street segments for which the analysis indicates highest incidences of registered cases, as well as the application of the questionnaire on the perception of safety, added to behavioral maps, point to a consistency of criminal theories in explaining part of the crimes registered in Pelotas (RS). In this aspect, it was found that security involves perception, that is, it is not always necessary to have many cases of crimes for people to feel insecure. The emptying of certain places or streets does not prevent crimes from occurring and, in most cases, increases the feeling of insecurity. In the analysis of the street segments, the landscape portrayed disagrees with theories of safe spaces, as there is no diversification of activities, with a predominance of use by commercial establishments, in narrow streets, with large, extensive walls and bus stops. Some of these elements provide hiding places for the commission of a crime, as well as they do not provide relationships of belonging and care, they are places of transitory use, whether for travel to work, educational establishments or other services. Finally, the poor lighting both on the analyzed streets and on the central public square and surroundings corroborate for theft occurrence. It was found that criminal theories related to space, widely tested in other cities, somehow explain the distribution of crime in the studied area.

Keywords: Crime. Pedestrian robbery. Time-space dimension. Landforms. Perception.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Principais paradigmas que norteiam a Segurança Pública.	30
Figura 2 - Mapa de Localização de Pelotas em relação ao Estado do Rio Grande do Sul e o Brasil, com destaque para área urbana com suas divisões administrativas.	47
Figura 3 - Croqui da Evolução Urbana de Pelotas (RS) de 1815 – 1949.	49
Figura 4 – Croqui com localização dos Empreendimentos imobiliários em Pelotas - 2016...	52
Figura 5 – Áreas de urbanização irregular em Pelotas (RS) – 2013.	53
Figura 6 - Linhas e paradas de ônibus urbanos de pelotas - destaque para área central.	54
Figura 7 - Pelotas no contexto regional e fronteiriço.	55
Figura 8 - Paleta de cores e intervalo para definir dias e horários de maior incidência de registros do crime.	72
Figura 9 - Paleta de cores e intervalo para definir dias e horários de maior incidência de registros do crime no Centro.	72
Figura 10 - Mapa com <i>hotspot</i> de roubos a pedestres de 2016 a 2019.....	80
Figura 11 - Zoom do <i>hotspot</i> do acumulado de roubos a pedestres de 2016 a 2019.....	82
Figura 12 - Mapa representando os segmentos de rua com maior incidência de roubo a pedestres de 2016 a 2019.....	84
Figura 13 – Mapa representativo da integração e segregação dos logradouros de Pelotas e da Praça Coronel Pedro Osório	86
Figura 14 - Segmento da Praça Cel. Pedro Osório (pela Rua Quinze de Novembro).....	88
Figura 15 – Segmento da Rua General Osório (entre Ruas Sete de Setembro e Mal. Floriano Peixoto).....	89
Figura 16 - Segmento da Rua Padre Anchieta (entre Ruas Tiradentes e General Telles).....	90

Figura 17 - Segmento da Rua Doutor Cassiano (entre Ruas Andrade Neves e General Osório).....	91
Figura 18 - Segmento da Rua General Osório (entre as Ruas Francisco Lobo da Costa e Tiradentes).....	92
Figura 19 - Segmento da Praça Cel. Pedro Osório (pela Rua Lobo da Costa).....	93
Figura 20 - Rotas e Pontos de paradas do transporte coletivo urbano, Pelotas.....	94
Figura 21 - Praça Coronel Pedro Osório, Terça-Feira às 10horas.....	101
Figura 22 - Praça Coronel Pedro Osório, Sexta-Feira às 17 horas.....	102
Figura 23 - Praça Coronel Pedro Osório em uma Sexta-Feira às 21 horas	103
Figura 24 - Mapa de registros de roubos a pedestres de jan. a out. 2019.....	107
Figura 25 - Representação cartográfica evidenciando os roubos a pedestres na Praça Coronel Pedro Osório.....	108
Figura 26 – Croqui com grau de visibilidade da Praça Coronel Pedro Osório	112
Figura 27 – Croqui Lumínico da Praça Coronel Pedro Osório	113
Figura 28 - Mapa Comportamental na Praça Coronel Pedro Osório - 09/01/2021	116
Figura 29 - Mapa Comportamental na Praça Coronel Pedro Osório - 10/01/2021	117
Figura 30 - Fotos da Praça Coronel Pedro Osório no mapeamento comportamental	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxas de homicídios dolosos por 100 mil habitantes em pelotas e no Rio Grande do Sul de 2002 a 2019.	59
Gráfico 2 - Taxas de latrocínios por 100 mil habitantes em Pelotas e no Rio Grande do Sul de 2002 a 2019.	59
Gráfico 3 - Taxas de Roubos por 100 mil habitantes em Pelotas e no Rio Grande do Sul de 2002 a 2019.	60
Gráfico 4 - Taxas de Furtos por 100 mil habitantes em Pelotas e no Rio Grande do Sul de 2002 a 2019.	60
Gráfico 5 - Número e taxas de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil (2007 a 2017). .	61
Gráfico 6 - Comparativo das taxas de roubos por 100 mil habitantes de 2017 e 2018 de Pelotas, Rio Grande do Sul e Brasil.	62
Gráfico 7 - Número absoluto de roubos a pedestres em Pelotas de 2016 a 2019.....	77
Gráfico 8 - Linha histórica mensal de roubos a pedestre em Pelotas de 2016 a 2019.....	78
Gráfico 9 - Percentual de roubos a pedestres em Pelotas de 2016 a 2019.....	79
Gráfico 10 - Acumulado da distribuição temporal (Dia X Hora) de roubos a pedestres em Pelotas.....	95
Gráfico 11 - Acumulado da distribuição temporal (Dia X Hora) de roubos a pedestres no Centro.	95
Gráfico 12 - Faixa horária de roubos a pedestres em Pelotas de 2016 a 2019.	98
Gráfico 13 - Histogramas e polígonos das frequências de roubos a pedestres em Pelotas de 2016 a 2019.	100

Gráfico 14 - Quantitativo de pessoas acompanhadas no mapeamento comportamental na Praça Coronel Pedro Osório	114
---	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensão de análise do paradigma de Segurança Cidadã.	31
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados para construção do histograma.....	73
Tabela 2 - Calendário acadêmico da UFPel	97
Tabela 3 - Indicadores criminais distribuídos por região administrativa e Praça Coronel Pedro Osório.	104
Tabela 4 - Distribuição de roubos a pedestres de acordo com dia da semana e horário na Praça Coronel Pedro Osório.	105
Tabela 5 - Percepção de segurança na Praça Coronel Pedro Osório em 2019.	110
Tabela 6 - Fatores que contribuem para insegurança na Praça Coronel Pedro Osório em 2019.	111

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP	Área de Concentração Populacional
AUSUL	Aglomerado Urbano do Sul
CPTED	Prevenção do Crime através do desenho ambiental
COREDE	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
ENAFRON	Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras
GGI M	Gabinete de Gestão Integrada Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFSul	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
SENASP	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SSP	Secretaria da Segurança Pública do Estado
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
SMGCMU	Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana
UTM	Universal Transversa de Mercator
ITEPA	Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A Mapas com os cenários de roubos a pedestres dos anos de 2016 a 2019.

APÊNDICE B Questionários aplicados para verificação da Percepção de Segurança na Praça Coronel Pedro Osório.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Justificativa	14
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo geral.....	15
1.3 Estrutura do Trabalho	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1 A perspectiva geográfica da análise	18
2.1.1 Espaço e paisagem.....	18
2.1.2 Percepção da paisagem.....	20
2.2 A criminalidade no contexto atual	22
2.2.1 Crime	23
2.2.2 Violência.....	23
2.2.3 Violência Urbana.....	25
2.3 A Segurança Pública e o paradigma da Segurança Cidadã	26
2.3.1 Perspectivas de Segurança Pública Cidadã	30
2.3.2 Segurança Pública baseada em Evidências	32
2.3.3 A municipalização da Segurança Pública no Brasil	33
2.3.4 Direito à Cidade, Segurança Pública no Brasil, fatores sociais como causa a criminalidade.....	36
2.4 Teorias sobre Espaços Urbanos Seguros.....	37
2.4.1 Espaço Defensável (<i>Defensible Space</i>)	38
2.4.2 Teoria Prevenção do Crime através do Desenho Ambiental.....	39
2.4.3 Prevenção Situacional.....	40
2.4.4 Sintaxe Espacial.....	41
2.4.5 Psicologia Ambiental.....	42
2.4.6 Especificidades brasileiras na concepção de espaços seguros.....	43
3 A CIDADE DE PELOTAS NO CONTEXTO DA PESQUISA.....	46
3.1 A estruturação da cidade de Pelotas	48
3.2 Pelotas e sua inserção regional	54
3.3 Criminalidade em Pelotas	58
3.3.1 Taxas criminais de Pelotas em relação às do estado e panorama do país	59

4	METODOLOGIA	64
4.1	Seleção do Objeto de Estudo	64
4.1.1	Critérios para seleção e delimitação do objeto de estudo	64
4.1.2	Caracterização da área selecionada	65
4.2	Procedimento de Investigação	65
4.3	Técnicas para obtenção e tratamento de dados	66
4.3.1	Dados criminais	67
4.3.2	Bases cartográficas	67
4.3.3	Estudos já realizados	67
4.3.4	Levantamento de campo	68
4.3.4.1	<i>Levantamento físico</i>	68
4.3.4.2	<i>Questionários</i>	70
4.4	Análise Estatística.....	71
4.5	Análise Espacial	73
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	76
5.1	Distribuição do Crime	76
5.2	Distribuição Espacial.....	79
5.3	Distribuição Temporal	94
5.4	Percepção de Segurança.....	100
5.4.1	Perfil dos respondentes	103
5.4.2	Resultados e Discussão.....	104
5.4.3	Relações entre ocorrência de crimes e percepção de segurança.....	109
5.4.4	Mapa Comportamental	114
6	CONCLUSÕES	119
	REFERÊNCIAS	123
	APÊNDICES.....	132

1 INTRODUÇÃO

Segundo Melo (2017), baseado nas teorias de criminólogos, o crime detém quatro dimensões principais, sendo elas: a dimensão legal, ligada a criação, manutenção e interpretação das leis; a dimensão do ofensor (criminoso/delinquente), atrelado com as motivações e suas mudanças com o tempo; a dimensão da vítima, atenta com o porquê determinados grupos e lugares em particular se tornam vítimas do crime; e por fim, porém não menos importante, a dimensão espacial ou situacional, que está preocupada com os pormenores dos aspectos espaço-temporais do crime. A pesquisa que aqui se apresenta atenta para a dimensão espaço-temporal do crime sem, contudo, desprezar as outras dimensões no momento da interpretação e análise dos resultados.

Pelotas é uma das municipalidades do Rio Grande do Sul que implantou, em 2017, um programa amplo de controle da criminalidade, por meio de uma parceria que se realiza entre Prefeitura Municipal de Pelotas e o Instituto Cidade Segura¹ como cooperador técnico, apoiados financeiramente pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público *Comunitas*². A primeira ação desta parceria foi a realização, em 2017, de um detalhado diagnóstico, que envolveu registros criminais, informações sobre violência e fatores de risco, somados a uma pesquisa de vitimização. O processo engajou diversos atores institucionais com o objetivo de elaborar um Plano Municipal de Segurança Pública e Prevenção à Violência, que recebeu o nome de Pacto Pelotas Pela Paz. Esse plano, implementado no segundo semestre de 2017, é formado por um conjunto de programas de prevenção social e de aplicação da lei, voltados para atuar sobre os principais problemas identificados no diagnóstico, utilizando como referência programas internacionais com evidências científicas de efetividade.

¹O Instituto Cidade Segura é uma organização da sociedade civil, que tem por objetivo difundir uma concepção de Segurança Pública e Prevenção a Violência Baseada em Evidências, isto é, utilizando apenas metodologias que já tenham sido avaliadas e demonstrem resultados positivos (<https://institutocidadesegura.com.br/>).

² A OSCIP Comunitas foi fundada pela ex-primeira-dama Ruth Cardoso e se define como organização da sociedade civil brasileira que tem como objetivo contribuir para o aprimoramento dos investimentos sociais corporativos e estimular a participação da iniciativa privada no desenvolvimento social e econômico do país. Tem histórico de parcerias com gestões do PSDB.

A partir deste diagnóstico, um dos problemas levantados foi o grande número de crimes patrimoniais na região administrativa centro. Tal fato definiu o recorte espacial da pesquisa que aqui se apresenta, que procura abordar geograficamente o tema, no sentido de responder algumas perguntas: O que enunciam as teorias criminais relacionadas ao espaço para este tipo de crime? Qual a relação das ocorrências criminais com os fixos e fluxos nesta área central? O quanto intervenções integradas realizadas com vistas à melhora estratégica e sistemática dos espaços públicos impactaram sobre estas ocorrências? Para isso são utilizadas estatísticas oficiais do Observatório de Segurança Pública de Pelotas, as potencialidades dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e, ainda, documentos já produzidos sobre a área de estudo.

Ainda carece dizer que a pesquisadora envolvida nesta investigação faz parte da equipe do Observatório de Segurança Pública de Pelotas desde sua implantação e construiu junto e assessorada pela consultoria do “Instituto Cidade Segura” a metodologia de trabalho para acompanhamento e análise dos indicadores criminais e dos projetos sociais implantados pelo Pacto Pelotas pela Paz. Essa relação de trabalho foi constituída em razão de ser Guarda Municipal, sendo assim, servidora da área de segurança pública, como também, por possuir graduação em geografia, fatores esses relevantes para o processo de trabalho constituído. Isso explica também o recorte temporal da pesquisa, que acompanha dados anteriores e posteriores a implantação do Pacto Pelotas pela Paz.

1.1 Justificativa

Nos países da América Latina que apresentam altas taxas de assassinatos, estupros e tráfico de drogas, como já foi observado por Melo (2017), normalmente, a geografia do crime se volta para estes temas, enquanto a investigação da dimensão espacial dos crimes patrimoniais ainda é pouco explorada. Enquanto isso, países da América do Norte e Europa já tem maior domínio em pesquisas na área. Assim, partimos da conjectura que no Brasil, a investigação da dimensão espaço-temporal do crime patrimonial ainda carece de contribuições.

As análises do crime, violência e suas consequências são foco da área da Segurança Pública. Essa foi analisada por Freire (2009) e Xavier (2012) que fizeram uma investigação das últimas cinco décadas, destacando a evolução da sua linha histórica e os paradigmas que nortearam as políticas públicas de segurança. Mostrando que esses paradigmas não

permaneceram inalterados até a chegada do período atual, quando surge a questão da municipalização da segurança pública e as possíveis ações de enfrentamento da criminalidade, juntamente com o paradigma de segurança pública baseada em evidências. Como contribuição para geografia do crime e subsídios para implantação de políticas públicas pensadas na questão municipal, a presente pesquisa pretende contribuir para compreender a influência de características físico-espaciais na ocorrência de roubos a pedestres na região administrativa Centro.

A valorização da dimensão espaço-temporal da criminalidade se justifica em razão da importância do tema para a construção de políticas públicas ligadas a área de Segurança Pública e como contribuição científica para a academia. Além de ser relevante como aperfeiçoamento pessoal, uma vez que esta que vos escreve, além de licenciada em geografia é profissional da área de segurança pública e trabalha diretamente com análises criminais e suas relações com espaço e tempo, em um projeto que busca a construção de políticas públicas não só para área de segurança, mas também compreendendo que esta, está atrelada a outras áreas não menos importantes na prevenção de índices criminais, como saúde, educação e assistência social. Portanto, a proposta de pesquisa está engajada em problemas e necessidades da sociedade.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa é realizar uma análise espaço temporal dos crimes de roubos a pedestres, avaliando fatores que podem influenciar ou facilitar seu cometimento. Para tal serão analisados os crimes registrados na Região Administrativa Centro da cidade de Pelotas/RS de 2016 a 2019.

1.2.2 Objetivos específicos

- Compilar argumentos referentes às teorias sobre a relação entre criminalidade e espaço;
- Identificar padrões de distribuição espacial das ocorrências criminais de roubo a pedestre em Pelotas (RS) de 2016 a 2019.

- Analisar a dinâmica temporal dos registros do ilícito para o mesmo período, destacando: os dias e horários das ocorrências, o período do mês;
- Interpretar características urbano-espaciais e temporais que indicam interferência e/ou influencia a distribuição espaço-temporal de roubo a pedestre no Centro de Pelotas;
- Comparar a distribuição espaço-temporal de crimes registrados no ano de 2019, com a percepção de segurança dos moradores de Pelotas e usuários da Praça Coronel Pedro Osório.

1.3 Estrutura do Trabalho

A presente pesquisa foi organizada e dividida, incluindo a introdução, em seis capítulos. Neste primeiro foi apresentada uma breve inserção do tema, com a justificativa e os objetivos da pesquisa.

O segundo capítulo, apresenta o referencial teórico. Nele prezou-se por apresentar os principais conceitos e teorias que permeiam a geografia do crime. Parte da concepção da paisagem, percepção e do espaço geográfico na análise situacional, para buscar a conceituação e diferenciação de conceitos envolvidos na análise, como: crime, criminalidade e criminologia; assim como da violência, discorrendo sobre a violência urbana, descrevendo essas em níveis e divisões ou tipos. Também se apresenta uma evolução temporal da Segurança Pública e seus paradigmas, enfatizando a perspectiva de segurança pública cidadã, que traz consigo a segurança pública baseada em evidências e a municipalização da segurança pública, também tratadas neste capítulo. Por fim, foram abordadas as principais teorias sobre espaços urbanos seguros, buscando embasamento para construção desta pesquisa.

No terceiro capítulo, foi caracterizada a área de estudo, considerando o histórico de constituição da cidade, a dinâmica de seu espaço atual e suas características socioeconômicas. Ainda nesta parte, foi apresentada a criminalidade em Pelotas, com dados das taxas criminais por 100 mil habitantes, de crimes contra a vida e crimes contra o patrimônio e estas taxas foram comparadas com as taxas do Rio Grande do Sul e do Brasil como um todo.

O quarto capítulo foi reservado a apresentar os procedimentos metodológicos da pesquisa. Primeiramente tratou-se da seleção do objeto de estudo especificando os critérios de seleção e a delimitação, assim como a caracterização da área selecionada. Na sequência, foram apresentados os métodos e técnicas de obtenção e tratamento de dados, passando por dados criminais, base cartográfica e levantamento de campo, para então entrar na análise estatística e espacial.

O quinto capítulo trata da análise dos resultados apresentando a distribuição do crime (espacial e temporal) de roubo a pedestre no município de Pelotas, com espacialização para a sede e ênfase na região administrativa Centro. Também foi retratado o resultado da aplicação do questionário que visou analisar a percepção dos moradores de Pelotas e usuários da Praça Coronel Pedro Osório em relação à segurança do local, mostrando o perfil dos respondentes, resultados e discussões e as relações entre a ocorrência de crimes e percepção dos respondentes. Somados a análise comportamental dos transeuntes e sua relação com a Praça Coronel Pedro Osório que foi retratada em mapas comportamentais. As considerações finais estão apresentadas no sexto capítulo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico foi construído visando o entendimento de fatores e características que permeiam a análise proposta, tendo como fio condutor a busca para a resposta de como o crime de roubo a pedestre se comporta no espaço urbano de Pelotas, em especial na região administrativa centro. Deste modo, este capítulo buscou tratar de temáticas que dessem suporte a essa análise. O capítulo se inicia com a discussão de concepções que propiciam a análise numa perspectiva geográfica. Inicialmente, na criminologia buscou-se referências para distinção terminológica para a pesquisa, no que se refere a crime e violência, e ainda da sua relação com a Segurança Pública. Por fim, percorre-se as teorias que abordam as questões relacionadas ao cometimento de crimes e sua relação com o espaço.

2.1 A perspectiva geográfica da análise

O estudo realizado em Campinas por Melo (2017) teve como foco a dimensão *espacial* (ou situacional), relativa aos aspectos espaciais e/ou temporais do crime. Percebe-se na argumentação do autor sua preocupação em mostrar ao leitor que um estudo geográfico deveria ir além de uma simples localização das ocorrências criminais, ao usar a expressão “situacional” para dar mais densidade ao termo espacial. As concepções de espaço, paisagem e percepção adotadas no trabalho contribuem para ampliar esta densidade.

2.1.1 Espaço e paisagem

Entende-se, portanto, fundamental reforçar o que a geografia concebe por dimensão espacial, em suma, o que é o espaço como objeto de estudo da geografia? A natureza do espaço geográfico, como entendido neste trabalho, tem pelo menos três componentes: uma geométrica, uma eminentemente social e uma terceira que é o fato de ser essencial à vida humana.

A componente do espaço tradicionalmente atribuída a geografia, segundo Bavoux (2010), é a sua geometria: a extensão, o espaçamento ou a distância entre os objetos no seu interior e dele para outros espaços. De um ponto estritamente geométrico, o espaço é, então, uma extensão contínua formada por um conjunto de pontos, cada qual com suas coordenadas ortogonais (Latitude, Longitude e altitude). Esse espaço, dito euclidiano, fornece ao ser humano as referências de localização que ele necessita para se situar e se deslocar no espaço. Todo objeto ocupa uma porção mensurável do todo, com uma implantação específica. Pode-se pensar então o espaço como um suporte em correspondência a superfície terrestre, como um substrato a propósito do qual os geógrafos colocam a questão: Onde? Este componente do espaço geográfico é fundamental no estudo da criminalidade, principalmente, quando se entende que esta localização não tem existência em si, dependente dos elementos (objetos) que o espaço acolhe e dos processos que nele se desenvolvem.

Em continuidade, escreve Bavoux (2010), o espaço geográfico só existe a partir daquilo que o preenche e é difícil pensá-lo sem este conteúdo. Nenhuma comunidade poderia funcionar e perdurar sem transformar a extensão que ela ocupa em espaço organizado, sem gerar nele ligações interativas e sem nele introduzir a matéria, as formas, o sentido e a afetividade. Não existe sociedade, mesmo a mais rudimentar, que não estruture seu espaço segundo modalidades e processos próprios, em função de lógicas e de princípios finalistas.

Não é surpreendente que o espaço constitua um ingrediente tão precioso, frequentemente tão especial, que é objeto de tensões e concorrências e que denota poder àqueles que estão à frente dos meios e mecanismos de controle territorial. Em função disso, ao longo da história muitas porções do espaço foram submetidas a avides possessivas, individuais ou coletivas. Isso também ocorre no interior das cidades e tem uma relação muito próxima com a criminalidade, porque esta resulta em parte por disputas de poder e de poder sobre o espaço.

A despeito disso, toda sociedade por suas práticas, seus usos, seus valores e suas representações, transforma uma extensão qualquer, num espaço personalizado, cheio de ações e intenções. Isso também afeta as ações e intenções relacionados ao cometimento de crimes, tanto no que se refere ao ato criminoso, quanto às transformações físicas e urbanísticas oriundas dessa ação. Estas ações e intenções criam localizações mutantes, mais ou menos duradouras que se tornam visíveis na paisagem.

As mutações da paisagem podem ser estruturais ou funcionais e, como escreveu Santos (1988), para a geografia, paisagem é um recurso analítico, na verdade, não há paisagem parada.

A paisagem é materialidade, formada por objetos materiais e não-materiais. A vida é sinônimo de relações sociais, e estas não são possíveis sem a materialidade, a qual fixa relações sociais do passado. Logo, a materialidade construída vai ser fonte de relações sociais, que também se dão por intermédio dos objetos (SANTOS, 1988, p.25).

A transformação ou mutação da paisagem, como diz Santos (1988), pode resultar de uma mudança estrutural que acaba “envelhecendo” as formas física e socialmente. O envelhecimento físico estaria associado ao desgaste de materiais, proporcionando em determinados momentos uma mudança brutal nas formas, já o social estaria relacionado ao desuso ou ainda desvalorização, aliada a preferência social de outras formas.

A transformação ou mutação da paisagem também pode resultar de uma mudança funcional, ou seja, os objetos, individualmente, podem mudar suas funções, podem ser substituídos para atender novas funções, ou ainda, um sistema de objetos pode ser sujeito a diferentes relações sociais. Como escreve Santos (1988, p.25), “uma mesma rua pode servir a funções diferentes em distintos momentos”.

Segundo Caldeira (2011) assiste-se, contemporaneamente, a uma alteração marcante na qualidade do espaço público e no significado que a noção de público adquiriu na emergência da vida moderna. A autora reconhece "regras que organizam o espaço urbano [...] basicamente padrões de diferenciação social e de separação" (p. 211). Constatou também que, nas últimas duas décadas, as formas de relacionamento urbano têm sofrido transformações significativas, marcadas pela proximidade espacial entre grupos heterogêneos que, no entanto, estão cada vez mais separados socialmente. A materialidade dessa separação manifesta-se na paisagem pela presença de muros (não apenas físicos, mas também simbólicos) e pela utilização de tecnologias de segurança e de distanciamento social cada vez mais sofisticadas.

2.1.2 Percepção da paisagem

O termo paisagem, tratado na seção anterior, é um recurso analítico muito utilizado na geografia, contudo, Santos (1998) lembra que é preciso ater-se ao fato de que:

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato (SANTOS, 1998, p.22).

Então, ainda que tanto geógrafos como arquitetos tivessem formação para ler a paisagem o que o primeiro vê pode ser distinto do que vê o segundo. E, a pessoa que não teve educação formal na área, ainda vê e percebe de outro modo. Del Rio (1995) destaca a importância da percepção da paisagem.

A percepção é um processo mental através do qual nos relacionamos com o mundo, a partir de sensações transmitidas ao cérebro pelos cinco sentidos. Esse processo é seletivo, ou seja, nossa mente conscientiza-se apenas de parte dessas sensações, e a visão é o sentido que mais se destaca (DEL RIO, 1995, p. 94).

Para o problema da insegurança quanto ao crime nas cidades e das suas consequências no uso e configuração dos espaços urbanos, são referência os estudos na área da Psicologia Ambiental e da Geografia da Percepção.

Em 1974, na obra intitulada “Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente”, Tuan apresentou um paradigma para os estudos geográficos valorizando a relação entre o espaço e as pessoas, envolvendo as questões de percepção, cultura e relações sociais. Nesse contexto, a insegurança aparece diretamente ligada a percepção e ao medo de ser vítima de algum tipo de violência e está atrelada, de acordo com Tuan (2005), à fase da vida adulta e ao mundo moderno. Para o autor o medo vem acompanhando o ser humano por toda sua existência e é sentido de forma singular por cada indivíduo, entretanto na etapa da vida adulta o medo à violência aparece como um dos principais temores.

Para Tuan (1980) estilos de vida diferentes acarretam padrões espaciais diversos e a forma que as pessoas respondem ao ambiente urbano depende de múltiplos fatores. Nas palavras do autor “A imagem urbana é uma para o executivo pendular e outra bem diferente para a criança sentada na escada de entrada de um bairro pobre ou para o vagabundo (sic) que dispõe de tempo, mas de quase mais nada” (TUAN, 1980, p. 259).

O medo do crime refere-se à ansiedade em relação à sua ocorrência ou em relação aos indicadores que os indivíduos relacionam à criminalidade (FERRARO, 1995). Jacobs (2011) escreve que, frequentemente, atribui-se aos grupos minoritários, aos pobres e aos marginalizados a responsabilidade pelos perigos urbanos, no entanto, a questão de delinquência e criminalidade é mais profunda e complexa, tanto nas áreas de periferias das cidades de pequeno porte, assim como nas metrópoles.

O medo do crime tornou-se um campo particular de estudo em criminologia. Na verdade, esse medo está intimamente relacionado à dimensão perceptiva do crime urbano, que precisa ser mapeada analiticamente em relação à estrutura e padrões espaciais, atributos funcionais e morfologia urbana. O medo do crime tem sido reconhecido como mediador entre as características da vizinhança e resultados de bem-estar e saúde mental da população.

Assim, o medo do crime pode fazer diminuir o uso do ambiente construído por parte da sociedade; pode ser especialmente alto em locais específicos que não são necessariamente perigosos ou distinguíveis com um alto nível de incidência de crimes. Dessa maneira, o medo do crime é um aspecto a ser considerado na criminalidade, e segundo Jacobs (2011), a percepção do crime em ambientes urbanos não é necessariamente consistente com a quantidade documentada de ocorrências relatadas.

Mas, antes de discorrer sobre a espacialização e percepção do crime se faz necessário buscar na área da criminologia o entendimento do que é crime, criminalidade e violência, além de contextualizar diferentes paradigmas que envolvem a segurança pública.

2.2 A criminalidade no contexto atual

A criminalidade e a violência envolvem muitas questões, da psíquica a social e econômica, trazendo consequências sobre o bem-estar social e um aumento dos gastos públicos e privados com segurança. Para dar conta dessas demandas um conjunto de disciplinas estuda as transgressões de usos e costumes, e leis que regulam a vida em sociedade, sendo elas: psicologia, sociologia, antropologia e filosofia. Na interseção dessas diferentes disciplinas está a criminologia que pode ser definida como a área de estudo que trata o fenômeno criminal numa abordagem multidisciplinar buscando descrever, compreender e explicar as características do crime e da criminalidade (CUSSON, 2005).

Percorre as teorias que procuram analisar o crime, a criminalidade, o criminoso e a vítima com olhares que transitam, normalmente, entre a sociologia, psicopatologia, psicologia, religião, antropologia e política. A pesquisa sobre a distribuição espacial do crime sempre esteve presente na criminologia e está num momento de valorização, pela possibilidade de se trabalhar com dados cada vez menos agregados.

Nesta seção discorre-se primeiramente sobre o conceito de crime e suas categorias, na sequência, conceitua-se violência pela relação que normalmente apresenta com vários tipos de crimes. Por fim, discute-se o termo segurança pública e os paradigmas que nortearam a mesma no país nos últimos cinquenta anos.

2.2.1 Crime

O crime é caracterizado por um ato que causa dano a um bem jurídico tutelado, que é protegido pela lei, podendo ser contra a vida ou contra o patrimônio. É uma atitude que pode ser cometida por uma pessoa ou por um grupo, tendo essa ação consequências punitivas, aplicação de uma pena. O crime para Melo (2017) é um conceito jurídico que pode ser compreendido como um subgrupo das variadas formas de violências.

Complementa Xavier (2012).

A conceituação de crime envolve toda a ação ou omissão antijurídica praticada pelas pessoas enquanto fenômenos individuais de violação de leis penais, a qual se procura evitar, através de definição de uma punibilidade, por se constituir em ofensa, dano ou perigo ao conjunto de bens jurídicos individuais ou coletivos (XAVIER, 2012, p. 50).

De maneira geral os crimes são reunidos em dois grandes grupos, podendo ser classificados, com fim econômico, sendo denominados crimes contra o patrimônio (roubos e furtos) e os crimes que partem de motivações pessoais, sendo esses classificados como crimes contra a pessoa (Homicídios, Femicídios, entre outros). De acordo com Batella e Diniz (2010), esses últimos, principalmente os homicídios dolosos, são mais presentes em áreas economicamente menos favorecidas ao contrário dos crimes contra o patrimônio que tem maior recorrência em regiões onde os indivíduos possuem maior poder aquisitivo.

2.2.2 Violência

A violência é um termo que deve ser entendido num determinado contexto histórico, portanto, o que anteriormente poderia não ser considerado violência hoje o é. A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua violência como "o uso intencional de força física ou poder, real ou ameaçados, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação". (RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE, 2002, p.5).

Complementa Xavier (2012), dizendo que a violência é o uso excessivo da força por meio de um comportamento agressivo, intolerante que causa danos às pessoas, seres vivos e bens. Ainda ressalta que podem ser elencados três tipos de violências como sendo as mais

praticadas no Brasil, são elas: violência familiar, violência institucional e violência patrimonial.

Embora o grupo reconheça que a inclusão de "uso do poder" em sua definição expande a compreensão convencional da palavra, transformações ocorridas a partir dos anos 60 e 70, para Wiewiorka (1997), são tão significativas que explicam a nova concepção de chegada de uma nova era, e com ela um novo paradigma de violência. Esse novo período trata não somente das manifestações do fenômeno, mas também das suas representações e maneira como as ciências sociais o abordam. Desta forma, a ideia de um novo paradigma de violência está alicerçada nas mudanças dos significados, nas percepções e no modo de abordagem desta.

Para Santos (2002) há uma disseminação das diferentes formas de violências nas sociedades contemporâneas, violências essas distribuídas pelo espaço social, mediante uma ótica ligada a conflitualidade no espaço-tempo. Esta deve ser analisada no contexto dos efeitos do processo de globalização da sociedade e da economia, que produzem mudanças na estrutura e no espaço social, desencadeando novos conflitos sociais e novas composições de conflitualidades.

A ampliação dos processos estruturais de exclusão social provavelmente venha ocasionar a expansão das práticas de violências como norma social, em diversos grupos buscando formas de resolução de conflitos, meio de aquisição de bens materiais ou ainda como forma de obtenção de prestígio social. Complementa Minayo (1993) quando diz que:

A violência apresenta-se, nesta década [1990-2000], como fenômeno cujas facetas são objeto de apreensão no cotidiano, pelo desencadeamento de temor generalizado aos assaltos, sequestros e assassinatos. Ela também passa a ser objeto de reflexão por parte de várias áreas do saber, entre elas a Saúde Pública, pelo papel que assume diante da morbi-mortalidade, vitimizando crianças, jovens, adultos e idosos indiscriminadamente (MINAYO, 1993, p. 65).

A análise da violência, para Hassner (1995), pode ser percebida em três níveis: internacional, estado nacional, e sociedade. O primeiro nível, resulta da globalização e mundialização de investimentos e fluxos financeiros e de suas ligações diretas com a fragmentação cultural e social, que contribuem para disseminação de violências. O aparelhamento de Estado, que traz consigo o monopólio da violência física legítima, por enfraquecimento acaba sendo corrompido, tornando-se ineficaz e deslegitimado, em virtude de suas próprias carências, deixando de cumprir seu papel e se apresentando como mais uma fonte de insegurança. Passando para as sociedades, nas quais as violências devem ser vistas a partir das mediações e esgotamentos das relações sociais. Já para Wiewiorka (1997), existe um

quarto nível, em que o indivíduo seria incluído devido ao fenômeno contemporâneo que agregou peso sobre a produção da violência, o crescimento do individualismo moderno.

As formas de violência estão presentes em maior ou menor grau e intensidade em todos os grupos sociais, assim como em todas as regiões do país, para Ferreira e Pena (2005), ela sempre existiu em todas as sociedades, aparece como meio para resolver conflitos sejam eles entre pessoas, na própria família, no local de vivência ou ainda em escala macro, entre países.

2.2.3 Violência Urbana

Para Silva (2004) a violência urbana indica um conjunto de práticas que são consideradas como ameaça a duas condições básicas do sentimento de segurança que permeiam o cotidiano das pessoas, sendo elas: a integridade física e a garantia patrimonial. Ainda para o autor, a violência urbana expressa um modo de vida fundada pelo uso da força como princípio organizador das relações sociais e tem como indicação a desordem e a ineficácia regulatória do Estado.

O uso generalizado de violência por criminosos, segundo Silva (2004), é um indicativo que o Estado perdeu o seu monopólio e controle sobre ela, embora ele ainda continue a mantendo formalmente. A relação entre a ordem pública e a criminalidade passa por uma profunda crise de autoridade que gera impunidade e corrupção, tornando ineficiente o funcionamento das agências estatais. Por outro lado, há o crescimento do crime violento organizado, que somado à falta de controle estatal permite o crescimento da criminalidade, afetando de forma mais direta as áreas desamparadas, especialmente periferias e favelas.

Santos (2002), diz que no início do Século XXI, as conflitualidades das formas de violências, das transformações do crime, da crise das instituições de controle social e dos conflitos sociais, se configuram pelo nascimento de novas formas de ações coletivas, com lutas sociais. As transformações e o aumento dos processos estruturais de exclusão social trazem consigo a expansão das práticas de violência contemporânea. Essas aparecem muitas vezes como modo de resolução de conflitos, como meio para aquisição de bens materiais e ainda como forma de aquisição de prestígio social.

De acordo com Santos (2002), no Brasil, observou-se a disseminação da violência criminal, inclusive uma mudança das formas de delitos e de violência. Para Adorno (2002) houve o crescimento da delinquência urbana, em particular, dos crimes contra o patrimônio e

dos homicídios dolosos. O surgimento do crime organizado, particularmente o tráfico internacional de drogas, modificou os modelos pré-existentes e o perfil da delinquência urbana. Somam-se as graves violações de direitos humanos, que comprometem a política democrática e ainda crescem os conflitos de vizinhança com desenlaces fatais.

Nas últimas décadas, com o novo cenário de violência configurado, tem-se intensificado a questão de insegurança pessoal, desta forma as populações urbanas percebem as dificuldades das agências de controle e repressão ao crime. Neste sentido, a ineficácia dos aparelhos de manutenção da ordem pública, muitas vezes relacionadas a problemas econômicos e de formação pessoal, somada à variável de impunidade e corrupção são elementos causais importantes para a disseminação das violências.

À medida que o crime, e mais especificamente o crime violento organizado, aparece como resultado da ineficácia dos controles estatais em suas várias instâncias, favorecendo a adoção de comportamentos desviantes, segue-se como consequência lógica o suposto de que tais condutas poderiam ser canceladas, inviabilizadas ou ao menos reduzidas a proporções toleráveis pela manipulação de variáveis institucionais (SILVA, 2004, p. 64).

O debate em torno de políticas de segurança mais eficientes e democráticas que se articula a partir dessa é extremamente relevante no que se refere à diminuição ou controle de crimes e violências.

2.3 A Segurança Pública e o paradigma da Segurança Cidadã

A Segurança Pública, segundo Xavier (2012), possui uma nomenclatura de natureza política, administrativa e social, e deve compreender mais do que a ausência de conflitos violentos em uma nação. Ela traz no seu seio a política pela segurança, chamando as dimensões dos direitos fundamentais do ser humano, da governança pela paz e democracia, juntamente com a distribuição social do crescimento econômico, representada por diferentes políticas públicas e pela participação da sociedade civil. Ainda segundo o autor a Segurança Pública é a garantia de que cada ser humano terá a liberdade de escolha de um conjunto de oportunidades para alcançar seu potencial individual, por meio da construção coletiva enquanto resultado da vontade, organização e mobilização da sociedade.

De acordo com Xavier (2012), documentos da ONU referentes ao século XX sintetizam o processo civilizatório, que concluem que a humanidade passa por um processo de evolução, sendo cada vez mais inteligente e por consequência menos violenta. Ele se embasa nas concepções do psicólogo canadense e professor de Harvard, Steven Pinker, que

argumenta que o aumento da inteligência reflete em pontuações médias cada vez maiores de testes de raciocínio abstrato, e o incremento da empatia entre os seres humanos propiciaram um declínio da barbárie nos últimos séculos.

Apesar do sentimento atual da sociedade, de estar cercada pela violência, Pinker (2013) e entrevista na Edge Master Class (2011) discorre que em séculos anteriores a situação era muito pior, cita os impérios em colapso, conquistadores maníacos e invasões tribais. Os estudos da arqueologia forense e da demografia sugerem que em torno de 15% dos indivíduos nas sociedades ditas “pré-estatais” tinham morte violenta, uma proporção cinco vezes maior à registrada no século XX, apesar das guerras, genocídios, crises de fome e violência urbana. Pinker vê esse declínio como sendo parte de um processo civilizatório.

As mudanças e evolução também ocorreram na Segurança Pública, primeiramente numa ótica na qual a função maior do Estado seria de prestar segurança aos cidadãos, lhes garantido os direitos fundamentais, principalmente a incolumidade física e moral. Nessa ótica, o conceito de Segurança Pública estava ligado ao poder de polícia, estando os pilares da ordem pública, vinculados a ordem interna dos grupos sociais.

De acordo com Xavier (2012), no século XX, especialmente no Brasil, houve o surgimento do Estado Social de Direito, em que o poder de polícia incorporou valores sociais e passou a ser definido como atividade administrativa estatal com desígnio de condicionar as liberdades e os direitos individuais visando à manutenção da ordem pública e valores de convivência. Dessa forma, surge a Segurança Pública responsável por promover o controle de perturbação pública e a harmonia das relações sociais, configurando o estado de paz social, propiciado pelo poder público, visando garantias coletivas (segurança, tranquilidade e salubridade).

O Estado Social de Direito traz consigo a concepção de Segurança Pública como garantia estatal de convivência social, livre de ameaça e violência, possibilitando aos cidadãos o deleite de seus direitos assegurados pela constituição e garantidos pelo exercício do poder de polícia. Nesta concepção, o Estado estaria sempre presente e os agentes da polícia seriam os únicos capazes de combater a violência e teriam exclusividade na garantia da Segurança Pública, tendo como missão primordial reprimir toda e qualquer ameaça à paz social. Segundo Xavier (2012), tal conceito mostrou-se incapaz de atuar em conjunto com a sociedade ao conceber a participação desta como um obstáculo institucional.

No modelo Estado Democrático de Direito, a constituição de 1988 apresentou grandes inovações no que se refere à segurança pública, tratando-a como um direito social, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos, e pontua no art. 144 a Segurança Pública como sendo dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, repassando para os federados, sociedade civil, iniciativa privada e para os cidadãos o direito, a garantia, o dever e a responsabilidade por desempenhar a Segurança Pública.

Apesar disso, segundo Xavier (2012) a análise da Segurança Pública nas cidades brasileiras, mostra que a concepção reducionista do Estado Social de Direito ainda tem prevalecido. Isso em virtude de fatores que afetam a Segurança Pública no meio urbano, sendo que diversos componentes se apresentam como causadores de conflitos interpessoais, sociais e institucionais. Há uma inércia de fatores sociais, econômicos, políticos, administrativos, policiais e urbanos que, vinculados ou não, tem propiciado o crescimento de violência e criminalidade.

Nessa visão reducionista há um baixo índice de engajamento sociopolítico por parte dos cidadãos, o dever ou responsabilidade na área de Segurança Pública é transferido unicamente aos órgãos estatais relacionados ao sistema policial, judicial e penitenciário.

O conceito de Segurança Pública do Estado Democrático de Direito tem um nível baixo de aceitação, devido a diversas carências do Estado. Essas lacunas de atuação do sistema policial, judicial e penitenciário, fazem com que os segmentos sociais fiquem vulneráveis. O medo de agressões, roubos, furtos, estelionatos e homicídios causam efeitos negativos nos cidadãos, fazendo com que esses vivam em um clima de terror, desenvolvendo e/ou piorando (fobias, estresse, irritabilidade, depressão, entre outros).

A banalização da violência, os crescentes índices de criminalidade e a manifestação de diversas formas de marginalidade se apresentam como uma afronta permanente à população, instigando os segmentos sem inserção a buscarem nas expressões de paralelismo estatais mecanismos de justiça, autoproteção e mobilidade social. E de acordo com Xavier (2012), a insuficiência histórico-social deste modelo de Segurança Pública está intrinsecamente relacionada a baixos níveis de eficácia da gestão pública, excesso de burocracia administrativa, má formação de policiais e isoladas ações das forças do policiamento repressivo.

Para Xavier (2012), é imprescindível uma transformação na mentalidade pela preservação da dignidade humana e do convívio social civilizado, apropriada para unir os entes federados e a sociedade civil em prol de um objetivo comum em matéria de Segurança

Pública. No entanto, para o autor uma alteração de paradigma exige tempo, método, análise, recursos e esforços, especialmente porque a visão do senso comum ainda se sobressai nas discussões acerca do tema, e este tem sido usado por aproveitadores que atuam institucionalmente na repressão ou no combate a violações estatais aos Direitos Humanos. Isso também pode ser percebido em alguns processos eleitorais a partir de 2006, nos quais há um aumento do número de representantes políticos ligados a temática da Segurança pública.

Os problemas de segurança Pública não necessariamente são causados pelas precárias condições socioeconômicas de determinada localidade. Porém, de acordo com Santos (2002) e Xavier (2012), quando há em determinada área fortes indicadores de desigualdade social, ocupação desordenada dos espaços urbanos, ausência ou ineficácia de instituições públicas e políticas sociais, baixo nível de organização da comunidade, ocorre à oportunidade para o aparecimento de anomias sociais, conflitos interpessoais e sociais: violência, criminalidade e marginalidade.

Para Freire (2009) a Segurança Pública no Brasil teve três paradigmas principais, que ao longo de uma evolução histórica nortearam as políticas públicas de segurança. Ela traz como recorte temporal as últimas cinco décadas, do período da ditadura militar até o período atual, porém, ressalta que esses paradigmas não permaneceram inalterados por muito tempo, existindo assim uma transição de um paradigma a outro. Da mesma forma afirma que eles não são excludentes, pode coexistir mais de um paradigma em determinados períodos, devido a esse fator, não é possível identificar exatamente o princípio e fim de cada um. Esse processo de transição e coexistência fica mais acentuado quando se considera a escala temporal e distribuição geográfica.

De acordo com Freire (2009), os principais paradigmas são: Segurança Nacional, vigente durante o período de ditadura militar (1964-1985), posterior ao período de ditadura veio a Segurança Pública, que encontra seu fortalecimento com a promulgação da Constituição de 1988, e a partir da metade da década de 1990 surge na América Latina à perspectiva de Segurança Cidadã, sendo que, no Brasil, somente em meados dos anos 2000 esse paradigma de segurança passou a ser debatido. A Figura 1 apresenta os principais paradigmas de acordo com Freire.

Figura 1 - Principais paradigmas que norteiam a Segurança Pública.



Fonte: Autora (2020).

2.3.1 Perspectivas de Segurança Pública Cidadã

Apesar da coexistência e correlação dos paradigmas que influenciaram a Segurança Pública no Brasil, será analisada aqui principalmente a perspectiva de Segurança Cidadã, visto suas influências para os dias atuais.

Este conceito parte da natureza da diversidade das causas da violência, deste modo, por meio de políticas públicas integradas ele prevê a atuação no controle assim como na esfera de prevenção dessas. Para tal, a política pública de Segurança Cidadã está ligada a diversas dimensões, considerando a multiplicidade de causas da violência e a heterogeneidade de suas manifestações. Desta forma, é necessário o envolvimento das instituições públicas e da sociedade civil na busca por soluções de problemas previamente identificados como prioritários visando à redução dos índices de delinquência e violência de um território. Ação essa que exige iniciativa das diversas áreas como: Educação, saúde, esporte, cidadania, lazer, entre outras.

De acordo com Freire (2009) a atuação de políticas públicas com foco em Segurança Cidadã predispõe a criação de capacidades institucionais, sendo elas “Cumprimento voluntário de normas, inclusão social e diminuição do risco, melhoramento do entorno, aproximação da justiça ao cidadão e o fortalecimento da força Pública” (FREIRE, 2009, p 106). O quadro 1 apresenta um resumo do papel dos principais atores envolvido na análise do paradigma de Segurança Pública cidadã.

Quadro 1 – Dimensão de análise do paradigma de Segurança Cidadã.

Análise	Caracterização
Objetivo	Promover a convivência e cidadania, controlando e prevenindo crimes e violências.
Contexto histórico	Solidificação dos direitos de cidadania; Fortalecimento e atuação da sociedade civil; Aumento de crimes e violências, exigindo maior efetividade de controle e prevenção.
Violência	Fator que ameaça o direito à cidadania, é derivada de diversas causas, assim demandando estratégias de vários setores visando a (prevenção e controle).
Papel do Estado	Implantação de políticas públicas com foco no âmbito local; Todas as esferas (Federal, Estadual e Municipal) possuem papel nesse processo; Divisão de responsabilidades entre instituições policiais e instituições responsáveis por políticas sociais; e Redimensionamento com foco na gestão local de segurança.
Indivíduo	Parte fundamental da perspectiva é o cidadão, sendo centro da política e seu principal beneficiário, possuindo papel indispensável na gestão local.
Política Pública	Implantação de políticas setoriais integradas e voltadas para prevenção e controle de crimes e violências; e promoção da participação dos cidadãos e do desenvolvimento de ações dirigidas para o local.

Fonte: Freire (2009). Organizado pela autora (2020).

A partir de 2003 o Brasil tem buscado uma aproximação do conceito de Segurança Cidadã, visto que, não há de imediato uma ruptura e passagem de um paradigma a outro. Esse princípio de transição se deu com a iniciativa de um projeto de cooperação técnica “Segurança Cidadã” entre a Secretaria Nacional de Segurança Pública, Nações Unidas e com a colaboração de técnicos colombianos que já haviam tido essa experiência.

Apesar das observações a respeito do conceito mais recente, o paradigma da Segurança Cidadã, esse, ainda permanece com diversos desafios para sua aplicação prática. Nesse sentido, buscou-se analisar uma medida de diagnóstico e enfrentamento das múltiplas causas ligadas à violência e crimes redimensionados para o local mais próximo do cidadão, o município.

Nas últimas duas décadas, segundo Koppitke (2019), o debate sobre Segurança Pública no Brasil se manteve restrito a intensas disputas ideológicas pelo significado da lei, da ordem e da segurança pública. Estas disputas se polarizaram em torno de dois blocos de posicionamento, sendo, os defensores da chamada linha dura e os defensores da chamada segurança cidadã. O autor lamenta que “[...] essa disputa não foi acompanhada de um desenvolvimento na produção e na utilização de evidências, no sentido daquilo que internacionalmente passou a ser chamado de Prevenção ao Crime Baseado em Evidências”. (KOPPITKE, 2019, p. 24).

2.3.2 Segurança Pública baseada em Evidências

Evidências científicas são resultados de estudos empíricos voltados a validar ou não uma hipótese, realizados segundo os métodos científicos mais aprimorados de cada área do conhecimento e submetidos à análise estatística (PEREIRA; GALVÃO; SILVA, 2016). O objetivo da Segurança Pública baseada em evidências é dar respostas concretas e aprimorar o conhecimento prático sobre o que funciona e o que não funciona para reduzir a violência. A perspectiva de Segurança Cidadã defende uma abordagem multidisciplinar para enfrentar a natureza multicausal da violência, na qual políticas públicas multissetoriais são inseridas de forma integrada com foco na prevenção. Desta forma, essa política deve contar não apenas com a atuação das forças policiais, sendo reservado um espaço para políticas dos diversos setores, como educação, saúde, esporte e cultura.

Kopittke (2019) sistematizou o conhecimento já produzido sobre “Segurança pública baseada em evidências” e o apresentou de forma sintética e objetiva. Neste sentido, o policiamento baseado em evidências desponta como importante ferramenta para direcionar ações de policiamento preventivo baseando-se em identificação dos territórios mais críticos, assim como, levando em consideração os multissetores e suas contribuições para as questões ligadas a crimes e violências.

Segundo Sherman (1998), o uso de evidências científicas na Segurança Pública teve como base o exemplo da Medicina, pioneira na utilização de pesquisas com base em evidências científicas para nortear as práticas médicas. Contudo, a categoria ainda enfrenta problemas na questão do uso e aplicação dessas pesquisas na prática profissional, cabendo ao profissional ou gestor selecionar e direcionar as melhores evidências para aplicabilidade prática.

O policiamento baseado em evidência, de acordo com Sherman (1998), diz respeito ao uso de pesquisas para orientar as práticas e avaliar os profissionais. É um esforço sistemático de uso das melhores evidências para moldar ações, e um abandono de opiniões aleatórias não corroboradas. “O poder mítico da sabedoria subjetiva e não estruturada deprecia todos os campos e evita a descoberta e a implementação sistemática do que funciona melhor nas tarefas repetidas” (SHERMAN, 1998, p 4).

Para o policiamento baseado em evidências, se utiliza dois tipos de pesquisas, a primeira estaria relacionada ao que funciona melhor quando utilizado de forma correta em

condições controladas e o segundo ligado a pesquisas com resultados contínuos de frutos da aplicação do que cada unidade está alcançando.

O emprego do policiamento com base em evidências é útil para três novos paradigmas de policiamento proativo. Sendo o primeiro dirigido aos chamados ao número de emergência, como o 190, que recebe um novo entendimento. A partir da avaliação da taxa de repetição de chamados discriminado por áreas, também poderia ser avaliado o tempo de resposta gasto em cada chamado, para justificar o tempo gasto com base em uma média de atendimento e capacitar o atendente para que tenha condições de lidar com cada chamado de forma eficaz e preventiva. O segundo ponto diz respeito ao policiamento comunitário que não está claramente ligado as evidências da eficácia na prevenção de crimes, também deve buscar uma relação mais íntima com a comunidade, com trabalho conjunto, escuta das necessidades e respeito aos membros.

O terceiro e último é considerado a principal fonte de policiamento com base em evidências, o policiamento orientado para o Problema, que tem ênfase fundamental no processo, com base na avaliação das respostas de resolução de problemas. O policiamento orientado para o problema trouxe uma revolução para a forma como alguns policiais pensam sobre os seus objetivos, fazendo com que se afastem do foco de cada incidente para um foco mais amplo, orientado por padrões e sistemas. Porém, é necessário o processo de avaliação do sucesso e da responsabilidade da gestão para que esse paradigma seja efetivo.

A utilização do policiamento com base em evidências desafia os princípios de tomada de decisão, cria uma avaliação sistemática, visando uma melhoria contínua da qualidade da execução dos objetivos da polícia. O método pressupõe que experiências por si só não são suficientes, porém, colocar pesquisas em prática exige atenção tanto da implementação quanto das avaliações controladas; são sistemas contínuos visando a melhoria da qualidade de serviços, e esses, acontecem na escala mais próxima da população, o município.

2.3.3 A municipalização da Segurança Pública no Brasil

Foram identificados por Peres (2016), três períodos fundamentais da atuação dos municípios na segurança Pública. O primeiro momento ocorre entre o final dos anos 90 e início dos anos 2000, quando os municípios passam a atuar no debate sobre políticas de segurança no nível local, tendo como foco a criação das guardas municipais. A partir dos anos 2000 ocorre o segundo momento, quando esses passam a ter uma ação mais coordenada

em razão de transferências de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública. Na sequência, a nova fase de atuação, que ocorre a partir de 2010, conta com menos repasse de recursos federais, porém, os municípios continuam a investir no setor, evidenciando a centralidade da questão para cidades brasileiras.

Complementa Xavier (2012) quando diz que a política de Segurança Pública não foi devidamente incorporada pela municipalidade e seus resultados acabaram sendo pouco sentido. Somente a partir da década de 2000 o papel institucional dos municípios na área de Segurança Pública passou a ser abordado. Contudo, ainda são poucos os municípios que passam a compartilhar com entes federais e estaduais a responsabilidade e dever pela prevenção da criminalidade, violência e marginalidade. Somente algumas prefeituras criaram e/ou fortaleceram suas Guardas Municipais, instituíram secretarias, coordenadorias, núcleos especializados, formaram conselhos, comitês e fóruns para incentivar a participação da comunidade nos temas e ações atreladas a Segurança Pública do município.

Determinados fatores colaboraram para que houvesse, nos últimos anos, a inserção institucional de alguns Municípios na Segurança Pública, podendo ser destacado, o aumento da violência urbana, criminalidade e marginalidade; limitações da maioria dos governos estaduais para desenvolver ações preventivas e repressivas; e o aumento de recursos orçamentários de vários governos municipais que possibilitaram o compartilhamento de tais responsabilidades. A participação dos municípios tem se mostrado imprescindível para atender as demandas da sociedade, podendo de acordo com Xavier (2012), as Guardas Municipais, quando bem gerenciadas, se tornarem agentes eficientes no combate a microcriminalidade. “Vale mencionar que as Políticas públicas de Segurança representam uma inédita doutrina agregadora e um conjunto de Política Pública que podem materializar as condições para o bem-estar da população, a ausência de conflitos coletivos e a paz social”. (XAVIER, 2012, p. 640)

As Políticas Públicas de Segurança podem ter efetividade por meio de uma secretaria específica, com um plano intersetorial de execução, tratando a qualificação interdisciplinar dos gestores, com diversas políticas públicas conduzidas pelo município e com a participação de entes estaduais e federais de segurança pública, sociedade civil e iniciativa privada. Para Xavier (2012) uma Secretaria Municipal de Políticas Públicas de Segurança dá-se por meio de seis eixos centrais, sendo eles: i) Novos papéis da Guarda Municipal e Defesa Civil; ii) Organização, Capacitação e Mobilização da Sociedade Civil Organizada; iii) Estudos e

Mapeamento da criminalidade; iv) Planejamento Urbano Ambiental; v) Atuação Política Intersetorial; e vi) Mediação de Conflitos, apoio jurídico e Assistência Técnica.

Essa secretaria pode ampliar as atribuições da Guarda Municipal unindo suas obrigações à programas dirigidos à prevenção da criminalidade, por meio da articulação promovida pela instalação do Gabinete de Gestão Integrada (GGI M).

Não obstante, a dedicação aos temas do dever e da responsabilidade municipal na Segurança Pública tem como premissa a integração do Município às esferas nacionais e estaduais desta seara política. Cabe, portanto, à Secretaria Municipal de Políticas Públicas de Segurança patrocinar parcerias com secretarias nacional e estadual de Segurança Pública para formação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM), uma vez que tal integração é imprescindível para fortalecer as ações municipais e angariar recursos financeiros para os projetos que envolvem as Políticas Pública de Segurança (XAVIER, 2012, p. 644).

O GGIM tem como papel definir e efetivar os programas possíveis para a Segurança Pública em plano local, funcionando como fórum deliberativo e de execução, operando por consenso e respeitando a autonomia das instituições que o compõem, sendo ele, uma das prerrogativas para o Plano Nacional de Segurança Pública para promoção da regionalização dos trabalhos e responsabilidades do município na Segurança Pública. Tem como objetivo a conexão entre as forças municipais; com a União, por meio da Secretaria Nacional de Segurança (SENASP) e Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI); e Estado, por meio da Secretaria de Segurança Pública, polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Técnica-Científica, sistema prisional, Poder Judiciário, Ministério Público, Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN); assim como as entidades da sociedade civil, organizações do terceiro setor e Instituições de Ensino superior.

Para que ocorra o êxito dessa integração e experiência democrática participativa na gestão da Segurança Pública municipal, é indispensável à capacitação técnica de todos envolvidos, sendo gestores, servidores, policiais entes da sociedade civil, conselhos municipais e comunitários. E a partir dessa parceria expandir os vínculos comunitários, estabelecendo confiança e legitimidade institucional. Isso implica em afastar o modelo tradicional de Segurança Pública, por ter se mostrado incompleto, com foco somente em ações repressivas e com gasto excessivo de capital financeiro e humano, não dirigindo ações na origem do problema, sendo esses, fatores de alastramento da criminalidade.

Para Soares (2003), a particularidade que envolve as políticas sociais preventivas, ligadas à área de Segurança Pública, está condicionada a sua capacidade de produzir resultados imediatos. Fator esse que depende da habilidade para identificar as fontes geradoras de problemas e seu desempenho em cessar as dinâmicas que geram a violência.

2.3.4 Direito à Cidade, Segurança Pública no Brasil, fatores sociais como causa a criminalidade

Os preceitos de Segurança Pública estão relacionados aos temas dos direitos humanos, reforçando direitos, liberdade e garantia para todas as pessoas em quaisquer circunstâncias e lugar. Tais princípios abarcam vários artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (2009), de modo, que nos artigos 3 e 17, apresentam elementos que norteiam a segurança pública, constando que todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, assim como garantia a sua propriedade.

A Segurança Pública é a própria política pela segurança humana, uma vez que a expressão evoca as dimensões dos direitos fundamentais do homem, da governança pela paz e democracia e da distribuição social do crescimento econômico representada por diferentes políticas públicas e pela participação perene da sociedade civil. A Segurança Pública é garantia de que cada indivíduo terá a liberdade de escolha de um conjunto de oportunidade para alcançar sua potencialidade humana, através de uma construção coletiva enquanto resultado da vontade, organização e mobilização da sociedade (XAVIER, 2012, p. 34).

Apesar da declaração dos direitos humanos e a evolução do paradigma de Segurança Pública no Brasil, o problema da violência ou da criminalidade afeta de certo modo a todos, contudo, com a exclusão de setores significativos da sociedade, a vitimização apresenta um elevado grau de concentração entre jovens negros e pobres do sexo masculino. Esses transitam nas cidades sem serem percebidos, muitas vezes fugindo de casa que não apresenta as mínimas condições dignas para moradia ou ainda expulsos pela violência doméstica, se encontram esquecidos pelo poder público, ignorados pela comunidade e assim excluídos da cidadania. Restam-lhes a única oportunidade que muitas vezes lhe cabe, o crime. Porém, acrescenta-se que a pobreza e raça não são fatores determinantes para o cometimento de crimes, mas o empobrecimento aparece como agente colaborador, devido a ineficiência do Estado em garantir os direitos fundamentais. Conforme podemos observar em Garrido.

Antigamente pensava-se que o criminoso já nascia com a marca da criminalidade, sendo a delinquência seu único destino. Chegou-se a definir os criminosos congênitos, que teria características que os levaria a ser um criminoso em potencial. Todavia, com inúmeros estudos, verificou-se que fatores sociais contribuem na trajetória da vida de um indivíduo, colaborando para a inserção ou não no mundo da criminalidade. Quando emergem as crises econômicas, mais se instiga a criminalidade. Pobreza; miséria; mal vivência; fome e desnutrição; civilização cultura, educação, escola e analfabetismo; casa; rua; desemprego e subemprego; profissão; guerra; urbanização e densidade demográfica; industrialização; migração e imigração e política são estimuladores que influenciam o poder de decisão do indivíduo que tende para a delinquência (GARRIDO, s.d. p. 1).

Assim a desigualdade social desponta como sendo umas das origens estruturais das violências, fortalecendo o pressuposto de que está no empobrecimento e na desigualdade e não a pobreza, os fatores que dão origem a violência urbana. Para Santos (2002), a desigualdade social e segregação urbana acarretam a exclusão social, arraigada pelo desemprego, precarização do trabalho, baixos salários e sistema educacional deficiente.

Desta forma, teorias e estudos surgem no sentido de buscar entender a multicausalidade atrelada ao crime e à violência. Assim, enquanto, em um primeiro momento, o indivíduo aparece como elemento central, posteriormente, nasce às teorias sobre as influências dos espaços e outros componentes a serem levados em consideração na análise que envolve o cometimento de crime e violência.

2.4 Teorias sobre Espaços Urbanos Seguros

A insegurança relacionada ao crime pode estar permeada por diversas causas, sendo ela mais frequentemente associada a questões de ordem social e econômica. Além dessa relação causal mais profunda da violência, outro fator que colabora para uma maior ou menor percepção de segurança, pode estar relacionada a aspectos físicos dos ambientes em que estes acontecem. Na criminologia, há uma diversidade de maneiras de conceber espaços urbanos seguros que são marcadas por teorias que incorporam o espaço público como um fator de interferência na Segurança Pública.

Teorias sobre espaços urbanos seguros começaram a surgir após a II Guerra Mundial nas ações conjuntas de reconstrução das cidades europeias. Segundo Melo (1991), no processo de reconstrução, no esforço coletivo e de implantação de programas habitacionais, diversos profissionais entre eles arquitetos, planejadores urbanos e cientistas de comportamentos perceberam que o ambiente construído deveria ir além das concepções de construção e estética, precisava-se pensar em outros fatores como as necessidades psicológicas e comportamentais dos envolvidos.

A proposição dos anos 1960 denominada “Olhos na rua” de Jane Jacobs defendia que, quanto maior o número de pessoas nas ruas, mesmo que desconhecidas, menor seria o número de atos criminais. Para Jacobs (2011), gente usando o espaço público permitiria a vigilância natural e por consequência o aumento da segurança. Ela salienta ainda a importância da mescla de usos e usuários para garantir a vitalidade urbana, ou seja, que entremear prédios residenciais junto a áreas comerciais e de serviços, aumenta a segurança (JACOBS, 2011).

Na sequência, seguiram-se algumas teorias ligadas a intervenções arquitetônico-urbanísticas, dentre as quais se destaca: a Teoria do Espaço defensável e a Teoria situacional do crime. As duas primeiras são dos anos 1970 e tem elementos em comum. São as propostas de Oscar Newman e C. Ray Jeffery; os quais, segundo Gärtner (2018), encontram as bases das suas teorias nas obras prévias de Elizabeth Wood, Jane Jacobs e Shlomo Angel. Completam ainda esta revisão, as perspectivas da Sintaxe Espacial e da Psicologia Ambiental que também se relacionam a teorização sobre espaços urbanos seguros.

2.4.1 Espaço Defensável (*Defensible Space*)

Para Newman (1972) o espaço defensável é composto por um grupo de estratégias com capacidade de reestruturar os espaços transformando-os em locais controlados pela comunidade. Para tal, são utilizadas estratégias que são compostas por barreiras reais ou simbólicas, áreas definidas e aumento da vigilância.

A teoria dos espaços defensáveis foi pensada, principalmente para conjuntos residenciais e edifícios, seguindo uma hierarquia social e espacial, partindo do espaço privado, através dos espaços semiprivado e semipúblico, até o público. Os moradores precisam se sentir parte desse processo ao desenvolverem um processo de apropriação dos espaços (GÄRTNER, 2008).

O ponto chave do sucesso da teoria está na habilidade dos moradores ou usuários de determinados espaços em controlar o acesso de estranhos, diminuindo as chances e oportunidades para o cometimento de crimes. A teoria aborda a concepção e ordenamento do espaço físico para a prevenção de crimes, uma forma de entender a relação dos agentes sociais, suas intencionalidades no espaço-tempo, possibilitando a construção de espaços urbanos mais seguros.

Oscar Newman (1972) denominou de vigilância natural àquela que pode ser proporcionado pelo desenho urbano, ou seja, posicionando-se as janelas dos apartamentos e casas de tal maneira que os moradores possam observar seu entorno público de forma natural. Gärtner (2008) considera que, ainda que esta teoria vinculada ao papel do planejamento urbano e do desenho de espaço público não tenha uma abordagem exclusivamente física e espacial, ela aponta para a necessidade de considerar os padrões que regem determinados espaços e o efeito de intervenções urbanísticas na segurança pública.

2.4.2 Teoria Prevenção do Crime através do Desenho Ambiental

Esta metodologia foi utilizada de maneiras diversas por pesquisadores e gestores e sofreu vários ajustes e mudanças durante a sua história. Segundo Gärtner (2008), a teoria do espaço defensável anteriormente apresentada foi baseada nas observações de C. Ray Jeffrey, mas o modelo Prevenção do Crime através do desenho ambiental (CPTED) é mais compreensivo e integrado se comparado com o de Newman.

Em linhas gerais, cinco princípios servem como orientação para a formulação de estratégias de prevenção através do desenho ambiental, segundo Gärtner (2008) e Souza (2009): vigilância natural e visibilidade; imagem e estética; territorialização e vigilância de rotas de acesso e de fuga.

O aspecto da vigilância natural e visibilidade dos espaços públicos deveria se realizar por meio de um planejamento adequado. Segundo este princípio, promover a oportunidade de ver e ser visto, aumenta a possibilidade de controle.

Um segundo princípio é a manutenção e recuperação dos elementos estéticos de um determinado espaço público e eliminação de imagens negativas de uma área ou prédio. Para isso, é fundamental a definição de planos e realização de manutenção dos espaços públicos, como limpezas e jardinagens.

Um terceiro princípio se relaciona a territorialização, pelo fortalecimento de laços afetivos com os lugares. O desenho ambiental pode contribuir como facilitador de relações sociais e gerador de sentimentos de apropriação. Este reforço territorial se refere ao sentimento de afeto, quando os residentes se identificam com o espaço.

Por fim, a vigilância de rotas de acesso e de fuga, entradas e saídas, em pontos estratégicos, segundo Gärtner (2008) proporciona fortalecimento físico do local alvo ou da vítima, reduzindo sua vulnerabilidade ou atratividade para um possível agressor. O desenho ambiental pode criar maneiras para direcionar a circulação por determinados locais, utilizando para isso passeios, iluminação, árvores entre outros.

A teoria trata de intervenções com base em espaços específicos, fazendo uma análise contextual e local do espaço, do tipo de pessoas que fazem uso desse espaço e do tipo de crime que ali ocorre, respeitando assim as características físicas e sociais de cada local.

A teoria Prevenção do Crime através do desenho ambiental (CPTED), traz na sua gênese, segundo Gärtner (2008), dois elementos importantes para prevenção criminal por meio do espaço: a pessoa que comete o crime e o lugar onde o crime ocorre. Neste modelo os

autores levam em consideração a sua percepção sobre a possibilidade de cometimento de tal delito, visto que, esse processo depende da ponderação do risco para a tomada de decisão, quando o autor do delito conclui que os riscos do cometimento superam os lucros derivados da ação, esta será suspensa.

2.4.3 Prevenção Situacional

Também da década de 70 são as formulações que focam sua atenção no ato delincente e nas decisões que levam o agressor a ação, entre eles estão Cohen e Felson (1979) e Clarke (1980). Na concepção sobre a oportunidade ao crime, segundo os autores, existe uma "oportunidade" criminosa quando três elementos convergem no espaço e no tempo: um potencial delincente, um alvo interessante e, a ausência de controle capaz de prever ou impedir o ato. A convergência desses elementos demonstra que qualquer coisa que aproxime o agressor da vítima em potencial aumentará o risco de vitimização.

O infrator em potencial é um indivíduo com motivação suficiente para agir e seus resultados de tomada de decisão se constroem a partir de certa racionalidade, levando em consideração a avaliação de riscos, custos e benefícios. Primeiramente, o alvo representa um valor e deve estar visível ou acessível. Em contrapartida, há os fatores de controle sobre a ação, como as pessoas que possuem influência sobre o agressor, pais, amigos, professores, etc. Também podem existir os protetores dos alvos, sejam eles instrumentos (iluminação, vídeo segurança, etc.), ou pessoa envolvida com a segurança (polícia, moradores, segurança privada, entre outros), ou ainda, gestores das instalações (proprietários).

Segundo Cunty, Fussy e Perez (2007), o que o criminologista canadense Maurice Cusson (2005) denominou "Prevenção situacional", se refere às mudanças nas circunstâncias dos locais em que os delitos poderiam ser cometidos de modo que pareçam mais difíceis, arriscadas ou desinteressantes para aqueles que seriam tentados a cometê-los, diminuindo assim, as oportunidades criminais.

A teoria propõe uma análise do porquê algumas instalações ou infraestruturas urbanas parecem motivar delitos, no interior delas ou em seu entorno. Sugere, então, uma reconfiguração das mesmas, tanto em termos controles, quanto no aspecto da arquitetura (recantos, visibilidade, iluminação e brechas), tornando assim mais fácil a vigilância natural, ou seja, o controle pelas pessoas que moram ou convivem neste lugar. Por isto, nesta proposta também é fundamental a territorialização das pessoas que moram ou convivem nestes

entornos, buscando a ideia de pertencimento a uma área.

O exercício de uso à cidade está sendo influenciado pela questão da insegurança. Para Carvalho (2016), a requalificação dos ambientes para a promoção de espaços mais seguros envolve, principalmente, a iluminação. Assim, a luz passa a desempenhar o papel que seria do Estado, de garantir segurança e bem-estar aos cidadãos. Aponta ainda, que certas características arquitetônicas facilitam o cometimento de roubos e arrombamentos. Essa concepção é compartilhada em Lira (2017), que diz que a violência tem relação com a construção, composição e organização espacial das cidades contemporâneas, assim o urbano influencia a consumação, ou não, de determinados crimes.

O conceito da prevenção situacional continua sendo ampliado e modificado através de um intercâmbio frequente entre criminologistas, levando em conta os resultados de pesquisas recentes. Esse tipo de prevenção baseia-se na análise estratégica de um território específico, identificando as oportunidades para ocorrência de atos criminosos, bem como levantando informações sobre grupos e situações de risco, com o objetivo de reduzir as oportunidades para a prática de crimes. A prevenção situacional, segundo Gärtner (2008) pode ser utilizada em três níveis de prevenção – primária, secundária e terciária.

[...] A prevenção primária tenta mudar condições gerais que têm influência básica sobre a população em geral. Intervenções podem ser dirigidas a pessoas, lugares e situações que favoreçam a violência. O foco da prevenção secundária concentra-se mais em indivíduos, grupos ou condições sociais que tenham um alto risco de participarem de futuras ações violentas e criminosas. Esse tipo de prevenção tenta interferir para evitar o desenvolvimento de um comportamento violento em certos grupos de risco previamente identificados. Finalmente, a prevenção terciária desenvolve medidas para evitar a recorrência de delitos e trabalha principalmente com pessoas que já cometeram delitos. (GÄRTNER, 2008, p. 59)

Assim, a prevenção situacional considera a violência dentro de um marco analítico em que atos criminosos estão sendo avaliados em um contexto maior e como resultado de uma sequência de decisões humanas.

2.4.4 Sintaxe Espacial

A teoria trata da segurança urbana relacionando-a ao fluxo do movimento das cidades. Segundo Souza e Compans (2009), o conceito foi desenvolvido pelo professor da Universidade de Londres, Bill Hillier, em meados de 1970. A sintaxe espacial entende a integração como o grau de acessibilidade por pedestres e veículos, assim como a conexão do lugar com outras áreas da cidade, é condicionante para o movimento de pessoas e atividades.

Tal linha de reflexão tem por prioridade os espaços de encontros, vinculando espaços, corpos, movimento e potencial comunicação. Souza (2009) define como se obtém a sintaxe espacial:

O seu conceito é definido como um conjunto de técnicas computacionais para modelação de desenhos arquitetônicos e conjuntos urbanos que buscam avançar no conhecimento da relação entre fenômenos sociais e variáveis espaciais. A trama urbana se apresenta como um sistema de elementos vinculados: linhas, no caso do estudo dos movimentos; elementos convexos, no caso de estudos de integração; e campos de visão, quanto se examinam padrões mais complexos de comportamento, como o crime, por exemplo. (SOUZA, 2009, p 17)

Zampieri (2016), que analisou o movimento de pedestres baseados na sintaxe espacial, escreve que na literatura há vários exemplos de correlação entre o movimento de pedestres e estas medidas de integração. Porém, essa correlação seria dependente de uma outra medida, a inteligibilidade, que por sua vez é a relação entre a integração, uma medida global, a conectividade e uma medida local. Desta forma, ele confirmou dois tipos de lógica entre o movimento e a malha urbana, sendo a dos pedestres em movimento influenciados por medidas globais (relação de todas as linhas axiais do sistema entre si) e a dos pedestres parados tendo como influencia as características locais (movimento de vizinhança). O resultado de sua análise é um modelo capaz de prever o fluxo de pedestres sem atratores, apenas com as características da malha.

De acordo com Akkelies *et. Al.* (2018) a sintaxe espacial fornece uma compreensão das possibilidades espaciais de determinadas atividades sociais, como a segregação, o comportamento antissocial e o crime. É o entendimento de como a integração espacial e condições de segregação funcionam. Complementa Hillier *et. Al.* (1993) dizendo que é a configuração o elemento influenciador primário, pois pode influenciar outros dois elementos, o movimento e os atratores.

2.4.5 Psicologia Ambiental

A Psicologia Ambiental ou Psicologia da Arquitetura como foi concebida, surgiu após a II Guerra Mundial em ação coletiva de reconstrução das cidades. Segundo Melo (1991), ela traz um importante elemento que deve ser considerado quando se aplica nas cidades proposições do espaço defensável. Nesse processo de reconstrução e de implantação de programas habitacionais, vários profissionais entre eles arquitetos, planejadores urbanos e cientistas de comportamentos perceberam que o ambiente construído deveria ir além das concepções de construção e estética, carecia levar em consideração outros fatores como as necessidades psicológicas e comportamentais dos envolvidos.

Melo (1991), considera que em qualquer estudo arquitetônico-urbanístico em que o ambiente físico seja modificado, esse, trará influência para o ambiente social, deste modo, todo o estudo que envolva a relação da sociedade com o ambiente deve ser analisado de forma global. O ambiente possui impacto sobre o processo social, não podendo deste modo, ser menosprezado, é vital levar em consideração os papéis sociais dos indivíduos associados a seus objetivos e experiências. Assim como, para que se constitua como teoria do Espaço Defensável, a partir do arquiteto Oscar Newman (1972) é preciso analisar as regras e os padrões que regem determinados lugares para que seja possível entender o efeito do meio no comportamento humano.

2.4.6 Especificidades brasileiras na concepção de espaços seguros

No Brasil, as preocupações com a segurança nas cidades e o combate à violência até os anos de 1990 centravam-se no crescimento e na qualificação do aparato policial, buscando resultado no endurecimento das ações repressivas, superlotação dos presídios, ampliação da severidade legal e clamor por mais segurança.

Os reflexos da insegurança sobre a estrutura das cidades foram sentidos principalmente a partir dos anos de 1970, quando houve o surgimento de um novo tipo de urbanização a chamada urbanização murada, sendo representados pelos condomínios. De acordo com Nygaard (2010), o efeito sócio espacial que esse tipo de urbanização provocou traz consigo o abandono dos espaços públicos das cidades e sedimentação de um processo de segregação sócio espacial. Essa segregação é decorrente do uso de meios e equipamentos de proteção, como muros, alarmes, sensores, cercas elétricas, circuitos fechados, entre outros como forma de resguardo.

Há dois fatores importantes a serem analisado neste contexto, o primeiro refere-se às tecnologias utilizadas, que de acordo Nygaard (2010), quanto maiores as tecnologias para proteção e defesa, maior o aperfeiçoamento das técnicas de ataque e, em segundo lugar, os próprios muros utilizados para proteção são também utilizados como meio para o cometimento de crime, visto que acabam se tornando uma forma de obstrução visual, permitindo que sejam usados como esconderijo. Os muros utilizados como meio de proteção nos condomínios a partir da década de 70, já foram utilizados como forma de proteção na Idade Média, assim como o sentimento de insegurança, conforme Nygaard (2010).

É digno de registro que, mesmo após quinhentos e tantos anos, continua imperando nas cidades um imenso sentimento de insegurança, especialmente nos espaços públicos, como que desafiando os séculos. Os atuais hábitos e cuidados com a segurança, como evitar sair à noite, trancar-se bem dentro de casa, contratar seguranças e ter muito cuidado, já eram comuns na Idade Média, há muitos séculos atrás. (NYGAARD, 2010, p. 31).

A segregação urbana é também tratada por Caldeira (2011), que diz que essa pode ser tanto social quanto espacial. Segundo a autora no final da década de 1990, São Paulo viveu um processo de transformação, antes o modelo centro-periferia era suficiente para descrever o padrão de segregação e desigualdade social local. Já no processo de mudança ocorre o deslocamento de parte das classes médias e alta para fora do centro, movimento esse que ampliou ainda mais a visibilidade da desigualdade social. Assim, ficou escancarada no mesmo local a disparidade econômica. Para que essa transposição dos espaços ocorresse minimizando o medo do crime, houve também a ampliação da busca de formas mais seguras de moradias, com os condomínios fechados e aparatos de segurança.

A partir dessa mudança do centro para a periferia e alteração da paisagem visando à autoproteção, ocorrem transformações na vida pública e no espaço público. “Em cidades fragmentadas por enclaves fortificados, é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os valores mais importantes das cidades modernas” (CALDEIRA, 2011. p. 211).

Na busca por espaços urbanos seguros, além dos exemplos citados neste capítulo, que se referem a mudanças estruturais que visam à contenção de crimes e violências, que alteram a paisagem, ocorre por outros, uma mudança de percepção e organização social. Neste sentido, verifica-se o surgimento dessas novas reestruturações como a Rede de vizinhos protegidos. Que de acordo a página da Polícia Militar de Minas Gerais o projeto é uma ação da Polícia Militar juntamente com moradores, o qual proporciona a cada quarteirão, por meio de visitas de rotina, a criação de vínculos de confiança, paz e segurança. Segundo a página do projeto (Rede de Vizinhos Protegidos de Minas Gerais) o qual esse, é definido como um conjunto de ações entre moradores em parceria com a Polícia Militar que visa à informação, integração e coordenação da comunidade local (vizinhos), de forma que se protejam mutuamente, assim como ocupem os espaços ociosos, próximos das suas residências.

A segurança pública de acordo coma Seção III, capítulo III e artigo 144 da Constituição Federal de 1988, diz que essa, é “dever do estado, direito e responsabilidade de todos”. Senso assim, a construção dessa rede entre vizinhos se destaca como importante ferramenta no que se refere à prevenção de crimes. Essas estratégias de prevenção são tratadas

por Jacobs (2011) intitulada olhos nas ruas, segundo a autora quanto mais pessoas circulando e observando menor será a chance para o ato criminal.

A ideia central do projeto Rede de Vizinhos Protegidos é que cada morador possa ser uma câmera viva, assim quando identificado uma possível ação delituosa acionará a polícia militar, que tomara as medidas cabíveis. Outro fator importante a ressaltar, é a aproximação da comunidade com os órgãos de segurança pública.

De acordo com a página oficial do projeto, ele está presente em todas as regiões de Belo Horizonte e em mais de 1.000 bairros do Estado. Atendendo aproximadamente 70 mil pessoas somente na capital. Segundo a mesma fonte houve redução dos índices criminais nos locais de aderência, reduzindo roubos a pedestres, roubos a estabelecimentos comerciais, residências e de veículos. Houve a expansão da Rede de Vizinhos Protegidos para outros estados como Santa Catarina e Distrito Federal. Sobre a mudança de perspectiva de ações de contenção de crimes e violências diz Lemos (2014).

Com escopo de cumprir a missão constitucional, as polícias militares brasileiras desenvolvem diversos programas de combate à criminalidade, seja ela violenta ou não. Os programas de combates à criminalidade atuam em duas frentes, a saber, preventiva e repressiva. No entanto, por muitos anos, o emprego logístico quase que absoluto se dava nas medidas repressivas de combate ao cometimento de infração penal (LEMOS, 2014, p. 100).

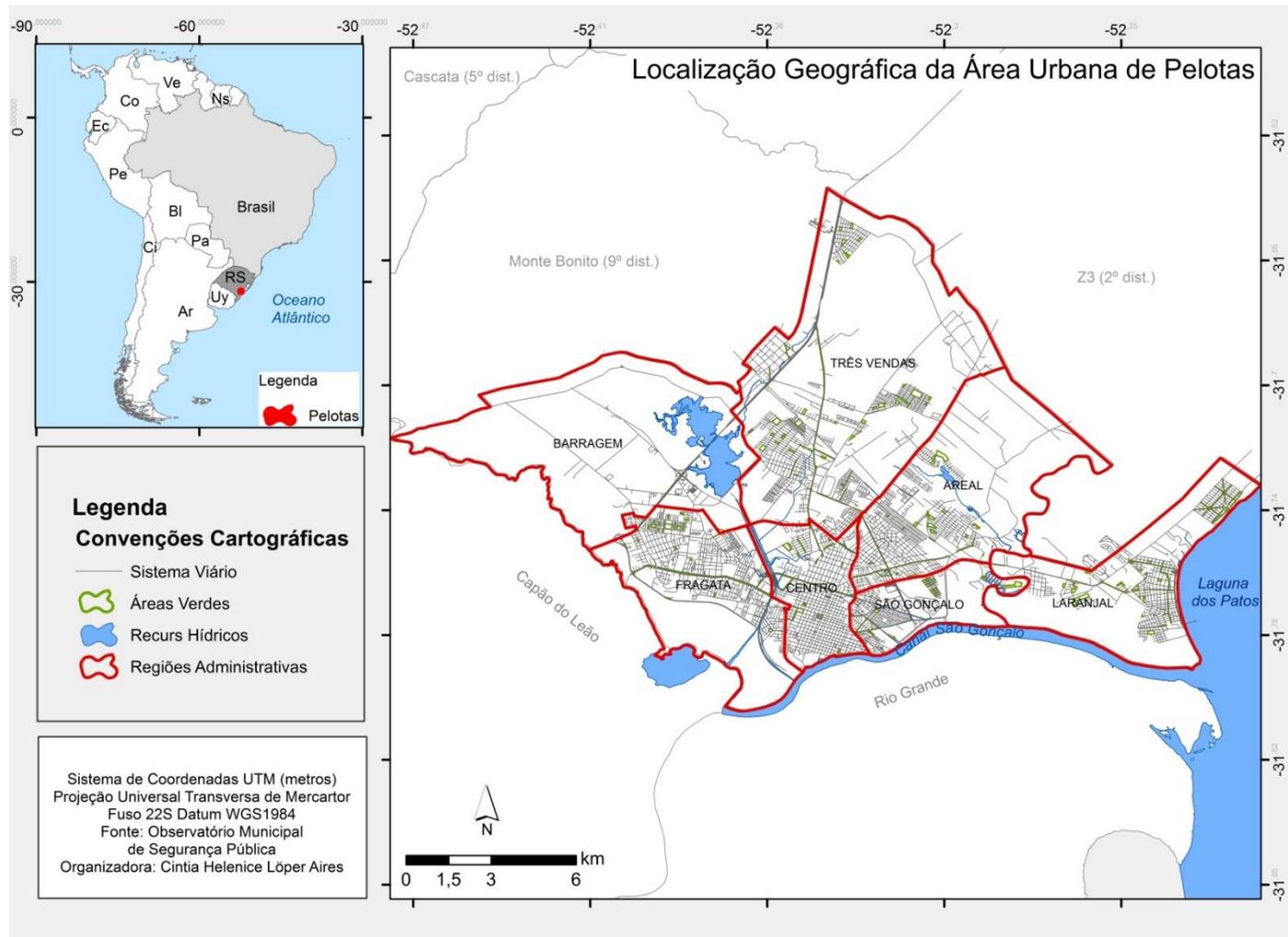
Nesse sentido há um amadurecimento na percepção de ações no que se refere ao combate a crimes e violência. Sendo assim, as instituições de segurança buscam a participação social e verifica-se na prática que as ações preventivas com participação popular são eficientes na redução de indicadores criminais, principalmente dos crimes patrimoniais.

3 A CIDADE DE PELOTAS NO CONTEXTO DA PESQUISA

A cidade de Pelotas (RS) está localizada no sul do estado do Rio Grande do Sul (31° 46' 19" S, 52° 20' 34" W (Figura 2). A escolha de Pelotas como área de estudo se deu por três motivos: *primeiro* por ser a cidade de Pelotas o principal centro urbano do Conselho Regional de Desenvolvimento Sul (COREDE Sul), de acordo com o Perfil Socioeconômico COREDE (2015); Pelotas e Rio Grande são consideradas áreas de Concentração Populacional (ACP), definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, definidas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. Pelotas foi definida como cidade média em estudo por Soares e Ueda (2007), pela sua dimensão populacional e por exercer o papel de centros regionais, concentrando serviços especializados, comércio, equipamentos de saúde e ensino universitário, constituindo importante nó da rede urbana estadual. Em *segundo* lugar, porque é um município que apresentou um aumento das taxas criminais acima da média nos últimos anos, acentuando no ano de 2015, como veremos a seguir. Em *terceiro* lugar, porque é o município sobre o qual se tem conhecimento empírico, pela atuação profissional.

Assim, neste capítulo, objetivamos definir um breve histórico da cidade e sua dinâmica atual. Esses dois aspectos corroboram com a compreensão da distribuição da criminalidade em Pelotas.

Figura 2 - Mapa de Localização de Pelotas em relação ao Estado do Rio Grande do Sul e o Brasil, com destaque para área urbana com suas divisões administrativas.



Fonte: III Plano Diretor de Pelotas (2008), organizado pela autora (2020).

3.1 A estruturação da cidade de Pelotas

Em grandes linhas a constituição e estruturação de uma cidade dependem de relações entre os movimentos macropolíticos e econômicos e dos ciclos produtivos da cidade. Além de fatores históricos conjunturais que explicam o surgimento de uma cidade, também a cidade atual é um produto histórico, nos termos definidos por Castro (1993), ou seja, que resultam: a) da superposição de estruturas sociais diferentes (produção, circulação, propriedade fundiária, estrutura simbólica ligada a sistemas de reprodução social), cada uma delas contendo temporalidades próprias; b) de contradições sociais, isso significando que as leis gerais não sejam mais que tendências que convivem com inércias e contra disposições. Nesta perspectiva, define-se nesta seção, a constituição e estruturação de Pelotas como cidade.

A formação urbana e territorial de Pelotas, de acordo com Conceição *et al.* (s. d.) tem sua origem na constituição territorial do Rio Grande do Sul ocorrida nos séculos XVII e XVIII, no contexto em que os portugueses tinham a posse de parte do Brasil, mas ainda em conflito com os espanhóis pela demarcação de suas Fronteiras. Pelotas nasce em um contexto de disputas territoriais entre Portugal e Espanha, visando à conquista e controle da região do Rio da Prata. A “descoberta” do novo continente em 1492 pelos espanhóis e a chegada dos portugueses ao Brasil em 1500 culminou no tratado de Tordesilhas assinado por Portugal e Espanha, na expectativa de explorar o novo continente, sendo este dividido em duas partes, Portugal ficava com a grande parte do Brasil, mas o Rio Grande do Sul pertenceria a Espanha.

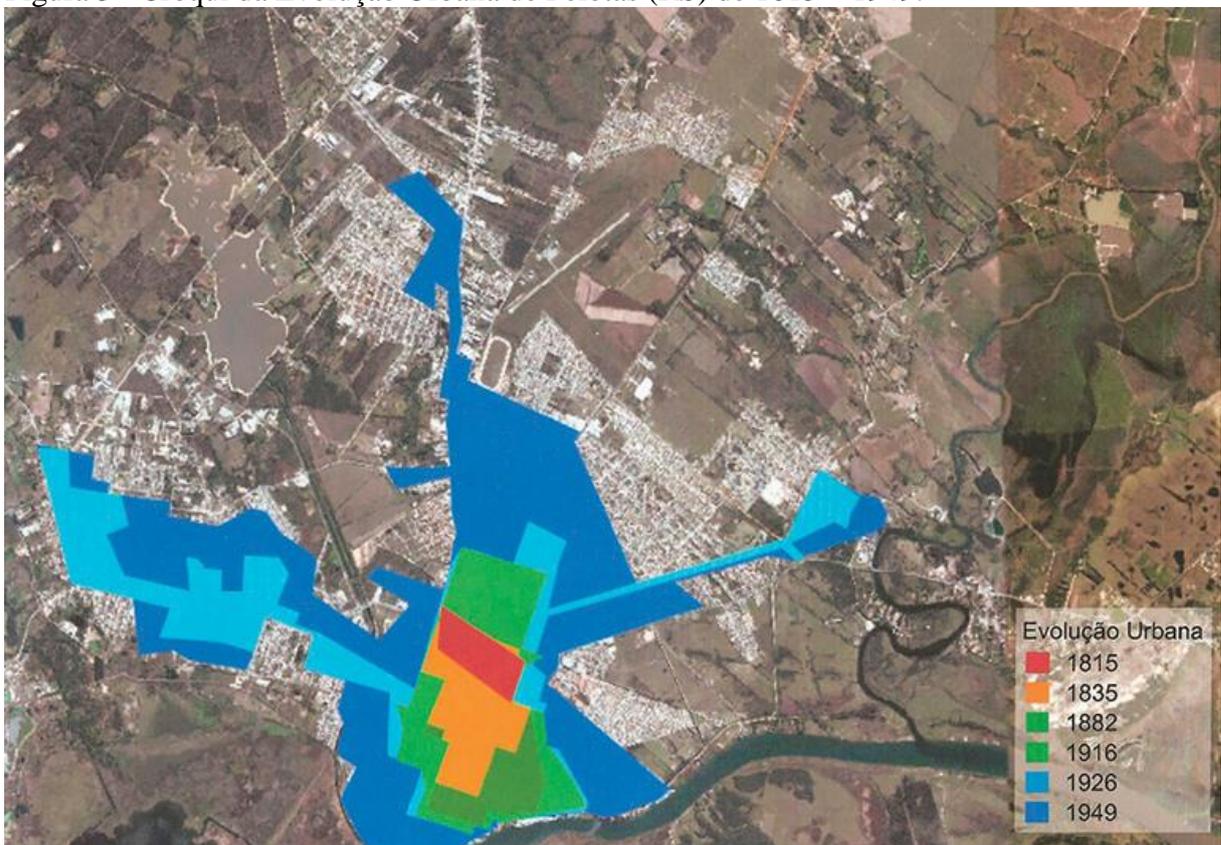
A partir desta divisão, Portugal e Espanha desenvolveram ações para a conquista e posse dos territórios; com a expansão portuguesa para o interior do continente na busca de minérios e captura dos índios, usados como mão-de-obra escrava, chegaram até a foz do rio da Prata, descobrindo assim, que tal espaço geográfico, o Rio Grande do Sul, seria de extrema importância no âmbito geopolítico português. Neste contexto, havia o contrabando de mercadoria, minérios e gado, através do rio da Prata e Portugal tinha interesse de participar e também obter lucros com o mesmo. Desta forma, o controle do estuário passa a ser determinante para Portugal, assim, para demarcar espaço em 1680 fundam a Colônia do Sacramento, buscando participar do comércio da prata com Buenos Aires. Eles fortalecem o comércio, utilizando produtos de couro extraídos do gado que vivia solto nesta região.

A demarcação do limite do sul do continente propiciou à distribuição de sesmarias e efetiva a povoação portuguesa no Rio Grande do Sul. Segundo Magalhães (1993), o povoamento luso-brasileiro em terras pelotenses inicia em 1777, com a chegada à região do

português José Pinto Martins, que fugiu da seca que assolava o Ceará, recomeçando no Sul seus negócios, com o estabelecimento, em 1780, da primeira charqueada, estrutura voltada à produção de carne seca, às margens do arroio, que posteriormente foi denominado Arroio Pelotas, nome derivado das embarcações de couro utilizadas na sua travessia. Pelotas também serviu de refúgio a pessoas que fugiam da ocupação espanhola (1763- 1777) à Rio Grande, que havia sido fundada em 1737 por uma expedição militar portuguesa, destinada a assegurar aos lusitanos, a posse de terras no Sul.

Depois do empreendimento saladeiril pioneiro de Pinto Martins, surgem ao longo do Canal São Gonçalo, Arroios Pelotas e Santa Bárbara, outros núcleos charqueadores, em terras que foram denominadas, inicialmente, de Rincão das Pelotas. Neste rincão aos poucos se estabeleceu o que depois viria a ser denominada cidade de Pelotas num processo de expansão que aqui foi dividido em dois períodos: de 1815 a 1949 e, posterior a esta data. A evolução da ocupação urbana na primeira fase foi traçada por Carrasco (2017) na Figura 3 e será descrita em seguida.

Figura 3 - Croqui da Evolução Urbana de Pelotas (RS) de 1815 – 1949.



Fonte: Carrasco (2017).

No ano de 1812, segundo Magalhães (1993) foi criada a Freguesia de São Francisco de Paula, com autonomia religiosa em relação à Vila de Rio Grande. A organização espacial do núcleo inicial ocorreu em um lote doado por Antônio dos Anjos, um terraço lagunar entre os Arroios Santa Bárbara e Pelotas, no qual foram demarcadas dezenove ruas que deram origem à povoação. Esta povoação corresponde ao núcleo central em vermelho (Figura 3), no estudo desenvolvido por Carrasco (2017).

Como todo o município brasileiro cuja origem remonta ao período monárquico, Pelotas teve início com o reconhecimento formal da sua condição de vila. Essa condição Pelotas adquiriu ainda na vigência do Primeiro Reinado (1822-1831), mas a Vila de São Francisco, primeiro nome oficial do município, foi instalada em 1832, já durante o chamado Período Regencial. Em 1835, uma lei provincial, originária da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul promove a vila à cidade, com o nome oficial de Pelotas (LONER, GILL e MAGALHÃES, 2017). A extensão da vila abrangia as áreas em vermelho e laranja na Figura 3.

O desenvolvimento inicial de Pelotas estava atrelado ao funcionamento das charqueadas, que geravam riquezas à cidade e formavam uma rica aristocracia que construiu suas residências ao redor da Praça 12, Praça Coronel Pedro Osório, preservada até hoje e tombada como Patrimônio Cultural. Segundo Magalhães (1993), no período de opulência das charqueadas, a cidade estabeleceu um forte vínculo cultural com o continente europeu, através da adoção das normas de etiqueta e da aquisição de artigos de luxo, utilizados pela elite.

O trabalho nas charqueadas era realizado por escravos negros, que eram principalmente crioulos, ou seja, indivíduos já nascidos no Brasil e chegados ao Estado pelo tráfico interprovincial. Em 1854, havia, segundo Loner, Gill e Magalhães (2017), 4.788 escravos, 7.763 livres e 342 libertos, num total de 12.863 habitantes. Estes, na entressafra das charqueadas, exerciam trabalhos de olaria e construção de casas. A maioria dos cativos vivia no meio urbano, atuando como escravos domésticos. A grande concentração de escravos tornava Pelotas uma cidade que vivia sob um clima tenso, porque ao mesmo tempo em que a os charqueadores e estancieiros tiravam o máximo proveito dos escravos, com duro sistema de trabalho e maus tratos, também viviam com medo de rebeliões e da fuga de escravos ou da formação de quilombos.

Em meados século XIX, segundo Anjos (2000) além das terras de planície exploradas economicamente através das charqueadas, os interesses daqueles que enriqueceram no processo voltaram-se para o entorno serrano, primeiramente explorando a madeira e formando

lavouras, e depois vendendo as terras para a formação de colônias de imigrantes. Nos anos 1870, iniciativas governamentais tomam à frente do movimento colonizador, com a criação de novas colônias em terras devolutas. Devido a relativa proximidade das colônias à cidade de Pelotas, os agricultores passam a transitar com mais frequência para comercialização de seus excedentes nos espaços a margem daquele definido como vila, em tons de verde na Figura 3.

O ciclo do charque que perdurou por todo o século XIX, extinguiu-se aos poucos nas primeiras décadas do século XX. Segundo Anjos (2000), no final do século XIX, a economia pelotense entra em um novo processo, que repercute espacialmente na cidade, devido ao estabelecimento de indústrias de aproveitamento dos produtos pecuários (curtumes, frigoríficos, fábricas de sabão e velas) e de matérias-primas agrícolas como: beneficiamento de arroz, fábricas de tecidos, moinhos, cervejarias, entre outros. A população da cidade de Pelotas cresce, o que se reflete na expansão urbana e periférica, para leste (Areal), ao norte (Três Vendas) e ao Oeste (Fragata). São as áreas em tons de verde e azul na Figura 3.

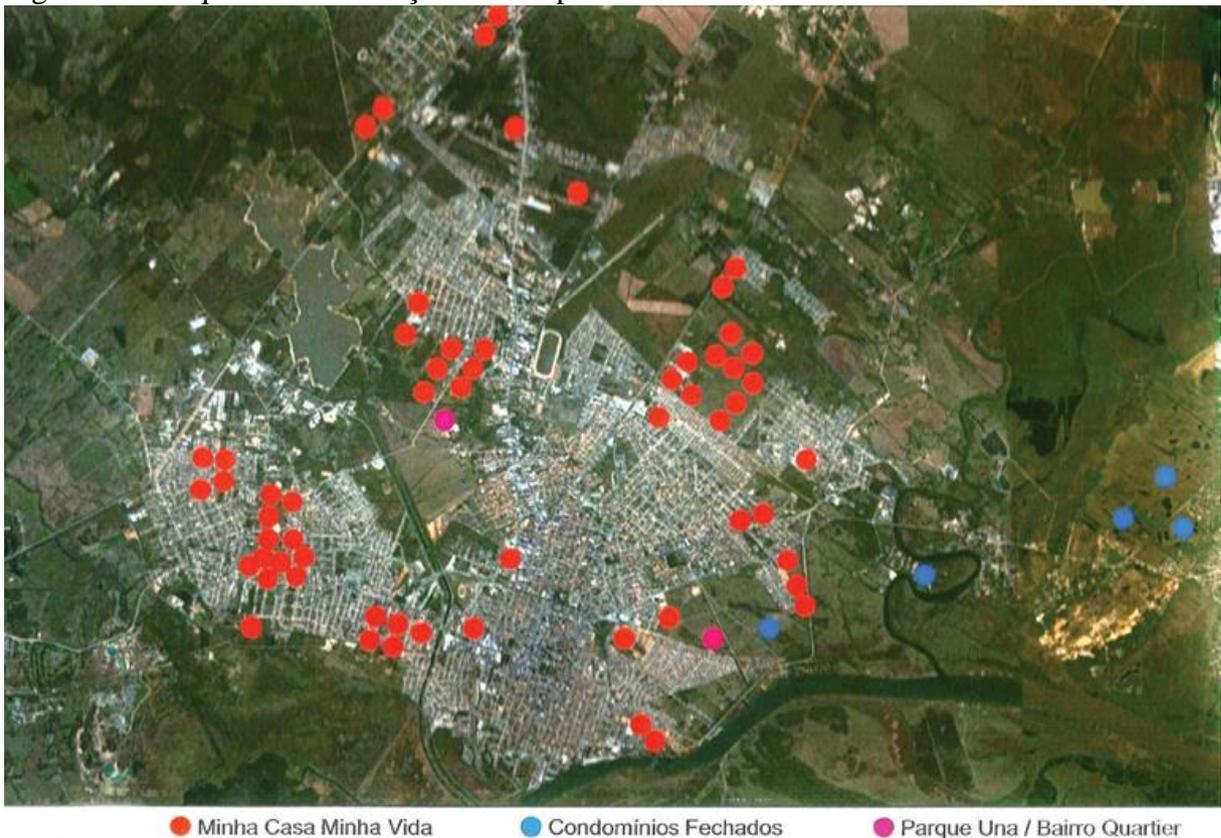
A partir da década de 1950, com o fim dos conflitos mundiais, os frigoríficos e demais indústrias de aproveitamento dos produtos pecuários começam seu processo de decadência, porém, multiplicam-se as fábricas de beneficiamento do arroz e de processamento e industrialização de frutas (pêssego, principalmente). Atualmente, existem mais de vinte beneficiadoras de arroz em Pelotas, das quais duas estão entre as cinco maiores do país. Pelotas também se reafirma como um centro de comércio e de serviços, além de ser sede administrativa de várias unidades de gestão regional.

A imagem de satélite que apresenta área urbanizada em 2017 (Figura 3) vai muito além do projetado até os anos 1950. Infelizmente, segundo Carrasco (2017), a oferta de infraestrutura não acompanha essa expansão, evidenciando-se um processo de urbanização precário juntamente com o agravamento da desigualdade entre centro e periferia. A partir dessa estruturação e ainda com ela, em período mais recente, ocorre outro processo, em que há o deslocamento de parte da classe média e alta para áreas periféricas, com a construção de condomínios fechados.

No contexto atual, a periferia de Pelotas vem se transformando no território preferencial para a implantação de empreendimentos imobiliários de grande escala, graças a fatores como disponibilidade de terras passíveis de serem urbanizadas e seu baixo valor relativo, se comparadas às áreas mais próximas ao centro. O que se observa é a formação de um panorama no qual áreas periféricas vêm sendo disputadas por formas avançadas de incorporação e especulação imobiliária, determinando relações de desigualdade e segregação internas à própria periferia (CARRASCO, 2017, p. 609).

No que se refere à expansão centro periferia a especulação imobiliária se beneficiou da Lei municipal nº 5.660 de 30 de dezembro de 2009, que passa a permitir a implantação de condomínios residenciais de até 35 hectares, indo de encontro ao III Plano Diretor de 2008, que delimitava que esses empreendimentos não poderiam exceder a um hectare. A partir dessa nova legislação, ocorre uma concentração de empreendimentos na área periférica da cidade, podendo ser observado na Figura 4.

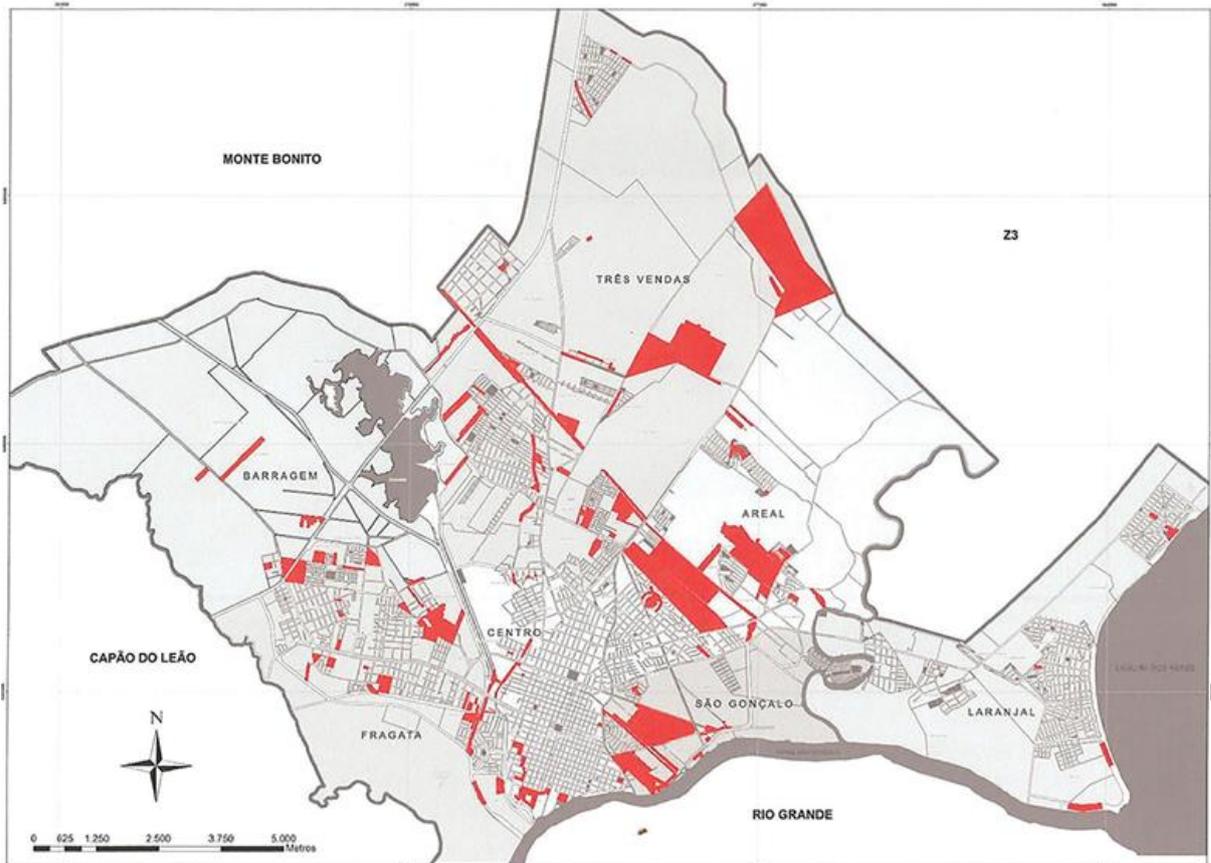
Figura 4 – Croqui com localização dos Empreendimentos imobiliários em Pelotas - 2016.



Fonte: Carrasco (2017).

Nesse cenário de implantação de empreendimentos imobiliários representados na Figura 4, cabe ressaltar a localização de loteamentos irregulares na área urbana de Pelotas, representados na Figura 5. Essas também tratadas no III Plano de Diretor como sendo Áreas de Especial Interesse Social – AEIS, que são porções do território municipal com prioridade para recuperação urbanística, regularização fundiária e necessárias produção, manutenção e melhorias de empreendimentos de habitação, incluindo a provisão de equipamentos sociais e culturais.

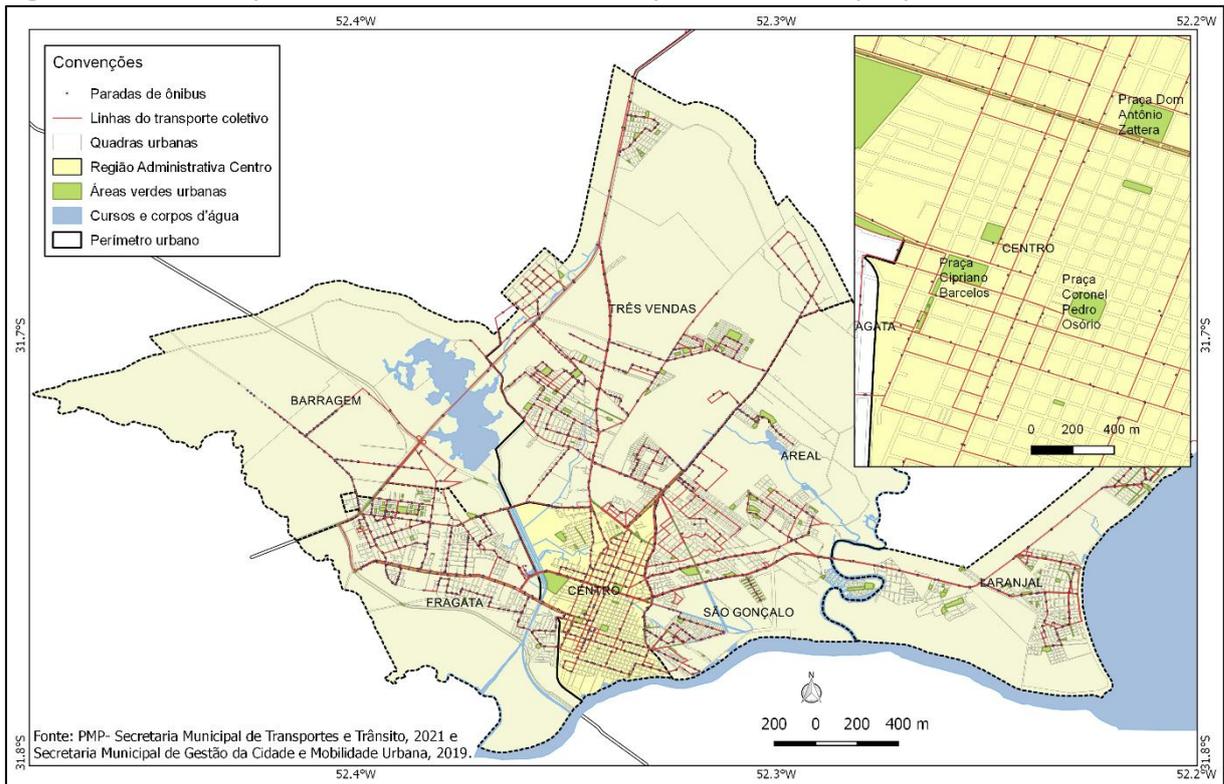
Figura 5 – Áreas de urbanização irregular em Pelotas (RS) – 2013.



Fonte: Carrasco (2017)

A expansão urbana foi ocorrendo para locais cada vez mais distantes dos principais bens e dos equipamentos de consumo coletivo que, nesta cidade, ainda apresentam maior concentração na Região Administrativa Centro, apesar de já se configuraram outras centralidades. Isso demanda garagens de estacionamento no centro e que a maioria das linhas de transporte coletivo urbano tenham pontos de embarque/desembarque ou pontos finais na área central da cidade (figura 6). O centro como referência comercial e de serviços também permanece para as pessoas que moram nos distritos fora da sede municipal e, ainda, para a população de municípios vizinhos, de modo que existam pontos finais das linhas municipais e pontos de embarque e desembarque de linhas intermunicipais nas ruas centrais da cidade, conforme será apresentado adiante.

Figura 6 - Linhas e paradas de ônibus urbanos de pelotas - destaque para área central.



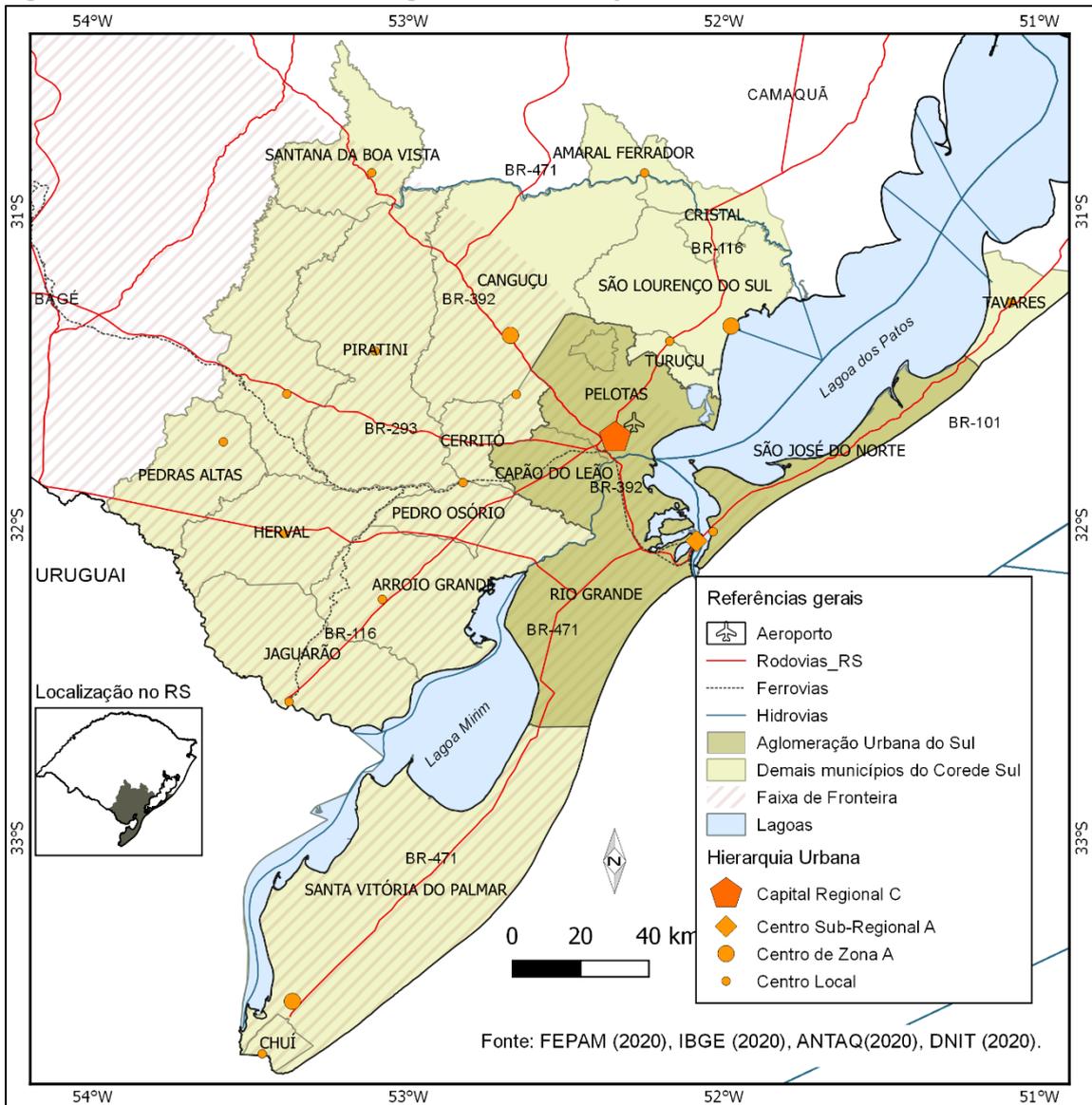
Fonte: Secretária de Transporte e Trânsito e Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade urbana. Organizado pela autora (2021).

3.2 Pelotas e sua inserção regional

É classificada como uma cidade de médio porte quando levados em consideração critérios estatísticos e demográficos. Segundo estimativa do IBGE de 2019 é considerada a quarta cidade mais populosa do estado, com 342.405 habitantes. Quanto à situação domiciliar, de acordo com IBGE de 2010 a população municipal é predominantemente urbana (93%) e o percentual de mulheres residentes é de 53%, enquanto os homens são 47% da população.

Em termos de posição de Pelotas na organização espacial regional é fundamental considerarem-se neste trabalho tanto o aspecto da malha infranacional, quanto da malha intrarregional (Figura 7).

Figura 7 - Pelotas no contexto regional e fronteiriço.



Fonte: FEPAM (2020), IBGE (2020), ANTAQ (2020), DNIT (2020). Organizado pela autora (2021).

O município de Pelotas está dentro dos limites da faixa de fronteira, sendo esta área criada durante o Regime Militar pela Lei 6.634/79, associada, na época, a uma agenda de intervenção pública, com o intuito quase exclusivo de garantir a segurança nacional por meio da imposição de restrições de toda ordem. A partir da Constituição de 1988 a fronteira, aos poucos, volta a se caracterizar por ser um lugar de comunicação e troca entre dois domínios territoriais distintos (RIBEIRO, 2001).

Com criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991, passaram a se intensificar as relações políticas e econômicas entre os países sul-americanos o que provocou uma reorganização dos investimentos públicos nos limites do Estado nacional. Pelotas enquanto polo regional se beneficiou com estes investimentos. Porém, a elevação dos fluxos

econômicos, na região de fronteira, segundo Salla *et al.* (2014), também trouxe uma verdadeira explosão de atividades ilegais. Com vistas a um maior controle dessas atividades e do aumento dos fluxos produzidos pelas economias ilegais, um conjunto de medidas mais amplo foi adotado pelo governo federal em articulação com os governos estaduais e municipais.

Na segunda década do século XXI, foi adotado o Plano Estratégico de Fronteira (2011), por intermédio do qual foi criada a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), que firmou convênios com os Estados para repasse de recursos para essa área. Tais iniciativas contaram com os recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Após a legalização da Maconha no Uruguai em 2013, em julho de 2017, o Uruguai se tornou o primeiro país sul-americano a vender maconha com fins recreativos. A droga, a princípio, é produzida sob controle do Estado e comercializada no âmbito da lei que regulamentou o consumo, a venda e a distribuição da mesma. O problema é que com a liberação e a comercialização legal do entorpecente, “criou-se” um mercado negro de venda paralela, onde a droga é vendida mais barata, o qual se entrelaça com o comércio ilegal de quadrilhas gaúchas. Diante disso, como apontam Duarte e Pinheiro (2019), os órgãos de Segurança Pública no estado do Rio Grande do Sul vêm enfrentando uma série de eventos que constituem novas dinâmicas do crime organizado, o qual direciona-se de maneira significativa para a fronteira sul, no caminho da qual se encontra a cidade de Pelotas.

De acordo com Textos para Filho *at. Al.* (2012) a faixa de fronteira, assim como a legislação que rege, é de grande importância para o estado do Rio Grande do Sul, pois, dos 496 municípios do estado, 182 fazem parte da faixa de fronteira do Brasil. A região da fronteira do Rio Grande do Sul possui especificidades econômicas distintas, em virtude do processo histórico de ocupação do território gaúcho. A distribuição da atividade de produção no Rio Grande do Sul é representada por divisões administrativas chamadas Conselhos Regionais de Desenvolvimento Econômico e Social (COREDES). O território gaúcho possui 28 COREDES, dos quais sete estão localizados dentro da faixa de fronteira. O município de Pelotas faz parte do COREDE Sul juntamente com mais 21 municípios (Figura 6). Por estar dentro da faixa de fronteira, de acordo com Filho *at. Al.* (2012), um dos problemas comuns dos núcleos urbanos que fazem parte dessa, é a segurança.

A divisão do espaço estratégico de produção no estado confere à posição natural que ocupam Rio Grande e Pelotas com potencial portuário, na desembocadura da Laguna dos Patos no Oceano Atlântico. Esta condição as tornou alvo, desde 2006, de uma série de ações

do governo federal que pretendia reacender a indústria naval do país e ao mesmo tempo descentraliza-la, o que definiu a especialização funcional de Rio Grande para criação de um polo naval. O polo naval foi inaugurado em 2010 e teve seu ápice em termos de postos de trabalho em 2014. Nos anos seguintes, a Operação “Lava Jato” impactou significativamente a indústria naval e a mudança de estratégia do Governo pós-impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, acarretou o colapso da indústria naval em Rio Grande. Este processo trouxe primeiramente um aumento dos postos de trabalho e, posteriormente, uma queda vertiginosa com impacto tanto em Rio Grande como em Pelotas (D’ÁVILA, 2018).

Pela característica do município, Pelotas também é considerada um polo educacional, de acordo com o Perfil Socioeconômico Regional (2015), o COREDE Sul possui uma densidade de cursos técnicos, superiores e de pós-graduação, tendo em Pelotas as universidades (UFPel e UCPel), faculdades e demais institutos de ensino superior (Anhanguera, IFSul e SENAC, Cruzeiro do Sul, entre outros).

De acordo com estudo das Regiões de Influências das Cidades (REGIC), realizado em 2007³ pelo IBGE, a cidade de Pelotas foi classificada de acordo com (SÁ BRITTO, 2018) capital regional do tipo C na composição da rede urbana de Porto Alegre, sendo considerada uma das principais redes urbanas do sul do Brasil. De acordo com essa classificação, uma capital regional é definida em razão do relacionamento com a classe superior da rede urbana, sendo neste caso a metrópole de Porto Alegre, que apresenta uma grande capacidade de gestão e área de influência de âmbito regional. Dessa forma, Pelotas aparece como destino para um conjunto de atividades, especialmente nos setores de serviços e comércio, se destacando em diversificação do comércio varejista e concentração de importantes equipamentos de administração pública, saúde e educação.

Devido ao intenso fluxo econômico e populacional entre municípios que fazem parte da rede urbana na porção sul do estado, houve em 1990 a criação do Aglomerado Urbano do Sul (AUSUL), primeira aglomeração urbana não metropolitana, sendo Pelotas e Capão do Leão os primeiros municípios a fazer parte, estendendo em 2002, a outros como, Arroio do Padre, Rio Grande e São José do Norte. Sobre a importância dos fluxos e dinâmicas econômicas de Pelotas, diz Sá Brito.

³ Em nota técnica REGIC (2018), anexo 3- Cita Pelotas como parte dos municípios em que não foram aplicados questionários na pesquisa REGIC 2018.

Os municípios de Pelotas e Rio Grande, com núcleos urbanos distantes cerca de 50 km um do outro, apresentam-se como os principais centros urbanos na determinação dos fluxos e da dinâmica econômica do AUSUL, constituindo dois polos indiscutíveis nesta aglomeração. Rio Grande, com uma população estimada de 208.641 habitantes (IBGE, 2016), destaca-se pelas atividades industriais – indústria de fertilizantes, metal mecânica e naval - e portuária - nele se localiza o principal porto marítimo do sul do Brasil - configurando o 8º maior PIB industrial do Rio Grande do Sul em 2014 (FEE, 2014), enquanto Pelotas se destaca pela especialização no setor de comércio e serviços, o que alude certa complementaridade de funções entre estes dois polos regionais. Entre as duas cidades há ainda uma importante rede de conexão intermodal, articulada através do transporte portuário que conecta a região aos fluxos de ordem distante, do transporte rodoviário (através da BR 392 e BR116) que liga o extremo sul à capital do estado e à região da campanha gaúcha, e do transporte de cargas ferroviário, que conecta o litoral sul à fronteira oeste e ao Uruguai (SÁ BRITO, 2018, p.90).

A economia de Pelotas está alicerçada no agronegócio, serviços e no comércio. No setor primário, a região de Pelotas se destaca como a maior produtora de pêssego para indústria de conservas do país. Sendo evidenciada também de acordo com o COREDE Sul (2015), pelo cultivo de cereais para grãos, principalmente de arroz. No setor secundário há a presença de indústrias ligadas ao setor de agronegócio, beneficiamento de arroz, curtimento de couro, têxtil e panificação, assim como atividades de reflorestamento ligadas a produção de papel e celulose. O setor terciário o município é considerado como grande centro comercial da região, atraindo assim compradores de diversas regiões.

Pelotas não esteve inerte com o passar dos anos, modificando sua dinâmica na medida em que responde as políticas de escala regional, nacional e internacional. Ela apresenta um espaço geográfico que lhe é peculiar, com história e geografia própria, contudo, está intrinsecamente relacionada com outros locais, com suas origens marcadas por conflitos entre portugueses e espanhóis, e na atualidade, com os constantes fluxos entre pessoas, mercadorias e serviços.

Devido aos fluxos de pessoas e mercadorias que passam por Pelotas, em razão do comércio, das universidades, e, ainda, por estar próxima ao principal porto marítimo do sul do Brasil e ser nó de uma rede de conexão de transporte rodoviário que liga a este porto à fronteira, Pelotas, vinha apresentando um quadro de criminalidade preocupante, conforme será abordado a seguir.

3.3 Criminalidade em Pelotas

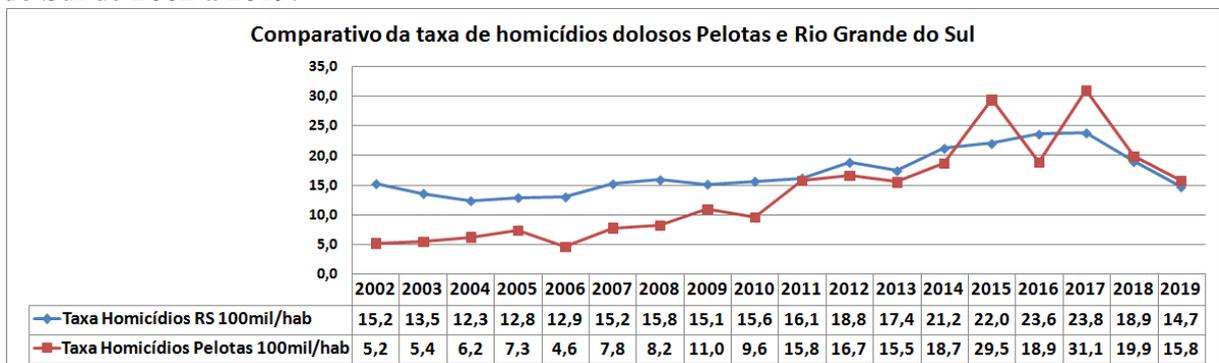
A pesquisa busca compreender a criminalidade em Pelotas, no que se refere particularmente ao crime contra o patrimônio de roubo a pedestre, porém, neste primeiro

momento serão apresentados outros indicadores criminais para demonstrar o crescimento dos crimes no município e a importância do estudo. Sendo assim, esta seção tem a função de contextualização das taxas criminais de homicídios dolosos, latrocínios, roubos e furtos, fazendo um comparativo em relação às taxas do município de Pelotas com o estado e na sequência apresentar um panorama do Brasil.

3.3.1 Taxas criminais de Pelotas em relação às do estado e panorama do país

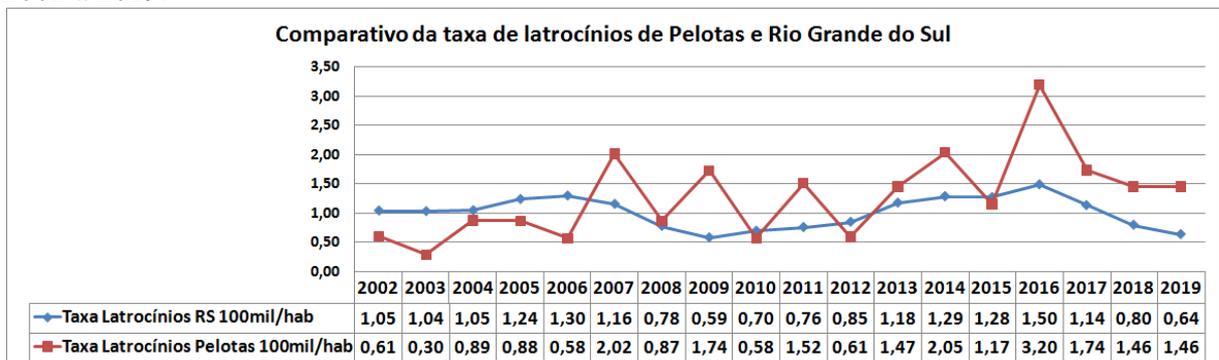
Por meio dos Gráficos (1, 2, 3 e 4), podemos verificar as taxas dos crimes de homicídio doloso, latrocínio, roubos e furtos do município de Pelotas em relação às taxas estaduais. No período analisado, que compreende 17 anos, vemos um comportamento diferente para cada indicador, e entre taxas locais e estaduais, porém, nos homicídios dolosos, latrocínios e roubos de forma geral seguem uma tendência de aumento até o ano 2017 e os furtos se apresentam em queda na linha histórica, nas duas escalas analisadas.

Gráfico 1 - Taxas de homicídios dolosos por 100 mil habitantes em pelotas e no Rio Grande do Sul de 2002 a 2019.



Fonte: SIP/PROCERGS, coleta 12 junho 2020 e IBGE (estimativas populacionais de 2002 a 2019 enviadas para o TCU). Organizado pela autora (2020).

Gráfico 2- Taxas de latrocínios por 100 mil habitantes em Pelotas e no Rio Grande do Sul de 2002 a 2019.

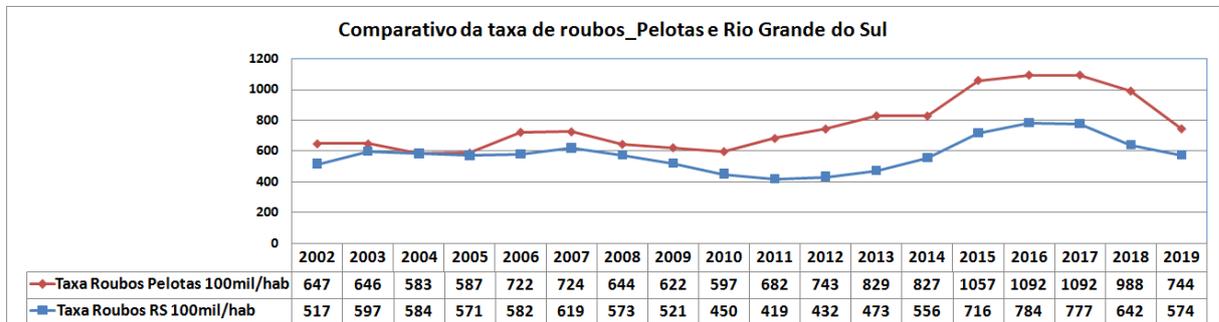


Fonte: SIP/PROCERGS, coleta 12 junho 2020 e IBGE (estimativas populacionais de 2002 a 2019 enviadas para o TCU). Organizado pela autora (2020).

Ao analisarmos as taxas dos indicadores apresentados, podemos verificar, no que se refere aos homicídios dolosos, que em Pelotas houve aumento da taxa a partir do ano de 2002, que acompanha a tendência de aumento da taxa do Rio Grande do Sul, porém, com acentuação dos anos de 2015 e 2017 que ultrapassaram as taxas do estado, apresentado ambos queda a partir do ano de 2018. Quanto aos latrocínios, em Pelotas houve um acréscimo acima das taxas do estado a partir de 2007, com picos nos anos (2007, 2009, 2011, 2014 e 2016), apresentando quedas desde então, mais ainda com taxas maiores as do estado.

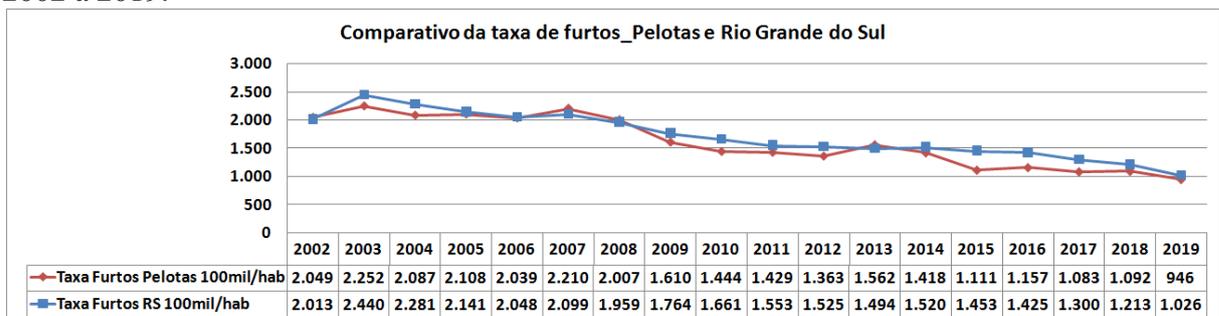
Nos crimes contra o patrimônio, apresentados nos Gráficos 3 e 4, os roubos que incluem os roubos a pedestres, apresentam taxas que excedem as do estado em praticamente toda linha histórica, exceto no ano de 2004. A partir do ano de 2010 observa-se que enquanto o estado diminuía paulatinamente seus índices, Pelotas em contrapartida aumentava, havendo um distanciamento entre as linhas, apresentando a partir de 2017 quedas em ambos. Nos casos de furtos observa-se uma proximidade e acompanhamento dos aumentos e quedas em Pelotas comparadas ao estado, porém Pelotas apresenta-se em sua maioria com taxas menores as apresentadas no estado.

Gráfico 3 - Taxas de Roubos por 100 mil habitantes em Pelotas e no Rio Grande do Sul de 2002 a 2019.



Fonte: SIP/PROCERGS, coleta 12 junho 2020 e IBGE (estimativas populacionais de 2002 a 1019 enviadas para o TCU). Organizado pela autora (2020).

Gráfico 4 - Taxas de Furtos por 100 mil habitantes em Pelotas e no Rio Grande do Sul de 2002 a 2019.



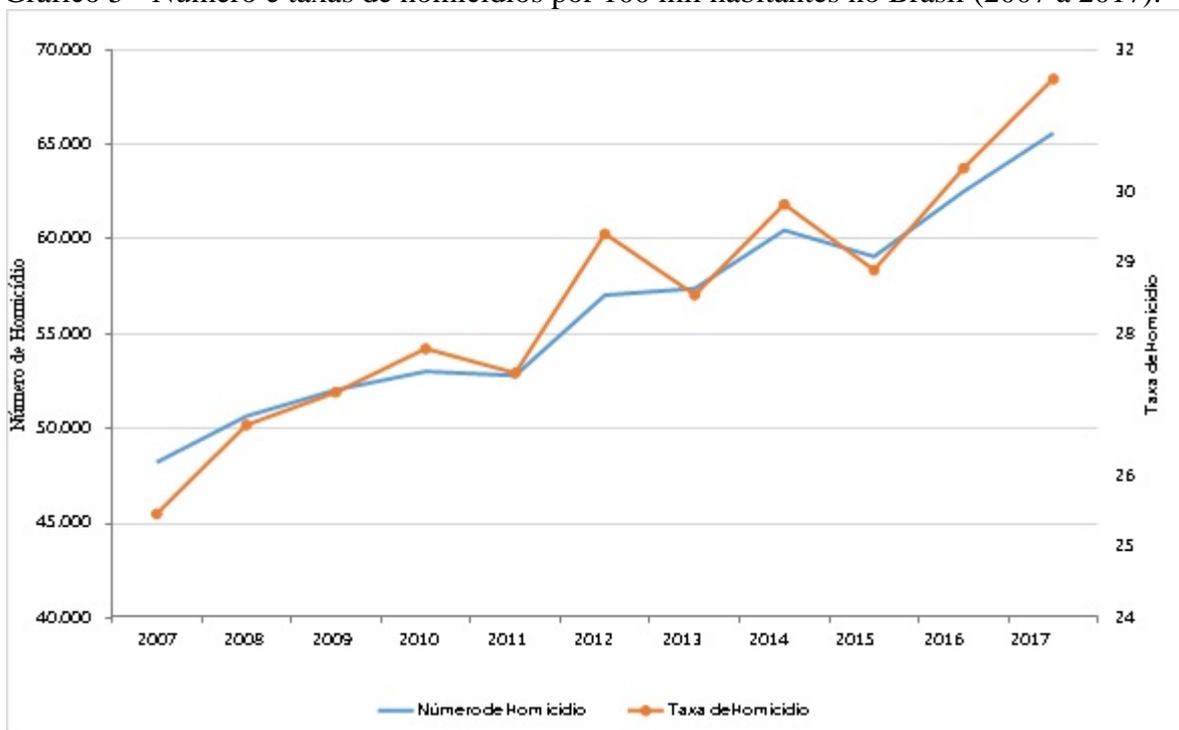
Fonte: SIP/PROCERGS, coleta 12 junho 2020 e IBGE (estimativas populacionais de 2002 a 1019 enviadas para o TCU). Organizado pela autora (2020).

Nos crimes contra o patrimônio observa-se que, enquanto os crimes de furtos, apresentam uma queda na linha histórica, em contrapeso os roubos apresentam uma elevação, tanto em Pelotas quanto no Rio Grande do Sul.

Passando para uma análise macro, de cunho nacional, o Gráfico 5 mostra o crescimento nas taxas de homicídios no Brasil de 2007 a 2017. Esse aumento nas taxas já foi alvo de diversos estudos nacionais e por pesquisadores de várias áreas de conhecimento, motivo pelo qual não nos prenderemos em detalhes, visto que as taxas médias não são homogêneas em todos os estados e municípios, como mostra o atlas da violência (2019). Assim como as taxas podem variar devido a outros fatores que seu detalhamento extrapolaria o objetivo desta pesquisa.

De acordo com o Atlas da Violência (2019), que trata da conjuntura da violência letal no Brasil, em 2017 houve 65.602 homicídios, equivalendo a uma taxa de 31,6 mortes a cada cem mil habitantes. Dado registrado como maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país, Gráfico 5.

Gráfico 5 - Número e taxas de homicídios por 100 mil habitantes no Brasil (2007 a 2017).



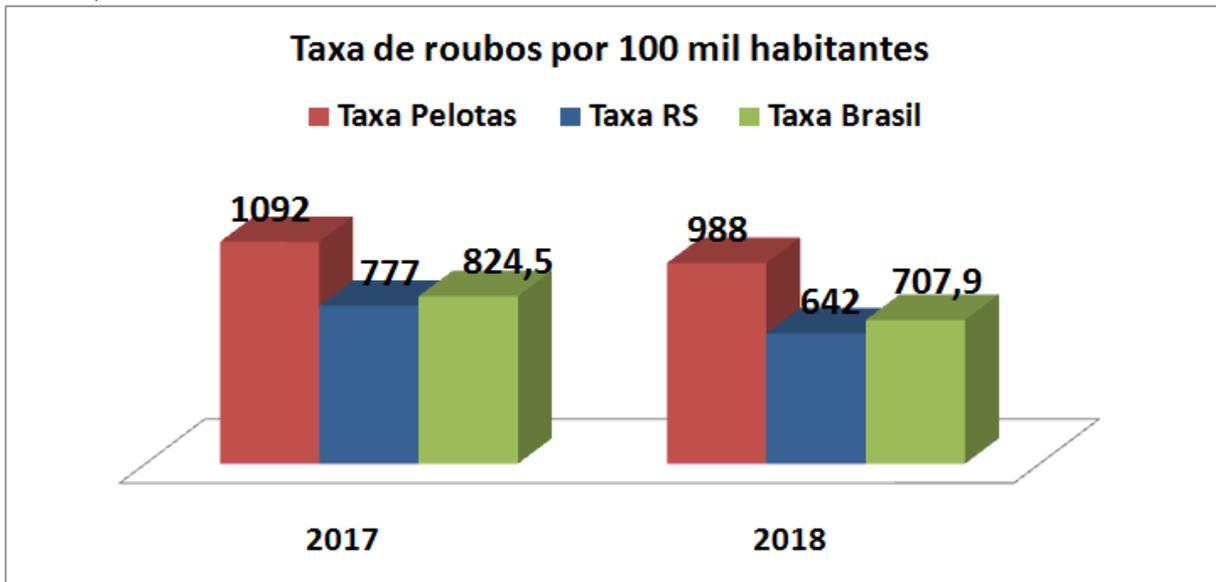
Fonte: Atlas da violência (2019).

Apesar do crescente aumento do número de casos no Brasil observados no Gráfico 5, o Atlas da Violência (2019), ainda reflete sobre a diferenciação das taxas entre as regiões brasileiras. Acrescentando que nos últimos anos houve uma diminuição das taxas nas regiões

Sudeste e Centro-Oeste, estabilidade do índice na região Sul e um crescimento acentuado no Norte e Nordeste. Pelotas, Gráfico 1, também apresenta um crescimento contínuo até 2015, ficando neste ano com uma taxa de 29,5 e em 2017 com uma taxa de 31,1 por cem mil habitantes, taxa essa próxima a taxa do Brasil de 31,6 no mesmo período, que foi considerada a taxa como maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país.

Em relação aos crimes contra o patrimônio, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019, retrata que o Brasil apresentou uma taxa de roubos por 100 mil habitantes em 2017 de 824,5 e em 2018 de 707,9, podendo essas ser observadas no (Gráfico 6) somadas ao comparativo do mesmo período do município de Pelotas e do estado do Rio Grande do Sul.

Gráfico 6 - Comparativo das taxas de roubos por 100 mil habitantes de 2017 e 2018 de Pelotas, Rio Grande do Sul e Brasil.



Fonte: Dados de roubos de Pelotas e Rio Grande do Sul em SIP/PROCERGS e IBGE (estimativas populacionais de 2002 a 2019 enviadas para o TCU). Dados Brasil e taxa em Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Organizado pela autora (2020).

O Gráfico 6 mostra que o município de Pelotas apresentou nos dois anos analisados (2017 e 2018) uma taxa de roubos por cem mil habitantes maior que as taxas do estado e do país. Apesar da tendência de queda de 2017 para 2018, enquanto em Pelotas houve uma queda de 9,5% em 2018 se comparada a 2017; o Rio Grande do Sul registrou queda de 17,4% no mesmo período e o Brasil apresentou redução de 14,1%.

Observamos no (Gráfico 3), que os crimes de roubos estavam em uma crescente até o ano de 2017, período que o município de Pelotas implantou o Pacto Pelotas Pela Paz, constitui-se de um conjunto de programas de prevenção social e de aplicação da lei, voltados

para atuar sobre os principais problemas identificados em diagnóstico preliminar, utilizando como referência programas internacionais com evidências científicas de efetividade sistematizados pelo Instituto Cidade Segura e Kopittke (2019).

De acordo com Aires (2019) os elementos principais que orientam as ações do Pacto Pelotas pela paz se fundamentam em diferentes fontes teóricas. A Escola Sociológica de Chicago contribui com as ideias de trabalho direto com potenciais infratores, ações dirigidas, presentes nas estratégias dos projetos da prevenção social implantadas no município (Cada Jovem Conta, Segunda Chance Jovem e Adulta). Ações relacionadas à teoria das “Janelas quebradas” e do “Espaço defensável” estão presentes na recuperação dos espaços públicos em algumas áreas da cidade e a ampliação da vigilância e visibilidade do controle sobre determinados espaços.

Além dos projetos direcionados a prevenção social, que tendem a dar resultados a médio e longo prazo, existem outros dirigidos à redução da criminalidade. Os principais projetos ligados a este eixo são: operações integradas, plano de policiamento integrado e videomonitoramento. Estes são responsáveis por direcionar o policiamento a áreas prioritárias “*Hotspot*”, integração das forças policiais em ações planejadas conjuntamente e monitoramento de locais públicos por meio de câmeras.

4 METODOLOGIA

4.1 Seleção do Objeto de Estudo

Neste capítulo será apresentado e delimitado o objeto de estudo e a metodologia empregada na pesquisa. A pesquisa busca analisar e explicar às ocorrências do crime de roubo a pedestre e a possível relação com as características físicas dos espaços onde eles acontecem, e para isso é necessário delimitar uma unidade de espaço para a análise.

4.1.1 Critérios para seleção e delimitação do objeto de estudo

O objeto de estudo e seu recorte espacial foram identificados e delimitados, paulatinamente, partindo do município de Pelotas (RS) para chegar à região administrativa Centro a ser analisada. Realizou-se: a) Levantamento do número de casos registrados de roubos a pedestres em todo o município de Pelotas; b) delimitação da área onde há maior concentração de casos; c) identificação dos segmentos de rua em que se encontram a maior concentração de crimes; d) identificação de elementos urbanísticos que possam estar contribuindo ou dificultando as ocorrências criminais.

Inicialmente, a partir do banco de dados do Observatório de Segurança Pública de Pelotas referente ao crime de roubo a pedestre do período de janeiro de 2016 a dezembro de 2019, foi realizada a análise dos locais onde a concentração dessas ocorrências era maior. Através deste levantamento foi possível identificar a região administrativa denominada Centro como sendo área prioritária para o estudo, visto que concentrou 51% dos casos registrados no período (Gráfico 9).

4.1.2 Caracterização da área selecionada

A área de estudo é de acordo com o III Plano Diretor de Pelotas (2008), uma das sete regiões administrativas da área urbana de Pelotas (Figura 2). A região administrativa Centro, assim denominada no III Plano Diretor pela então Secretaria Municipal de Urbanismo, tem 11.700,000m² e é, de acordo com IBGE 2010, a terceira região administrativa de Pelotas com maior população, com 58.964 habitantes, dos quais 25.826 são do sexo masculino e 33.138 do sexo feminino. A região, além de principal centro comercial e de serviços da cidade, dentre os quais se destacam os polos de educação superior com diversos campi da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), do Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul) e ainda de faculdades isoladas destas e de outras instituições. Também possui o centro histórico, com casarões, teatros, Mercado Central e a principal praça do município, a Praça Coronel Pedro Osório.

A Praça Coronel Pedro Osório está localizada no seio da região administrativa Centro, local classificado como centro histórico, em seu entorno encontram-se a Prefeitura Municipal de Pelotas, Grande Hotel, Theatro Sete de Abril e vários Casarões Históricos, assim como está próxima do Mercado Central, Teatro Guarani e Calçadão. Devido a sua localização e importância histórica é considerada a principal praça da cidade, sendo utilizada como ponto de encontro para os jovens. No entorno da Praça Coronel Pedro Osório e do Mercado Público também acontecem, anualmente, a feira do livro, o evento “Pelotas Doce Natal”, com iluminação especial durante o mês de dezembro em comemoração à festa Natalina, o Festival de Música SESC e muitos outros eventos. Além disso, no período letivo das Universidades e Escolas, a praça é tomada pelos estudantes aos sábados e domingos.

Ocupa uma área de aproximadamente 22 mil metros quadrados, com um paisagismo composto por diversas espécies vegetais, tendo como predominância árvores de grande porte. No seu interior está instalado um imponente chafariz “Fonte das Nereidas” e várias esculturas em bronze que homenageiam personalidades que fizeram parte da história da cidade de Pelotas.

4.2 Procedimento de Investigação

A pesquisa bibliográfica foi o primeiro passo realizado buscando entendimento acerca da criminalidade e sua relação com o espaço, teve como finalidade conhecer e revisar a

literatura existente sobre o tema estudado. Foi um estudo aprofundado sobre o assunto e sobre o conhecimento dos autores que trabalham com a temática. Tratou-se como uma pesquisa global que envolveu procedimentos metodológicos e etapas de trabalho, como: identificar documentos que trabalham com a criminalidade; elaborar um esquema provisório, com temas e subtemas para o trabalho; registrar os dados da leitura fazendo resumos, transcrições e notas; analisar as bibliografias que foram utilizadas nos trabalhos considerados; para posterior preparar o sumário do trabalho, reformulando o esquema provisório, e assim deu-se início a redação a partir das anotações realizadas.

Para a revisão de literatura foram buscadas referências em Tuan (2005) para análise do Medo; Minayo (1993), Wieviorka (1997), Santos (2002), Silva (2004) e Melo (2017) para questões de Crime e Violência; Beato Filho (2008 e 2012), Freire (2009) e Xavier (2012) para estudo sobre o panorama da Segurança Pública e criminologia; Martinelli (2008), que trata da cartografia temática; Santos (2006) tratando do espaço urbano, paisagem e da natureza do espaço; Cohen e Felson (1979), Clarke (1980), Newman (1972), Jabob (2011) e Souza (2009) para as teorias que permeiam a questão dos espaços urbanos seguros e Creswell (2013) para tratar dos métodos da pesquisa.

No estudo de caso, que tem como base uma investigação empírica, buscou-se investigar o fenômeno do roubo a pedestre no contexto de uma cidade média que tem um centro muito vivo. Para isso, nas fases da pesquisa foi definido o problema que delineou a pesquisa e a coleta de dados, sendo esses, analisados na busca dos resultados. O estudo de caso foi realizado, com o objetivo de se compreender os diferentes fenômenos sociais, que estão relacionados ao crime de roubo a pedestre na região administrativa do centro, buscando uma definição substancial sobre os limites entre o fenômeno e o contexto.

4.3 Técnicas para obtenção e tratamento de dados

Para especialistas em análise espacial e pesquisadores da criminalidade já é consenso à dificuldade de aquisição de dados criminais e, principalmente, de dados com qualidade. Para esta pesquisa não foi diferente, porém, foi possível contar com banco de dados do Observatório de Segurança Pública de Pelotas, quem vem em um processo de aquisição e qualificação de dados criminais para compor seu acervo. Conforme abordado no capítulo 2, isso faz parte de esforço sistemático de organização de dados que resultem em evidências para

moldar ações de policiamento na cidade. Além destes dados, foram realizados levantamentos de campo, como será explicitado nesta seção.

4.3.1 Dados criminais

O primeiro passo do processo de coleta dos dados criminais foi à solicitação de autorização do Secretário de Segurança Pública de Pelotas para uso do banco de dados criminais do Observatório de Segurança Pública de Pelotas, referente ao período de 2016 a 2019. Os tipos de variáveis que compõe o banco de dados são: Tipo de fato, dia e hora do fato, dia da semana, faixa horaria, município, logradouro, numeral, ponto de referência, bairro, Região Administrativa, órgão registrador e número da ocorrência.

Na sequência, iniciou-se a busca por outras bases de dados para abarcar a pesquisa e abranger um período maior, na tentativa de um diagnóstico mais amplo, como a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul (SSP/RS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos quais foram realizadas as coletas de dados criminais e demográficos de 2002 a 2019.

4.3.2 Bases cartográficas

Para construção das bases cartográficas, foi utilizada a malha urbana vetorial de Pelotas, disponibilizada pela Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito obteve-se o trajeto das linhas de ônibus e os pontos de parada e finais das mesmas.

4.3.3 Estudos já realizados

O fato de ter realizado disciplinas em outras áreas do conhecimento, além da geografia, fez com que se entrasse em contato com outras metodologias, como também com documentos gráficos (mapas e croquis) com possibilidade de diálogo com a pesquisa que se pretendeu realizar. Neste sentido, na análise dos dados, o trabalho dialoga constantemente com documentos produzidos por Carrasco (2017) e, principalmente, por Quintanilha (2015),

na dissertação de intitulada “A influência da iluminação artificial no comportamento de usuários de praças públicas: O caso da Praça Coronel Pedro Osório”.

4.3.4 Levantamento de campo

No trabalho de campo, foi utilizado como técnica de coleta de dados o levantamento físico e utilização de questionários para verificar a percepção de uma amostra da população sobre a questão de (in) segurança na Praça Coronel Pedro Osório. A praça foi escolhida como objeto de estudo por ser um importante ponto de referência para os moradores e turistas. Assim como, por apresentar um número significativo de registros de crimes.

4.3.4.1 *Levantamento físico*

No levantamento físico utilizado para análise da percepção, foi empregada a técnica de coleta por meio de fotos. Os registros fotográficos dos movimentos de transeuntes ocorreram no ano de 2019, mesmo período de aplicação dos questionários. As fotos foram utilizadas para compreensão de acesso e uso da praça. As figuras apresentam registros em diferentes dias e horários, foi realizado o registro em uma manhã de terça-feira e em uma sexta-feira no turno da tarde e noite. Além de levantamento específico realizado nesta pesquisa, fez-se uso de levantamentos lumínicos e de mapas de integração e visibilidade realizados por Quintanilha (2015).

Também foi feito o registro fotográfico dos segmentos de ruas que apresentaram maiores registros de ocorrências de roubo a pedestre, delimitado pela Figura 12. Esse registro ocorreu no mês de novembro de 2020, em uma quinta-feira na faixa horária das 18 horas, registraram-se os segmentos que apresentaram incidência maior que 21 casos no período analisado. As (Figuras 14 a 19) representam esses segmentos, e em cada figura está distribuído quatro imagens concebendo porção do mesmo segmento, na tentativa de melhor representação da paisagem e identificação dos elementos facilitadores ou inibidores do cometimento do crime analisado.

Foi realizada observação para representação de mapas comportamentais em relação a reação das pessoas que utilizam a Praça Coronel Pedro Osório para circulação, uso e/ou desvio, no que se refere à análise da percepção de (in) segurança. Na metodologia utilizada buscou-se observar a mudança de apoderamento das pessoas em relação à praça, para fazer o

levantamento físico utilizou-se como critério os dias da semana e horários de maior incidência do crime de roubo a pedestre na região administrativa centro, expressos no (Gráfico 11).

De acordo com Rheigantz (2009) os mapas comportamentais podem estar centrados no indivíduo ou no lugar. Foram utilizados os dois tipos, quando centrado no lugar, foram estabelecidos quatro pontos chaves, onde em cada ponto se pode ter uma visão geral de dois lados da praça e do movimento local, para que pudesse registrar as pessoas que já faziam uso do espaço, assim como, perceber a circulação e direção dos transeuntes, registrando em planta baixa. A análise passa ser centrada no indivíduo, usuário da praça, quando este está em movimento, buscou-se verificar a intensão seja ela de permanecer, desviar ou atravessar a praça, nesse caso, o indivíduo ou grupo foi seguido durante um período de tempo e percurso de forma que pudesse ser identificado a sua rota e comportamento.

Esta metodologia foi aplicada nos dias 09 e 10 de janeiro de 2021, sábado e domingo consecutivamente, utilizando o intervalo de 40 minutos em cada dia, distribuídos nos quatro lados da praça, com 10 minutos de observação em cada lado, tal separação ocorreu em razão da extensão da área e dificuldade de visualização do todo, assim como para diminuir o risco de marcar a mesma pessoa mais de uma vez. Foram construídas quatro plantas baixas para análise de cada dia, em que participaram duas geógrafas e um servidor da segurança pública para auxiliar na observação e registro. Foram registrados cinco comportamentos, primeiramente foram observadas as pessoas que estavam na praça e posterior as que entraram e permaneceram na praça, as que desviaram ao chegar à praça, as que atravessaram a praça e as que circulam no seu entorno, o mesmo registro se deu nos dois dias.

No dia 09 de janeiro o grupo responsável pelos registros se encontrou 20 minutos antes para alinhar o papel de cada um e repassar os pontos e comportamentos a serem registrados, e a pesquisa começou as 20h10min, considerando o horário de maior incidência de casos no centro e nos sábados. No dia 10 o grupo também se encontrou 20min antes para relembrar os pontos e discutir aspectos positivos e negativos do primeiro dia de pesquisa, neste sentido, optou-se pelos integrantes do grupo permanecer juntos e auxiliar uma única pessoa que ficaria responsável pelo registro de fato, no primeiro dia cada integrante tinha sua planta baixa registrando apenas uma ação e após os registros, houve o agrupamento das informações. No segundo dia, domingo, apesar do horário mais quente ser às 21 horas decidiu-se em razão do período de verão e do pôr do sol que ocorre por volta das 19h40min em Pelotas, dar-se início aos registros às 19h45min, visando verificar uma mudança de padrão em relação à luminosidade natural.

Aqui cabe relatar as dificuldades encontradas para realizar esta parte da pesquisa, visto o pouco tempo que resta para o seu término e a interferência direta da pandemia da COVID-19 que assolava todo o mundo neste período. Pelotas como muitos municípios do Rio Grande do Sul e Brasil na tentativa de minimizar as perdas de vidas impôs medidas de controle, como restrições de circulação das pessoas, horários reduzidos e até fechamentos de comércios não essenciais por determinados períodos, assim como, fechamentos de espaços públicos, como praças, parques e praias. O ano de 2020 a partir de março passou por diferentes processos de liberações e restrições impostos por decretos e fiscalização desses. Assim tivemos períodos com reduzido número de pessoas circulando e vários meses com proibição de permanência em espaços públicos, no dia 29 de dezembro de 2020 o decreto 6354 volta a permitir a utilização e permanência dos espaços públicos, fator este que nos possibilitou fazer as observações nos dias 9 e 10 de janeiro de 2021. Porém, apesar da integridade dos dados coletados pesa-nos relatar a interferência em menor escala, porém não ignorada da COVID-19 na vida e nesta pesquisa.

4.3.4.2 Questionários

Os questionários foram utilizados para avaliar a percepção de (in) segurança dos moradores de Pelotas e usuários da Praça Coronel Pedro Osório. E assim, entender a possível relação entre determinados crimes e áreas verdes. Ele foi construído com perguntas fechadas e utilizado o método de amostragem descritiva. Foi criado no aplicativo *Google Docs*, parte integrante do pacote do *Google* e disponibilizados por mídias sociais como: *facebook*, e-mail e *whatsApp*. Primeiramente foi realizado um piloto com cinco pessoas, após foram realizados os ajustes necessários para uma melhor compreensão do público, que foi transformado para a forma digital e disponibilizado na plataforma, que em dez dias teve um alcance de 107 pessoas, sendo essas de todas as regiões administrativas, tendo como requisito serem maiores de idade. O questionário foi construído no ano de 2019 e aplicado no mês de novembro desse ano.

O questionário teve na sua composição 14 perguntas fechadas e a décima quinta foi reservada para identificação eletrônica do respondente caso tivesse interesse em receber a pesquisa após seu término. As perguntas 1, 4, 6 e 11 possuíam somente duas opções de respostas; as questões de número 2, 8 e 9 possibilitavam que o respondente escolhesse mais de uma opção; as questões 3, 5 e 7 foram usadas escalas em que o respondente poderia

escolher a intensidade da sua percepção, as questões começavam como opção positiva até chegar à escala negativa. As questões 10, 12, 13 e 14 apresentavam várias opções, porém, possibilitavam apenas uma resposta.

As questões 8 e 9 referentes aos fatores que contribuem para a insegurança, tabela 5, possibilitaram que os participantes escolhessem mais de uma resposta, assim como, alternativa na qual puderam registrar que nenhum dos fatores citados seria relevante para tal percepção. Foram apresentadas de forma geral as mesmas alternativas para as duas questões, incluindo na questão 9 que trata da percepção durante o período da noite a influência da iluminação.

4.4 Análise Estatística

Para construção dos gráficos, além do banco de dados, qualitativo e quantitativo do observatório, com os casos de roubos a pedestres de 2016 a 2019, também foram coletados dados na SSP/RS, onde foi realizado o levantamento do número de crimes do estado e de Pelotas do período de 2002 a 2019. Dados populacionais do mesmo período foram obtidos no *site* do IBGE, o que proporcionou a construção das taxas criminais por 100 mil habitantes, assim como o comparativo das taxas dos mesmos indicadores entre Pelotas e RS.

Os dados adquiridos pelos diferentes meios de levantamento foram registrados e tabulados e qualificados em planilhas do Excel. As tabelas foram construídas de forma que contivessem todas as variáveis da pesquisa, proporcionando as análises estatísticas dirigidas aos objetivos da investigação.

Os indicadores criminais dos gráficos (1, 2, 3 e 4) foram extraídos do site da Secretaria de Segurança Pública (SSP/RS). No gráfico (1 e 2) que retratam as taxas de homicídios e latrocínios, não foi possível utilizar o número de casos e sim o número de registros em razão, que até a data da coleta, o site não tinha disponibilizado os registros de vítimas de todo o período analisado, sendo que esses estão disponíveis a partir do ano de 2012. A escolha de contabilizar por registros proporcionou um aumento do período analisado, sendo este de 2002 até 2019. A taxa foi construída de acordo com a população estimada do IBGE por 100 mil habitantes.

Para os gráficos (3 e 4) que representam crimes contra o patrimônio, foi apresentado o acumulado de roubos e furtos, em decorrência da SSP/RS não disponibilizar especificamente os casos de roubos a pedestres, que estão abarcados no acumulado dos roubos.

Para construção dos gráficos que fazem parte da análise dos resultados (capítulo 5) foi utilizado somente o objeto de nossa análise, os casos de roubos a pedestres de 2016 a 2019, sendo que os gráficos (7 e 8) apresentam o quantitativo total de casos registrados. Após a qualificação da planilha em Excel com o total de casos (10.856) foi possível à identificação de dia da semana, horário e região administrativa de (10.756) casos, esse quantitativo foi utilizado para construção dos gráficos 9, 10 e 11.

O (gráfico 10) foi utilizado para verificar a incidência da ocorrência do crime em dias e horários. Para facilitar a visualização (dias x hora) de maior incidência foi utilizada uma paleta de cores, sendo cores frias para indicar baixa incidência e cores quentes para reforçar a média e alta incidência, conforme figura 8.

Figura 8 - Paleta de cores e intervalo para definir dias e horários de maior incidência de registros do crime.

Baixa	0 a 29	0 a 5	6 a 11	12 a 17	18 a 23	24 a 29
Média	30 a 59	30 a 35	36 a 41	42 a 47	48 a 53	54 a 59
Alta	60 a 166	60 a 65	66 a 71	72 a 77	78 a 83	84 a 166

Fonte: Organizado pela autora (2020).

Para construção do gráfico 11, que representa a incidência de casos dia e hora na região administrativa centro foi utilizado à mesma paleta de cores do gráfico 10, possibilitando uma comparação, porém, reduzindo o intervalo, em razão da região administrativa centro compor 51% das ocorrências, o intervalo foi reduzido pela metade, para ter maior proximidade do fenômeno no que se refere a dia e hora. Conforme observado na figura 9.

Figura 9 - Paleta de cores e intervalo para definir dias e horários de maior incidência de registros do crime no Centro.

Baixa	0 a 14	0 a 3	4 a 6	7 a 9	10 a 12	13 a 14
Média	15 a 29	15 a 17	18 a 20	21 a 23	24 a 26	27 a 29
Alta	30 a 75	30 a 32	33 a 35	36 a 38	39 a 41	42 a 92

Fonte: Organizado pela autora (2020).

Os gráficos que tratam do tema da percepção de segurança na Praça Coronel Pedro Osório, no item 5.4, foram construídos levando em consideração o período de registros criminais de janeiro a outubro de 2019. Para esta análise foi levado em consideração os crimes de roubo a pedestre e de roubo e furto de veículos. A escolha se deu em virtude de a análise compreender a percepção, e esta poderia estar ligada a outro tipo de crime patrimonial

além do roubo a pedestre. Foi estendido para o furto e roubo de veículo em razão desses estarem presentes na análise dos registros criminais na praça no período.

Um Histograma foi construído como técnica paramétrica para os registros de roubos a pedestres de 2016 a 2019. Essa ferramenta de análise e representação gráfica de dados quantitativos permitiu o agrupamento dos crimes de cada ano, criando classes de frequência, possibilitando distinguir a forma e a variação da distribuição das ocorrências em cada ano. Na análise comparativa dos anos foi utilizada uma variável aleatória contínua (intervalo), sendo que o eixo vertical do gráfico representa a frequência do crime, número de meses com o intervalo da média, e o eixo horizontal o nº de crimes.

Para construção dos histogramas, foi utilizado o Excel no qual se criou um quadro com dados quantitativos de roubos a pedestres mensais de 2016 a 2019, sendo esses necessários para a definição dos limiões do histograma, como: o valor mínimo, o máximo, a média, do período de crimes de cada ano (número de meses), classes, o incremento 1 e 2 e o desvio padrão, como pode ser observado no Tabela 1.

Tabela 1 - Dados para construção do histograma

Histograma	2016	2017	2018	2019
Mínimo	198	210	148	135
Máximo	272	346	286	252
Média	245,5833	271,75	209,25	178,0833
Tamanho (n)	12	12	12	12
Est. Classes	3,464102	3,464102	3,464102	3,464102
Classes	3	3	3	3
Incremento	24,66667	45,33333	46	39
DesvPad	22,73347	44,79879	40,58465	31,70448
Incremento 2	0,74	1,36	1,38	1,17

Fonte: Dados criminais de roubos a pedestres (Observatório). Construído pela autora, 2020.

4.5 Análise Espacial

Com os crimes de roubos a pedestres do período, planilhados e qualificados, por meio do software *ArcGis* versão 10.3, foi realizada a geocodificação, isso é, foi atribuído o sistema de coordenada geográfica a cada endereço que constava nos boletins de ocorrência, sendo esse, o local do fato, foi construído mapas temáticos, utilizando duas metodologias: *kernel* e pontos de contagem.

Para os mapas de forma geral foi utilizado o acumulado de crimes que se refere aos anos de 2016 a 2019, porém, do quantitativo total de 10.856 ocorrências registradas, somente foi possível a geocodificação de 9.136, tendo uma perda de 15,8% dos registros, em razão da baixa qualidade desses. Posto isso, uma parcela não vem como o numeral no registro de ocorrência; outra sem numeral, mas, com ponto de referência; ainda só com ponto de referência e aqueles que não possuem informação alguma, sendo esses últimos excluídos da análise. Para os registros que possuem algum tipo de informação é realizada a busca por este numeral, para que possa ser atribuída a ele uma coordenada geográfica. Nesse processo de localização do ponto de referência foram utilizados como suporte: Here We Go, Google e Google Earth. Com esse procedimento de qualificação e recuperação da informação foi possível aumentar o número de casos analisados, ainda assim, há perdas significativas.

Após a geocodificação dos registros, foi realizada a interpolação das feições vetoriais pelo método isarítmico de *Kernel*, tal método proporciona que as áreas sejam apresentadas em classes de maior ou menor intensidade de casos, organizando-as em cores quentes (*hot Spot*). De acordo com Beato Filho (2008) o método permite trabalhar com densidade de ocorrência por área, com variável visual valor e conceito de ordem, onde cada área do mapa exprime a intensidade do fenômeno, considerando o número de pontos localizados e identificados em (X e Y). Neste método a legenda é apresentada em caixas justapostas, cujo contato corresponde a isolinhas no mapa, sendo utilizadas sete classes para demonstrar de forma mais clara a incidência dos casos, também se usou as quebras naturais “*Natural breaks*” permitindo a maximização entre os valores mínimos e máximos. Para a aplicação da densidade de *Kernel* adota-se dois parâmetros básicos o raio de influência e a função de estimação.

O segundo método utilizado foi pontos de contagem, o método trata de uma representação quantitativa de fenômenos com um padrão de distribuição disperso para apresentar os casos de roubo a pedestres ocorridos. Neste método, o modo de implantação é zonal ou de área com variável visual valor e conceito de proporcionalidade onde cada ponto no mapa representa um registro de roubo.

Para auxiliar o entendimento do fenômeno estudado e seu comportamento no espaço são apresentadas também nos mapas, as regiões administrativas, áreas verdes, recursos hídricos e sistema viário.

Para construção dos mapeamentos para análise da percepção dos moradores de Pelotas e usuários da Praça Coronel Pedro Osório foram utilizados os dados de ocorrências de crimes de roubos a pedestres para um período mais restrito, de janeiro a outubro 2019, fase que foi

realizada a pesquisa de campo e aplicado o questionário. Optou-se por trabalhar com período mais recente para chegar o mais próximo possível da realidade. O mapa representado pela (Figura 24) exhibe os casos registrados de roubos a pedestre no período de janeiro a outubro de 2019, cada ponto representa uma ocorrência deste indicador, sendo no centro, por apresentar maior densidade de casos gerou uma área quente “*hotSpot*”. Tal mancha foi representada em detalhe (Figura 25), possibilitando comparação dos casos representados no mapa e seu contexto ambiental apresentado na imagem, que possuem como foco a Praça Coronel Pedro Osório, centro de nossa discussão.

Para a metodologia utilizada para o mapeamento comportamental utilizou-se *Software ArqGis Pro Desktop*. Os mapas comportamentais individuais, aplicados nos dias 09 e 10 de janeiro de 2021, foram combinados em um único mapa para cada dia, mostrando a ocupação e a forma de utilização dos espaços na praça como um todo. Utilizou-se de figuras gráficas para identificar cada comportamento observado e cada ação foi representada no mapa sendo ela estática ou em movimento. O critério definido para delimitar o uso do espaço e sua representação se deu de acordo com os pontos de observação, essas informações foram somadas e pontuadas manualmente.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

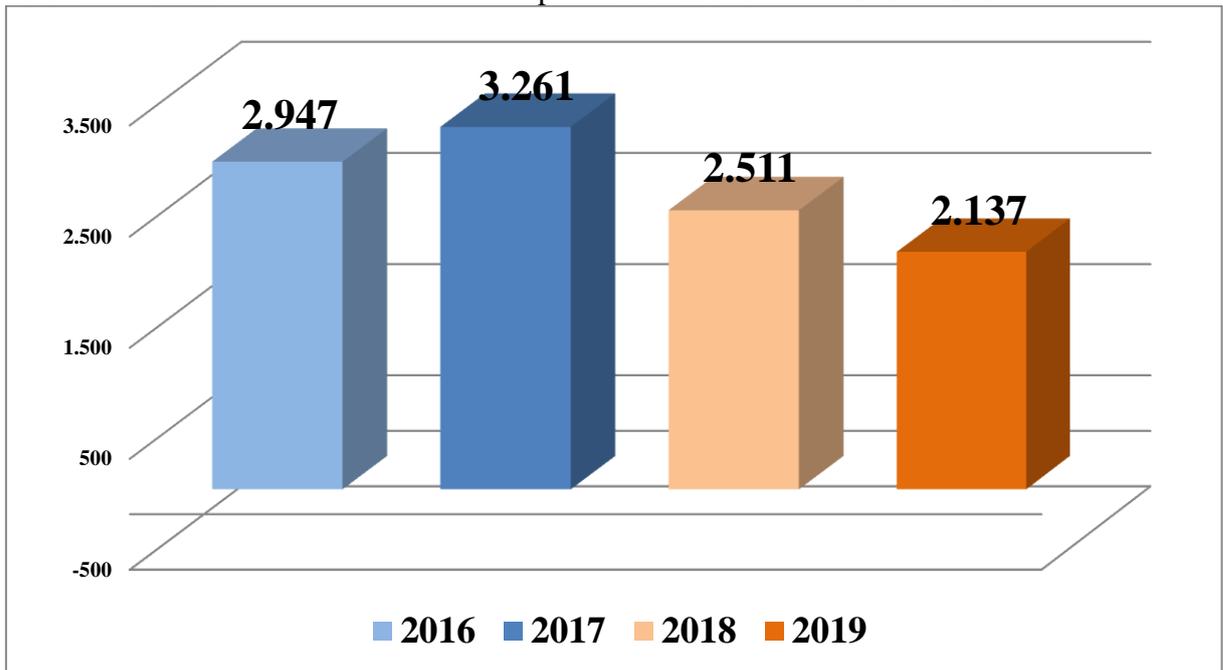
Neste capítulo são analisados os dados coletados e apresentados os resultados da investigação. Analisa-se a distribuição do crime de roubo a pedestre mensalmente e anualmente, como também a espacialização desses. Faz-se uma análise da relação entre o crime de roubo a pedestre e a sua frequência ou incidência no espaço, verificando quais segmentos e fatores, podem estar contribuindo de certa forma no cometimento do fato. Também se verifica a incidência próxima a áreas verdes e analisa-se, e por meio da aplicação de questionário e da construção de mapas comportamentais, a percepção de segurança de moradores de Pelotas e usuários da praça coronel Pedro Osório.

5.1 Distribuição do Crime

O período da nossa análise e o indicador escolhido está representado no (Gráfico 7), nele pode-se verificar os registros dos quantitativos anuais, em que se percebe uma variação e queda anual, esse fato pode ser melhor compreendido quando se verifica as taxas criminais representadas nos (Gráficos 1, 2, 3 e 4), principalmente no gráfico 3, que apresenta a taxa de roubos de 2002 a 2019. Os crimes de roubos estavam em uma crescente até o ano de 2017, e a partir deste período o município de Pelotas implantou algumas medidas por meio do Plano Municipal de Segurança Pública e Prevenção à Violência, intitulado Pacto Pelotas Pela Paz, apresentado na introdução e capítulo 3.3, que propiciou a redução de vários indicadores, tendo como um dos focos a contenção e redução de roubos a pedestres.

Parte do resultado dessas ações pode ser verificado no (Gráfico 7), porém, a intensão aqui não se trata de evidenciar a queda dos crimes e o motivo de tal, mas sim apresentar a distribuição desses quantitativamente e espacialmente para integrar ao resultado da análise.

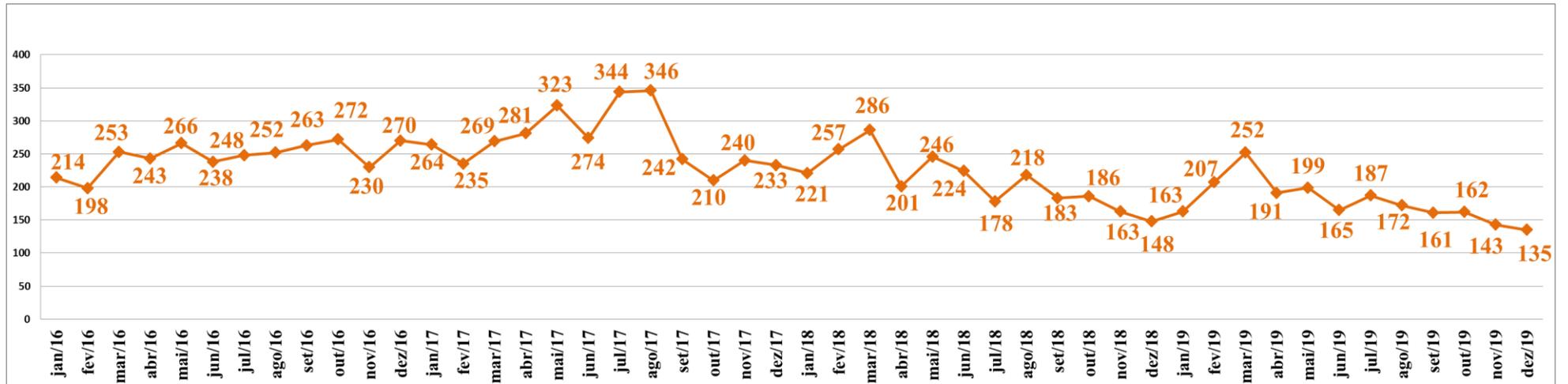
Gráfico 7 - Número absoluto de roubos a pedestres em Pelotas de 2016 a 2019.



Fonte: Dados criminais do observatório, organizado pela autora (2020).

O ano de 2016 apresenta um total de 2.947 registros de roubos a pedestres, em 2017 foram 3.261 registros e em 2018 e 2019 foram sucessivamente 2.511 e 2.137 registros. Essa redução representa 27,5% a menos de casos do ano de 2016 para 2019. E quando se compara o ano de maior incidência 2017 com 2019, essa queda chega a 34,5%. Pode-se verificar, no Gráfico 8, que representa o quantitativo mensal, linha histórica dos anos analisados, que no mês de julho e agosto de 2017 houve os maiores números de casos registrados, com respectivamente 344 e 346 ocorrências. Desta forma, quando se compara o mês de agosto de 2017, o maior índice da linha histórica, para dezembro de 2019 que apresentou 135 registros, constata-se que houve uma redução de 61%, correspondendo no total de 211 vítimas de roubo a pedestre, a menos, comparando os dois meses.

Gráfico 8 - Linha histórica mensal de roubos a pedestre em Pelotas de 2016 a 2019.



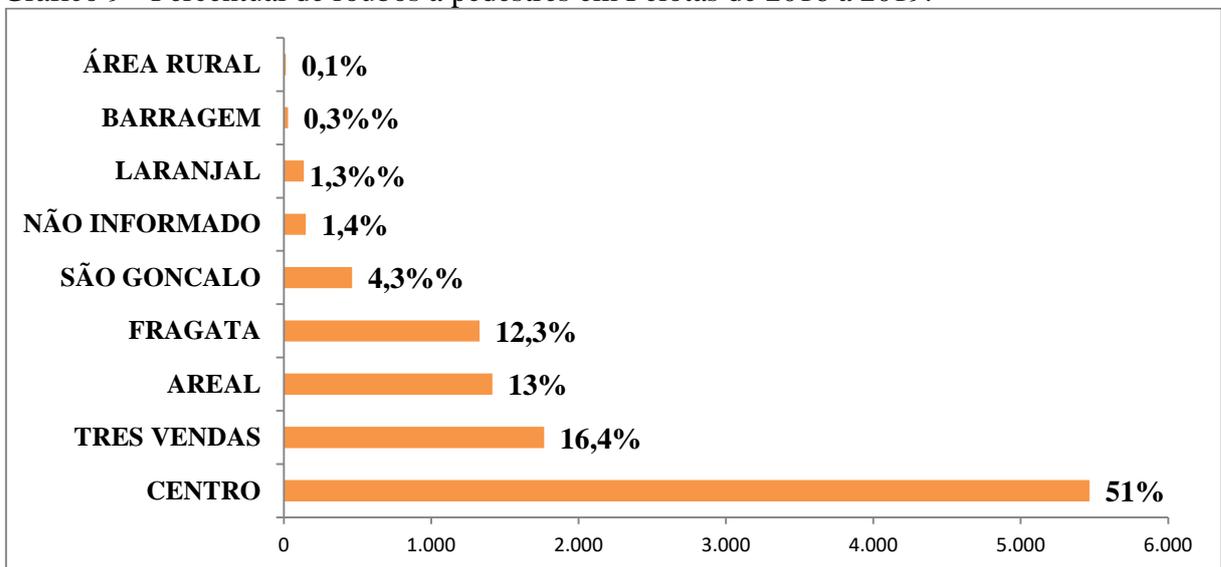
Fonte: Dados criminais do observatório, construído pela autora.

Apesar da redução do número de casos registrados nos últimos anos, busca-se verificar se o crime possui um padrão, sendo utilizada a espacialização dos registros criminais como ferramenta para essa observação e análise.

5.2 Distribuição Espacial

Observa-se que a distribuição espacial do crime não acontece de forma homogênea no município de Pelotas (Gráfico 9), especialmente quando se analisa a área urbana da sede, havendo maior concentração na região Administrativa Centro (Figura 10 e apêndice A), assim como nota-se que ocorre maior concentração em determinados segmentos (figura 12).

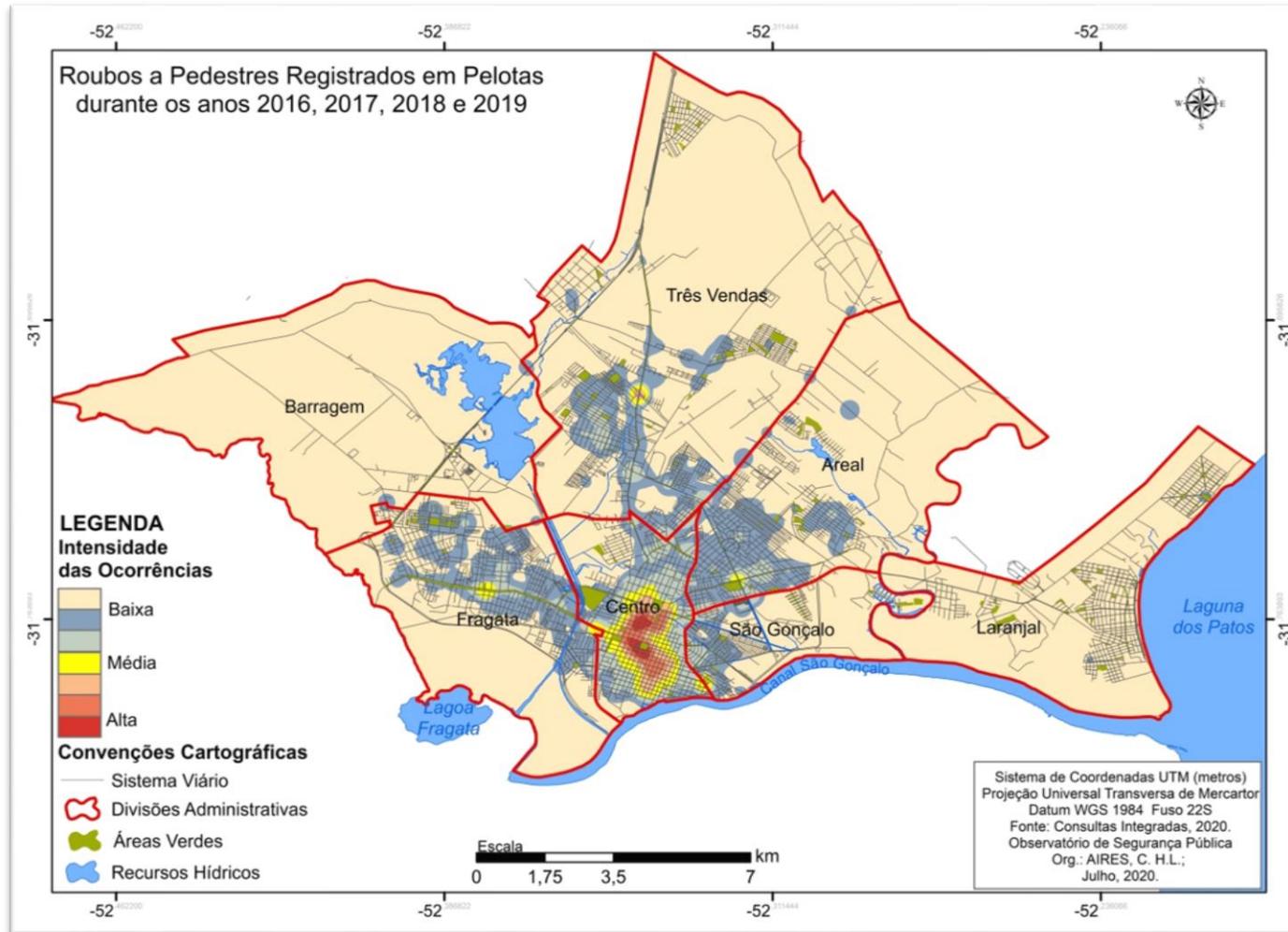
Gráfico 9 - Percentual de roubos a pedestres em Pelotas de 2016 a 2019.



Fonte: Dados criminais do observatório, organizado pela autora (2020).

A Figura 10 apresenta o acumulado do crime de roubo a pedestre dos anos de 2016 a 2019, em que a intensidade de cor marca a maior concentração de casos, podendo ser analisado cada ano separado no apêndice A. Quando realizada a espacialização oriunda dos registros criminais deste indicador no período anual, verifica-se que em todos os anos apresentados há um padrão de concentração, e este se dá na região administrativa Centro.

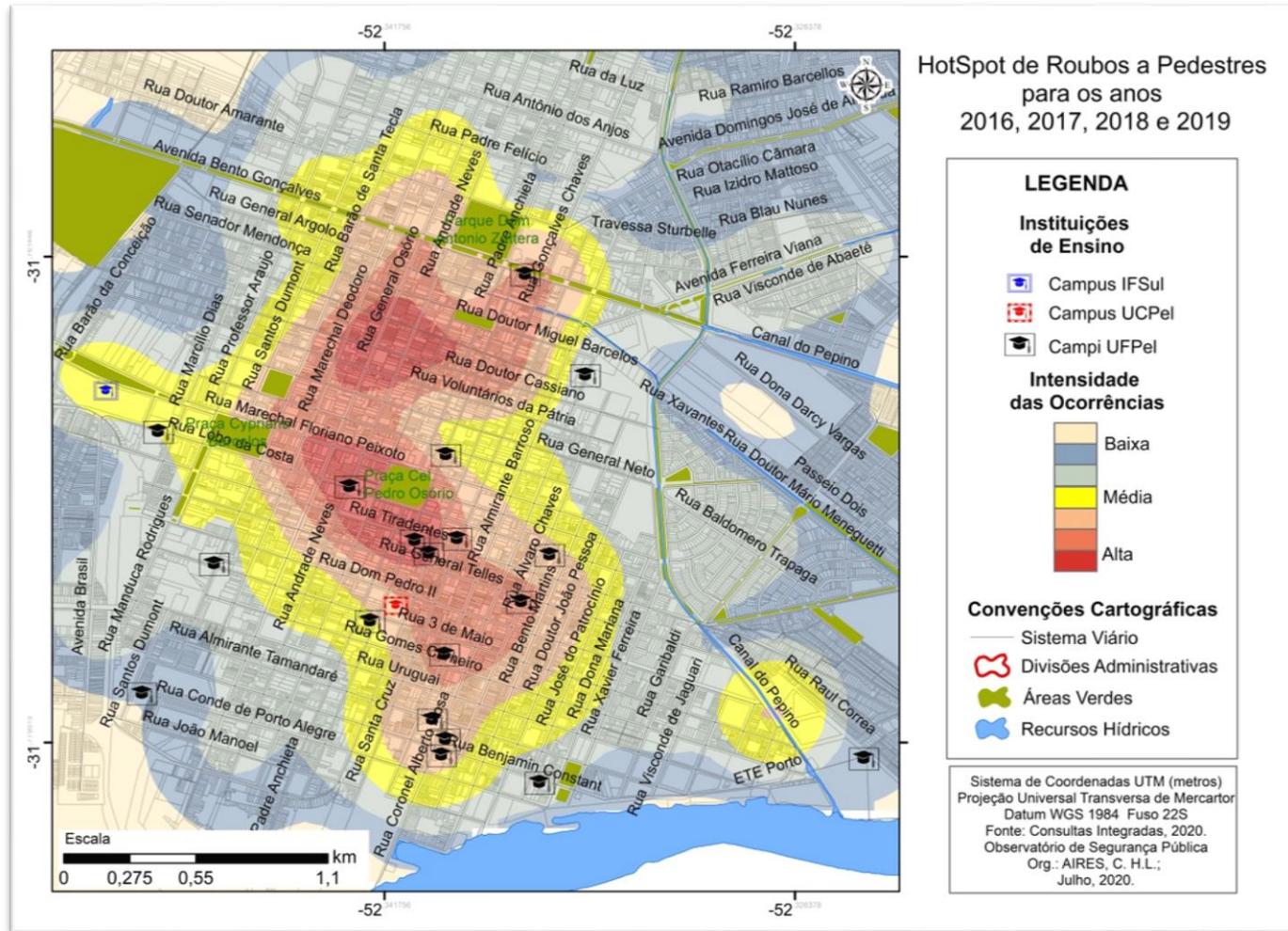
Figura 10 - Mapa com *hotspot* de roubos a pedestres de 2016 a 2019.



Fonte: III Plano Diretor de Pelotas (2008) e Observatório Municipal de Segurança, organizado pela autora (2020).

A figura 11 é um recorte da área de maior concentração de registros de ocorrências, nosso foco de trabalho, contido na região administrativa centro. Para apresentar a concentração foi utilizado o método de *kernel* que emprega cores quentes para representar as áreas que apresentam uma maior concentração de casos (*hotspot*). Na figura também pode-se verificar a presença de instituições de ensino, assim como as áreas verdes, chamando atenção para Praça Coronel Pedro Osório que está no cerne da mancha vermelha.

Figura 11 - Zoom do *hotspot* do acumulado de roubos a pedestres de 2016 a 2019.

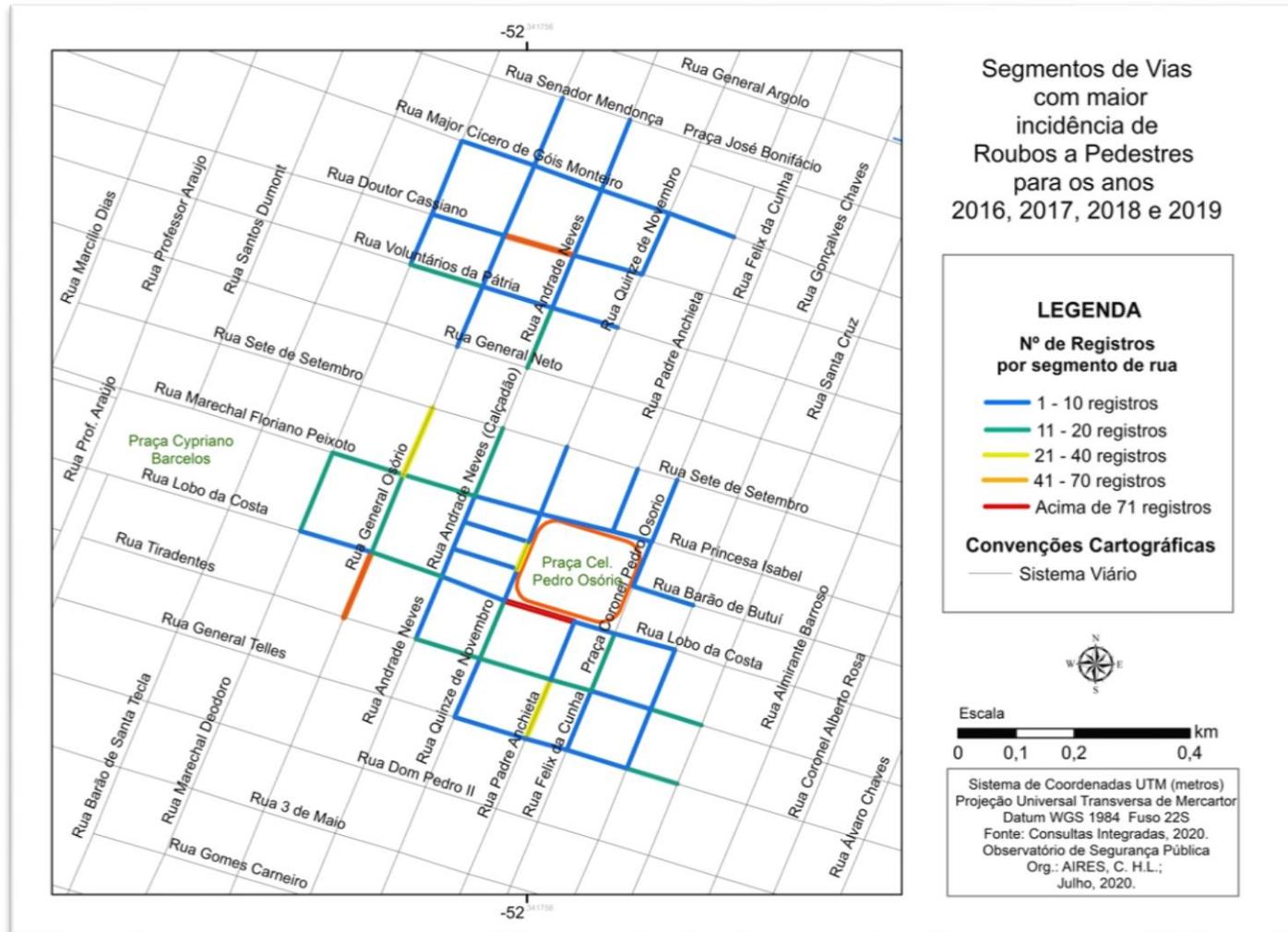


Fonte: III Plano Diretor de Pelotas (2008) e Observatório Municipal de Segurança, organizado pela autora (2020).

A figura 12 é uma representação das ocorrências de roubo a pedestre por segmentos de rua. Para delimitação dos segmentos representados foi utilizado o somatório dos casos de roubos a pedestres, de modo que, quanto maior o número de ocorrências em determinado segmento mais intensidade da cor na representação, variando da cor azul até chegar à vermelha.

Verifica-se que a cor azul tem predominância nos segmentos, variando de 1 a 10 registros. Passando para cores mais quentes, a cor laranja representa a classe de 41 a 70 ocorrências; esta pode ser encontrada na Rua General Osório (entre Rua Lobo da Costa e Rua Tiradentes) dentre os numerais 547 a 564, na Rua Doutor Cassiano (entre Ruas Andrade Neves e General Osório) dos numerais 342 a 360 e na Praça Coronel Pedro Osório. O segmento com maior quantidade de casos registrados, representado em vermelho, classe com mais de 71 registros de ocorrências, ocorre na secção de rua que faz limite com a Praça Coronel Pedro Osório, estando entre os numerais 51 e 67. Estes segmentos podem ser analisados entre outros fatores pelo seu fluxo (movimentos de transeuntes) e seus fixos (elementos físico-espaciais).

Figura 12 - Mapa representando os segmentos de rua com maior incidência de roubo a pedestres de 2016 a 2019.



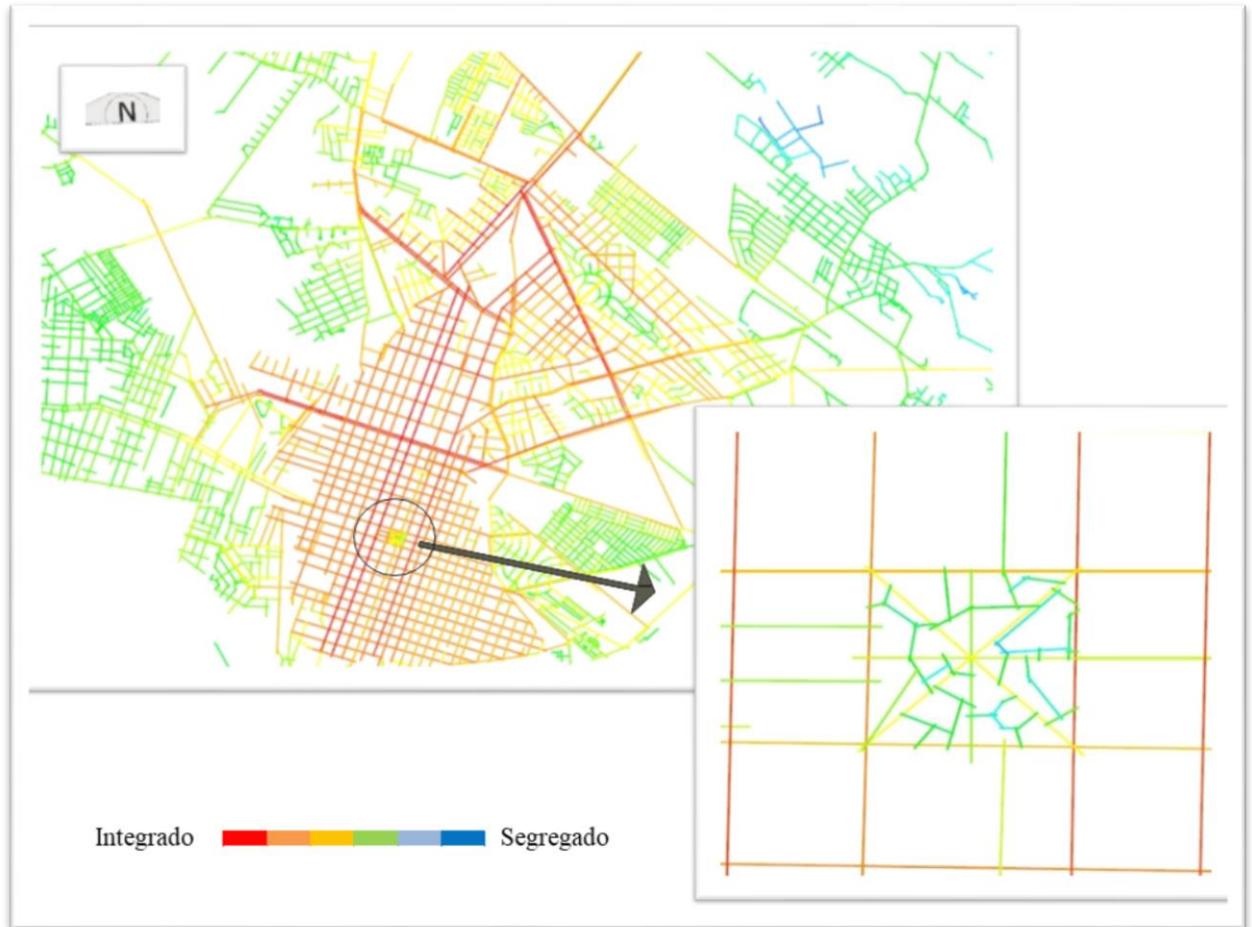
Fonte: III Plano Diretor de Pelotas (2008) e Observatório Municipal de Segurança, organizado pela autora (2020).

A análise da dimensão espacial do crime além de outros fatores pode ser entendida pela sintaxe espacial que procura entender o funcionamento da relação entre a configuração do espaço das cidades e as relações sociais que a envolvem. A sintaxe espacial se utiliza de técnicas e modelos computacionais para o entendimento das questões de configurações, associando a essas, valores e expressões para análise do espaço. Essas relações geram propriedade com capacidade de estabelecer na rede urbana da malha viária fluxos naturais de movimentação. De acordo com Zampieri (2016) as características da configuração são importantes para o deslocamento de pedestres, mas sem a potencialização criada pelos atratores (edificações) e constituições (transições dos espaços privados a partir das interfaces dos espaços convexos) os fluxos diminuem.

De acordo com Saboya (2010) a configuração da malha viária é um indicador das áreas mais e menos movimentadas. Porém, diz ele sobre a configuração espacial e suas dinâmicas de uso, não adianta propor comércio para trazer o movimento, é necessário criar condições para o movimento, assim trará o comércio.

Quintanilha (2015) utilizou mapas para identificar o nível de integração do sistema viário de Pelotas e da Praça Coronel Pedro Osório, esse representa maior probabilidade de circulação das pessoas. A Figura 13 foi criada como intuito de descobrir de que forma as características configuracionais da praça e do entorno próximo, influenciam a utilização do espaço.

Figura 13 – Mapa representativo da integração e segregação dos logradouros de Pelotas e da Praça Coronel Pedro Osório



Fonte: Quintanilha (2015), alterado pela autora (2021)

O mapa de integração mostra que quanto mais intensas as cores das linhas, maior é o nível de integração, sendo assim, terá maior probabilidade de circulação, de acordo com a legenda, quanto mais próximo ao vermelho maior a possibilidade de fluxos de pessoas, e mais associado ao azul dá-se o processo inverso.

Nesse entendimento, a malha urbana de Pelotas assim como outras, possui seu fluxo natural e esse fluxo é garantido por atratores que neste contexto seriam as universidades, a área de comércio intensivo e o centro cultural, assim como as instituições que permitem a circulação e a correlação dos espaços privados e espaços de circulação. Estes fatores são favoráveis ao fluxo natural, o que é um atrativo para o que Cohen e Felson (1979) e Clarke (1980) chamam de ato delincente, favorecendo nas decisões que levam o agressor a ação.

Neste sentido, a teoria de Cusson (2005) “Prevenção situacional”, corrobora no que se refere à sugestão de mudanças nas circunstâncias dos locais em que os delitos poderiam ser cometidos de modo que pareçam mais difíceis e desinteressantes para aqueles que seriam

tentados a cometê-los, diminuindo assim, as oportunidades criminais. E sugerem uma reconfiguração, seja do ponto de vista dos controles, ou mesmo da arquitetura (recantos, visibilidade, iluminação e brechas), de forma que torne mais fácil a vigilância natural.

As (Figuras 14 a 19) são representações dos segmentos de ruas com maior incidência de casos de roubos a pedestres, segmentos estes delimitados na Figura 12. As figuras 14 a 16 estão representadas no mapa pela cor amarela, as figuras 17 e 18 assim como toda a Praça Coronel Pedro Osório apresentam-se em laranja, sendo essa tratada de forma mais aprofundada no capítulo 5.4. E a Figura 19, segmento que apresentou maior registro, foi representada pela cor vermelha, este segmento faz parte do entorno da Praça Coronel Pedro Osório.

Na análise das figuras 14 a 19 leva-se em consideração a apreciação de que o ambiente construído possui relevância para a segurança dos espaços urbanos. Questão essa já tratada por Jacobs na década de 1960, na obra intitulada *Morte e Vida das Grandes Cidades*, na qual a autora já fazia uma crítica aos planejadores que desconsideravam a importância da variedade de uso e funções dos espaços, que propiciam uma maior interação e circulação das pessoas e com isso permite-se um aumento da vigilância natural.

Partindo da identificação de fatores espaciais que estão relacionados à segurança no que se refere ao crime, também se embasa na concepção de prevenção do crime através do desenho urbano (CPTED) que, segundo Gärtner (2008), traz na sua gênese, dois elementos importantes para prevenção criminal por meio do espaço, sendo eles: a pessoa que comete o crime e o lugar onde o crime ocorre. Assim o desenho ambiental pode criar maneiras para direcionar a circulação por determinados locais, utilizando para isso passeios, iluminação, árvores entre outros. Também tem como princípio o fortalecimento de laços afetivos com os lugares. O desenho ambiental pode contribuir como facilitador de relações sociais e gerador de sentimentos de apropriação

Assim percebe-se que de forma geral não há uma diversificação de usos desses segmentos, havendo em sua maioria, uma concentração da atividade comercial; assim como, verifica-se em diversas imagens deficiência de iluminação pública, com grande espaçamento entre os postes; barreiras físicas como longos muros, paredões, prédios comerciais que além de propiciarem áreas de esconderijos também se tornam contrários a permitirem a permanência e vigilância natural.

As (Figuras 14 e 17) além da falta de diversificação de usos, também apresentam barreiras físicas. Na figura 14 de um lado está a Praça Coronel Pedro Osório com sua vegetação de grande porte, imponente e pouco iluminada, e do outro está o Paço Municipal, a Biblioteca Pública, assim como, áreas sem acesso de um prédio que está a décadas em construção, apresentado vidros em sua fachada base, porém, ainda sem uso. A figura 17 apresenta poucos comércios, um grande muro que ocupa metade de um dado do segmento e uma escola de ensino médio.

Figura 14 - Segmento da Praça Cel. Pedro Osório (pela Rua Quinze de Novembro).

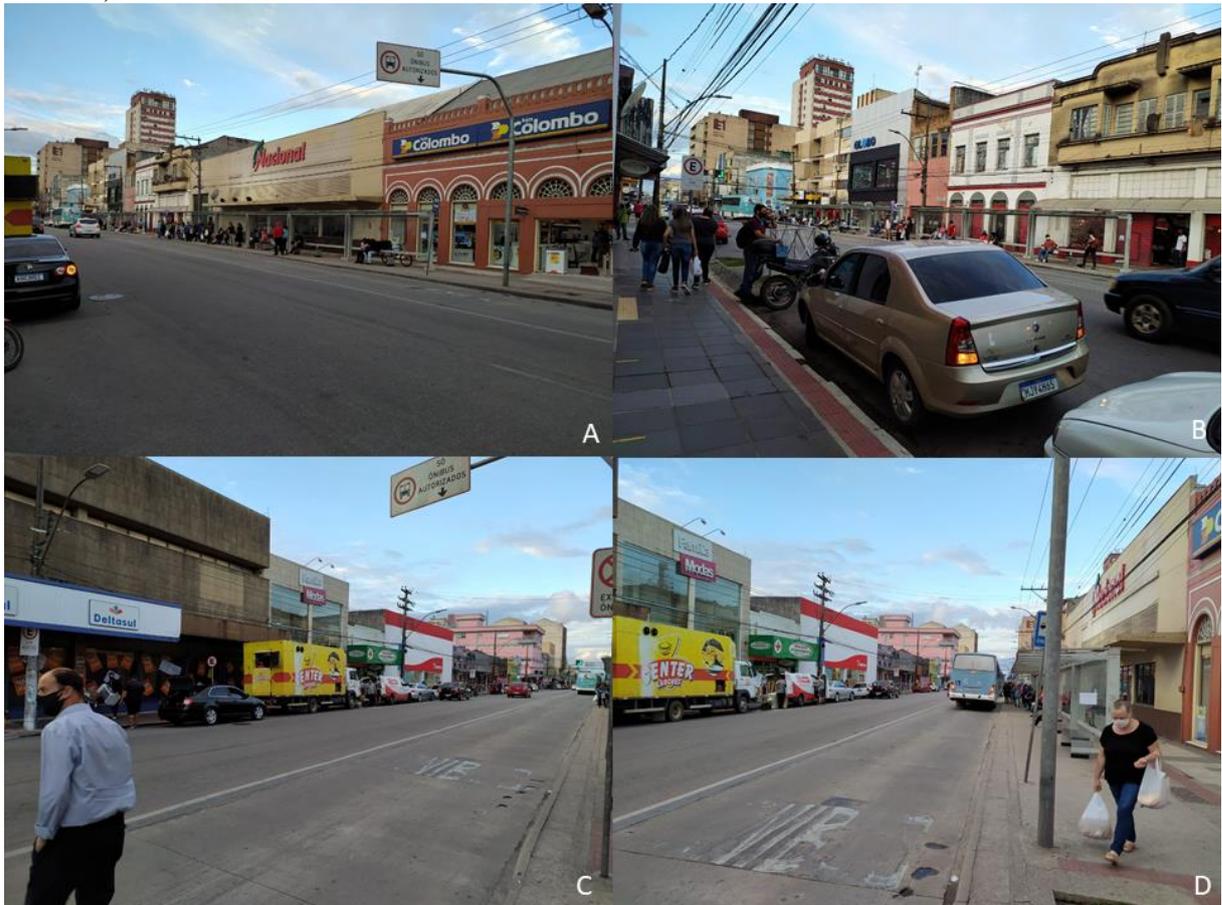


Fonte: Elaborado pela autora (2020)

As imagens representadas nas (Figuras 15 e 18) apresentam uma das principais vias da área urbana de Pelotas, além da grande circulação de veículos, essa via também é uma das principais para a circulação do transporte público urbano (Figuras 6 e 20), saindo dela ônibus para diversas regiões administrativas, apresenta também vários estabelecimentos comerciais, como lojas de vestuário, móveis, farmácias, supermercado, banco e casa noturna. Apesar da diversidade de estabelecimentos comerciais, que favorecem a circulação de muitas pessoas

diariamente, as figuras apresentam dois segmentos dessa via, que não apresentam número significativo de residência, não havendo a relação de afetividade e permanência, refletindo em pouca vigilância natural, assim como, contribuindo para a passagem da decisão ao ato delinquente, pois, fatores favoráveis fazem parte desse cenário, a vítima que atrai o delinquente que, por sua vez, busca na agitação e descuido uma oportunidade para o cometimento do crime.

Figura 15 – Segmento da Rua General Osório (entre Ruas Sete de Setembro e Mal. Floriano Peixoto).



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

No segmento representado na figura 16 também se verifica pouca diversidade de uso, com predominância de residências, prédios residenciais e poucos estabelecimentos comerciais, sendo dois destes noturnos, o que propicia maior circulação de pessoas no período da noite. Apresenta residências sem uso e edifícios onde há garagens no térreo, com portões sem visibilidade, que acabam servindo de barreira física e visual. Contribui também a pouca iluminação pública.

Figura 16 - Segmento da Rua Padre Anchieta (entre Ruas Tiradentes e General Telles).



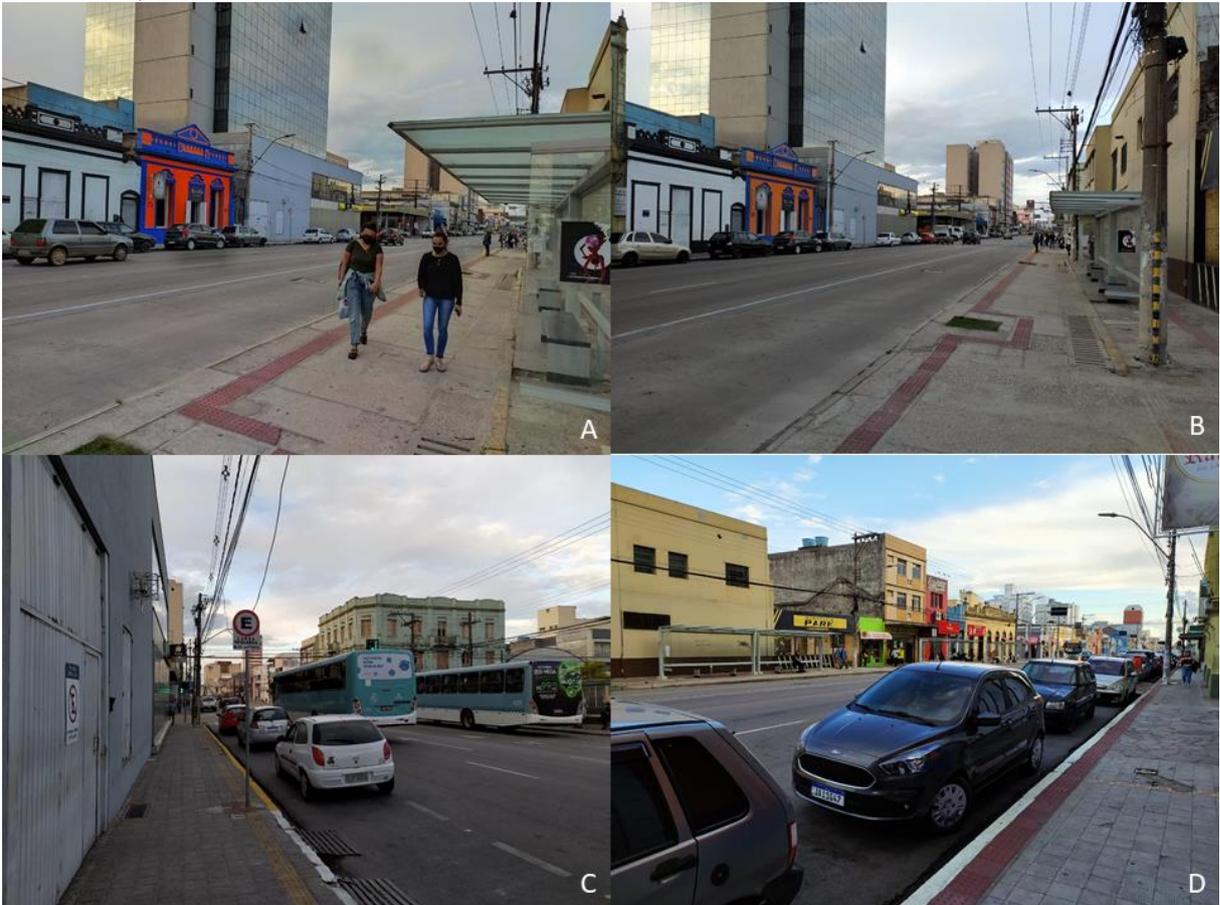
Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Figura 17 - Segmento da Rua Doutor Cassiano (entre Ruas Andrade Neves e General Osório).



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Figura 18 - Segmento da Rua General Osório (entre as Ruas Francisco Lobo da Costa e Tiradentes).



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

A figura 19 apresenta o segmento em que houve maior incidência de casos registrados, sendo citado mais de 71 vezes no período analisado. Além da falta de diversificação de usos do espaço, o segmento faz parte de uma das laterais da Praça Coronel Pedro Osório, possui vários casarões históricos que não são habitados e na proximidade há várias casas noturnas. Além disso, o segmento termina na esquina com o Mercado Central, que possui no seu interior estabelecimentos comerciais diurnos e também noturnos.

Figura 19 - Segmento da Praça Cel. Pedro Osório (pela Rua Lobo da Costa).



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Ainda sobre a figura 19 cabe salientar e retomar a questão dos registros criminais e a qualidade desses, pois quando no ato de registro de ocorrência neste segmento não deveria ser tratado como Rua Lobo da Costa e sim como Praça Coronel Pedro Osório, entre o numeral 51 ao 67, fator este que quantifica ainda mais o número de casos ocorridos e registrados na praça, visto que esse segmento faz parte da área verde.

A Figura 20 contém informações agregadas das Figuras (6 e 12) representando as paradas de ônibus urbanos cruzadas com os segmentos de ruas que apresentaram maior número de ocorrências. Os círculos amarelo e laranja representam a intensidade de ocorrências conforme legenda da Figura 12. Esses segmentos estão representados também nas Figuras 15 e 18, imagens da paisagem que contém várias paradas de ônibus que possibilitam a circulação centro/bairro e bairro/centro na Rua General Osório, umas das principais vias de circulação.

Gráfico 10 - Acumulado da distribuição temporal (Dia X Hora) de roubos a pedestres em Pelotas.

DIA/HORA	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	NI	TOTAL
SEGUNDA-FEIRA	30	27	24	24	25	33	70	90	49	38	39	54	76	74	52	70	74	89	106	143	139	164	168	87		1745
TERÇA-FEIRA	29	16	11	8	9	21	49	74	46	32	59	46	62	58	57	69	63	74	121	135	166	140	152	76		1573
QUARTA-FEIRA	20	26	17	12	16	21	54	69	36	33	42	52	71	49	54	62	64	56	88	127	131	127	134	83	1	1445
QUINTA-FEIRA	28	28	19	26	28	31	55	69	38	26	39	41	57	51	57	67	57	73	85	132	131	125	106	72	3	1444
SEXTA-FEIRA	36	33	26	28	28	30	62	74	33	41	50	54	59	58	62	53	66	86	92	107	117	121	115	89		1520
SABADO	45	50	51	71	89	88	124	47	35	27	24	27	28	47	42	33	52	50	94	81	108	115	83	86		1497
DOMINGO	38	42	52	64	78	123	108	53	28	30	27	22	31	22	30	40	45	66	83	107	99	147	119	78		1532
TOTAL	226	222	200	233	273	347	522	476	265	227	280	296	384	359	354	394	421	494	669	832	891	939	877	571	4	10756

Fonte: Dados criminais do observatório, organizado pela autora (2020).

Gráfico 11 - Acumulado da distribuição temporal (Dia X Hora) de roubos a pedestres no Centro.

DIA/HORA	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	NI	Total
SEGUNDA-FEIRA	18	15	17	20	14	15	26	35	25	17	14	26	44	35	28	34	39	51	53	64	54	67	79	33		823
TERÇA-FEIRA	17	11	7	4	5	10	22	36	28	15	23	24	28	27	28	39	30	36	51	75	61	62	84	42		765
QUARTA-FEIRA	10	17	12	9	9	15	23	33	19	13	26	22	27	19	21	32	34	33	48	62	65	45	59	35		688
QUINTA-FEIRA	23	21	17	24	19	21	22	32	18	12	20	15	28	23	28	39	31	29	38	48	60	52	44	33	1	698
SEXTA-FEIRA	23	22	20	18	23	17	28	29	18	15	15	16	34	30	26	37	38	48	45	46	53	48	56	50		755
SABADO	34	44	43	61	70	74	79	30	15	18	11	13	13	21	25	21	25	24	39	46	51	44	43	50		894
DOMINGO	24	31	43	53	62	92	73	20	15	12	14	11	16	13	13	21	29	33	38	36	44	64	51	36		844
TOTAL	149	161	159	189	202	244	273	215	138	102	123	127	190	168	169	223	226	254	312	377	388	382	416	279	1	5467

Fonte: Dados criminais do observatório, organizado pela autora (2020).

Os horários de maior incidência representados no (Gráfico 10) são das 18 horas às 22h59min durante todos os dias da semana. Aos sábados e domingos das 04 às 06h59min da manhã, com acentuação no domingo das 05 às 06h59min. Podemos ainda fazer análises mais específicas em que se observa um pico às 7 horas da manhã de segunda-feira, casos que podem estar relacionados com os crimes do final de semana.

O Gráfico 11 apresenta somente os registros dos casos na região administrativa centro, podemos verificar que quando analisamos a incidência total de casos e a incidência somente nessa delimitação, ocorre uma similaridade, principalmente na faixa horária a partir das 18 horas. Para o período da manhã verifica-se que os dias de sábado e domingo apresentam maior número de ocorrência, acentuando-se ainda mais no centro.

Fatores que podem colaborar na análise de incidência dia e hora do crime é o modo de vida dos moradores. Visto que, Pelotas é considerada um polo educacional e também tem no seu centro comercial como uma das atividades principais do município e sendo ainda essa referência para municípios vizinhos. Desta forma, o fluxo das pessoas tanto para o trabalho como para atividades estudantis são fatores que permitem a circulação de um número maior de pessoas na região administrativa centro, área mais afetada pela incidência de casos. O centro comercial de Pelotas tem como horário de atendimento das 08h00min às 19h00min, e as faculdades que em sua maioria estão dispostas na região administrativa centro, começam suas atividades matinais as 08h00min e noturnas as 19h00min.

A análise das duas instituições de educação superior, UFPEL e UCPEL, são fundamentais visto que juntas somam quase 20.000 pessoas, entre alunos, professores e profissionais de diversas áreas que trabalham, estudam e assim circulam na área de interesse.

A Universidade Federal de Pelotas, de acordo com sua página oficial, registra que houve uma expansão a partir de 2007, quando ampliou seu número de cursos de 58 para os atuais 96, enquanto o número de estudantes passou de cerca de 8.000 para mais de 16.000. Atualmente a universidade conta com quatro campi: Campus Capão do Leão, Campus Porto, Campus Centro, Campus Norte, o Campus Fragata e o Campus Anglo e algumas faculdades isoladas. Podendo a especialização de alguns desses ser contemplada na (Figura 11) que representa a área de interesse da pesquisa. A (Tabela 2) apresenta o calendário acadêmico da UFPel, visto que o número de alunos e o seu fluxo pode contribuir para a análise.

Tabela 2 - Calendário acadêmico da UFPel

	1º Semestre	2º Semestre
2016	14/03 a 13/07	08/08 a 10/12
2017	24/04 a 19/08	18/09*
2018	26/03 a 28/07	13/08 a 15/12
2019	11/03 a 13/07	12/08 a 14/12

Fonte: Pagina oficial da UFPel. Organizado pela autora (2020). * recesso 26/12/17 a 05/01/18- férias 06/01 a 03/02/18- retomada do 2º semestre de 2017 em 05/02/18 até 01/03/18.

De acordo com sua página oficial, a UCPel possui em torno de 5 mil alunos que são distribuídos em mais de 30 cursos presenciais e a distância, com localização na região administrativa centro. O Calendário desta universidade segue um padrão com aulas de final de fevereiro a início de julho e de agosto a meados de dezembro.

No que se refere ao comércio de Pelotas, de acordo com Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria – ITEPA, em 2014, sua última atualização, o município de Pelotas contava com total de 17.696 empresas, sendo 8.049 empresas com vínculo ativo e 9.647 sem vínculo ativo. As atividades relacionadas ao comércio e reparação de veículos apresentavam 3.196 empresas que em 2014 empregavam 20.717 pessoas.

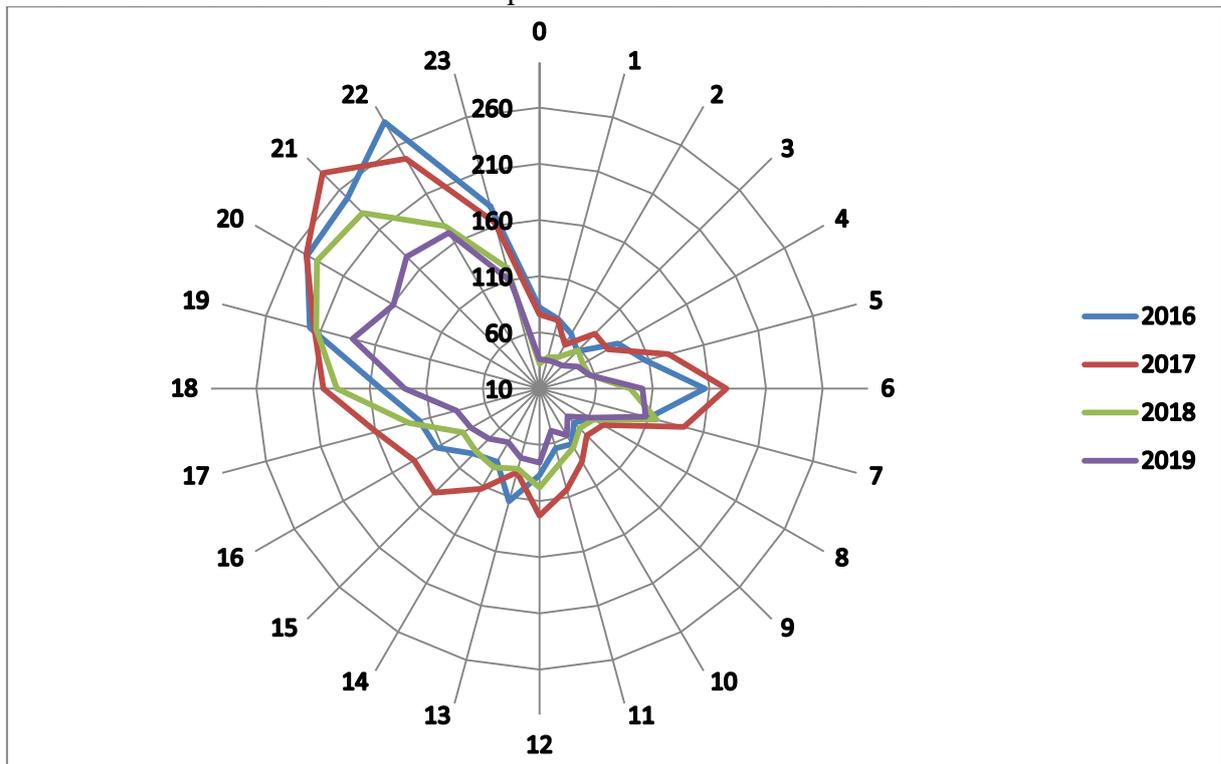
O Gráfico 8 apresentou a linha mensal com o número de roubos a pedestres, que cruzado com o calendário acadêmico da UFPel e movimento do comércio local, apresenta o seguinte apuração: o ano de 2016 apresentou o menor registro do crime em fevereiro, período de férias da universidade, menos circulação de estudantes e funcionários públicos e menor intensidade de vendas no comércio local; em 2017 o menor registro mensal foi em outubro, estando neste período dentro do calendário de aula e as atividades do comércio normais. Nos anos de 2018 e 2019 o menor índice de registro foi em dezembro, quando a Universidade Federal encerrou seu calendário acadêmico nos dias 15 e 14 de dezembro, respectivamente.

Mesmo com a redução do fluxo de alunos nos períodos de férias escolares, dos anos de 2018 e 2019 que ocorreram a partir da metade do mês de dezembro, este mês apresenta o auge das vendas no comércio de Pelotas em razão da proximidade da festa natalina, e visto isso e somado a movimentação de bancos em razão do pagamento de décimo terceiro, as forças de segurança intensificam suas ações e aumentam o efetivo direcionado para essa área de comércio e circulação.

Seguindo a observação dos registros, o (Gráfico 12) apresenta os horários das ocorrências separadamente dos quatro anos analisados. Percebe-se que há uma distinção entre os horários de maior incidência nos períodos anuais, porém, ainda se verifica que todos

apresentam o “horário quente” de maior incidência, na faixa horária das 18h01min às 00h00min. Os anos de 2016 e 2017 apresentam intensidade de casos às 6h, considerando para essa análise a hora cheia. Para os anos de 2018 e 2019 a um descolamento dessa incidência para as 7 horas. Quando analisamos o período de maior concentração, que corresponde o período da noite verificamos que em 2016 o pico ocorreu às 22 horas, em 2017 as 21horas, no ano de 2018 e 2019 ocorreu à concentração sucessivamente as 21 e 19 horas.

Gráfico 12 - Faixa horária de roubos a pedestres em Pelotas de 2016 a 2019.



Fonte: Dados criminais do observatório, organizado pela autora (2020).

Para colaborar com a distribuição temporal buscou-se na estatística simples uma análise de padrões e frequência. O histograma (Gráfico 13) apresenta uma análise comparativa dos anos de 2016 a 2019, no qual podemos verificar uma variação da distribuição do crime, que representa o valor em cada ponto com a média do ano e o desvio padrão. E a frequência, que foi distribuída em três classes em razão do cálculo (raiz quadrada do nº de meses) de cada ano.

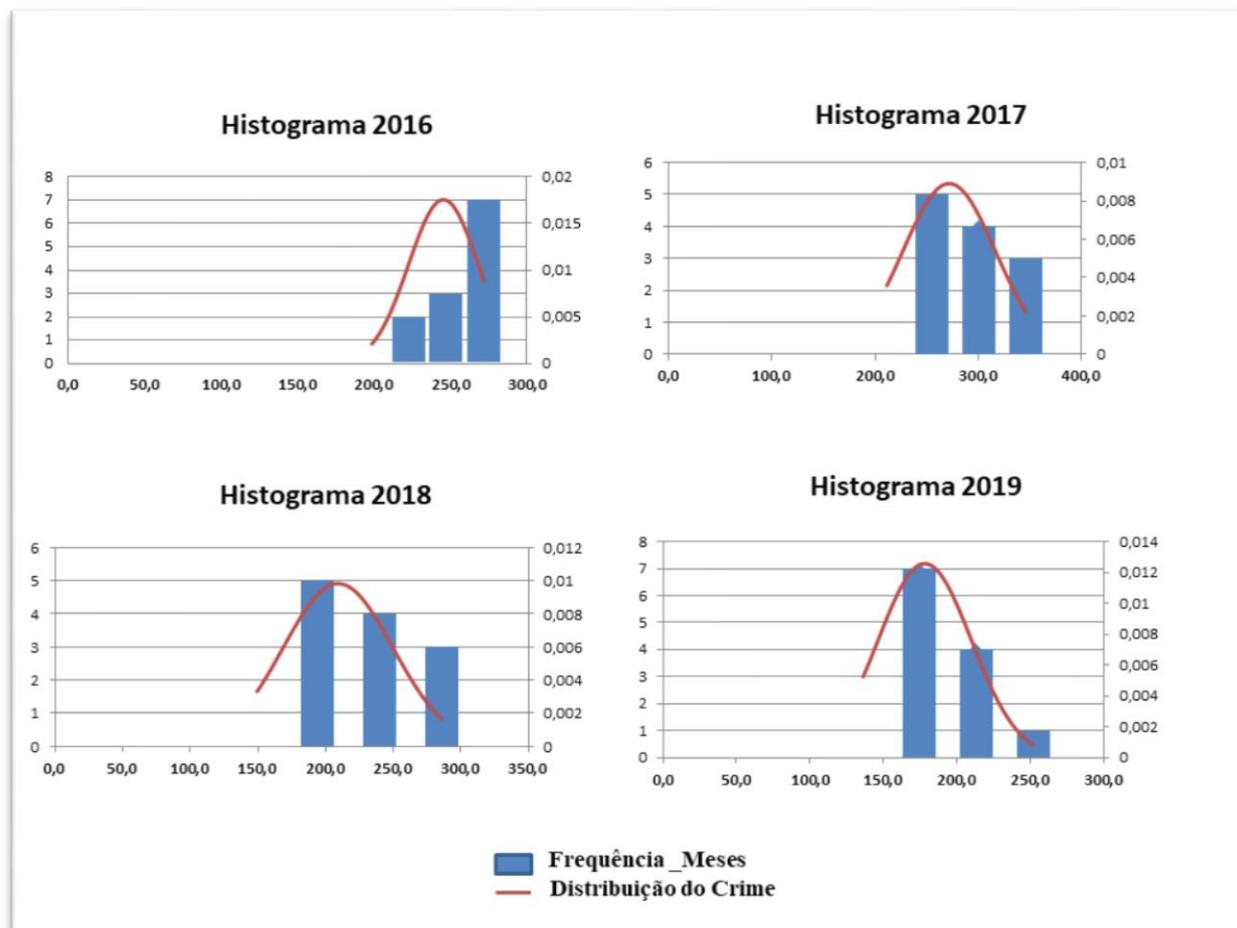
No ano de 2016 a primeira classe apresenta corte em 222,7 crimes, na segunda com 247,3 chegando à terceira com corte de 272 crimes, que foi a maior frequência do ano, ocorrendo em sete dos doze meses; para o ano de 2017 a maior frequência de casos tem como corte na primeira classe com 255,3 casos, a segunda apresentou 300,7 e a terceira classe com

346 registros, neste ano percebe-se que a primeira classe apresenta a maior frequência de meses, sendo cinco, porém ressalta-se que a menor classe de 2017 é superior a segunda classe de 2016, percebe-se assim o aumento gradativo do número de casos de roubos a pedestres.

O ano de 2018 apresentou o mesmo padrão que em 2017, com maior frequência na primeira classe, porém, está com corte menor, de 194 casos, na sequência temos consecutivamente 240 e 286 casos em cada classe, verifica-se uma tendência de redução do número de casos. E em 2019 a primeira classe tem como corte 174 em uma frequência de 7 vezes, apresentado o menor corte dos anos analisados. Nos anos de 2016 e 2019 ocorreu uma amplitude maior, variando de uma frequência de 2 para 7 e 7 para 1 sucessivamente. Porém, em 2016 houve um período maior com corte mais alto e com pouca variação entre as classes, justificado pelo pequeno espaçamento entre as colunas no gráfico, já em 2019 houve um aumento da variação das classes, porém houve redução do valor de corte se comparados aos outros anos, apresentando na primeira classe um corte menor e uma frequência maior.

O ano de 2016 apresenta-se de forma diferenciada no comparativo aos demais anos analisados, salienta-se que no cenário deste ano, os crimes de forma geral, e aqui especificamente o crime de roubo a pedestre, estavam crescendo de forma exponencial, de maneira que sete meses do ano apresentaram um corte de 272 casos. Essa elevação tem sequência no ano de 2017 que apresentou o maior corte dos anos analisados, com 346 registros, porém, havendo a partir do segundo semestre de 2017 quedas gradativas, sendo que neste ano a maior frequência foi de 255,3, ocorrendo em cinco meses. Chama-se atenção para essa mudança de cenário a implantação no segundo semestre de 2017 do Pacto Pelotas pela Paz.

Gráfico 13 - Histogramas e polígonos das frequências de roubos a pedestres em Pelotas de 2016 a 2019.



Fonte: Dados criminais do observatório, organizado pela autora (2020).

Os Gráficos 10, 11, 12 e 13 demonstram que o crime possui um padrão temporal, mesmo que algumas ações municipais tenham contribuído para sua redução, ele ainda assim mostra sua dinâmica. Veremos a seguir como as pessoas percebem o crime e se esse interfere na sua visão de segurança.

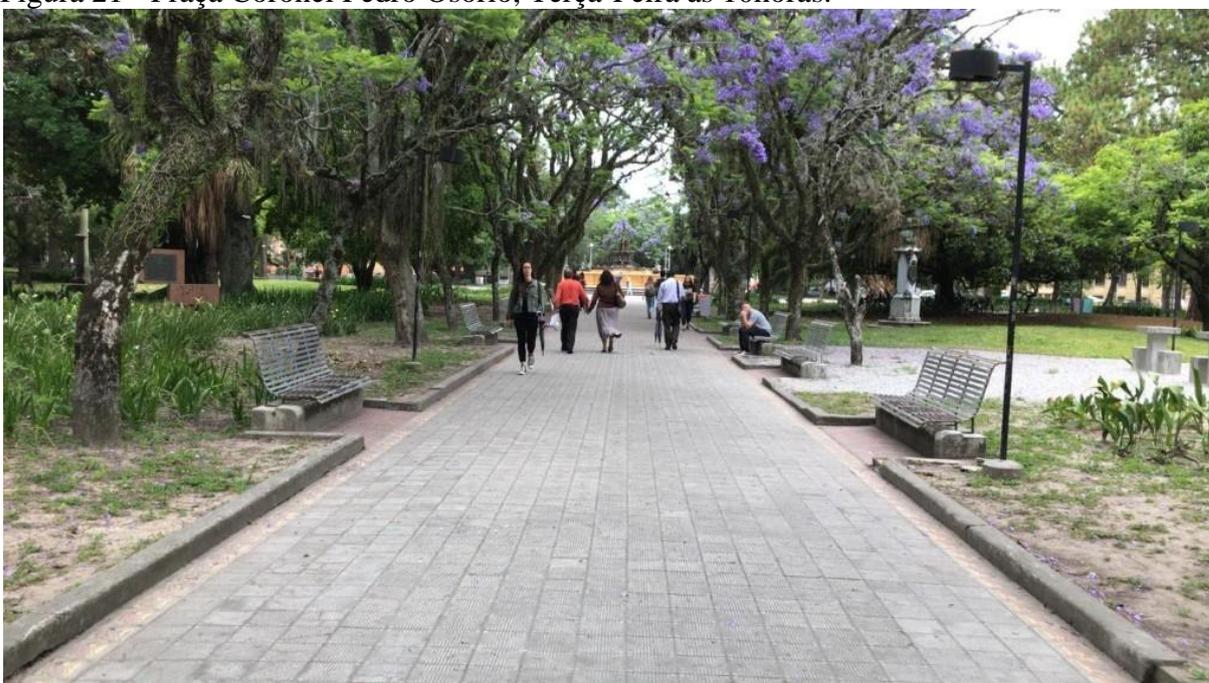
5.4 Percepção de Segurança

A pesquisa e aplicação do questionário fazem parte do estudo relacionado à possível correlação de oportunidade de crimes patrimoniais e áreas verdes. Embasa-se teórica e conceitualmente em estudos que relacionam ambientes e comportamento, segundo os quais aspectos ambientais podem colaborar para a manifestação de comportamentos dos seus usuários, podendo criar oportunidade ou dificultar a ocorrência de determinados tipos de crime, bem como influenciar na percepção de segurança.

Como objeto de estudo foi selecionada a Praça Coronel Pedro Osório na cidade de Pelotas (RS), por ser um importante ponto de referência para os moradores e turistas. Assim como, por apresentar um grande número de registros de crimes. Este estudo, no qual foi utilizado como instrumento de coleta o questionário, apresenta resultados preliminares da investigação, analisa a percepção de (In) segurança, assim como, fatores que de acordo com os participantes da pesquisa podem estar interferindo de alguma maneira no cometimento dos crimes patrimoniais analisados.

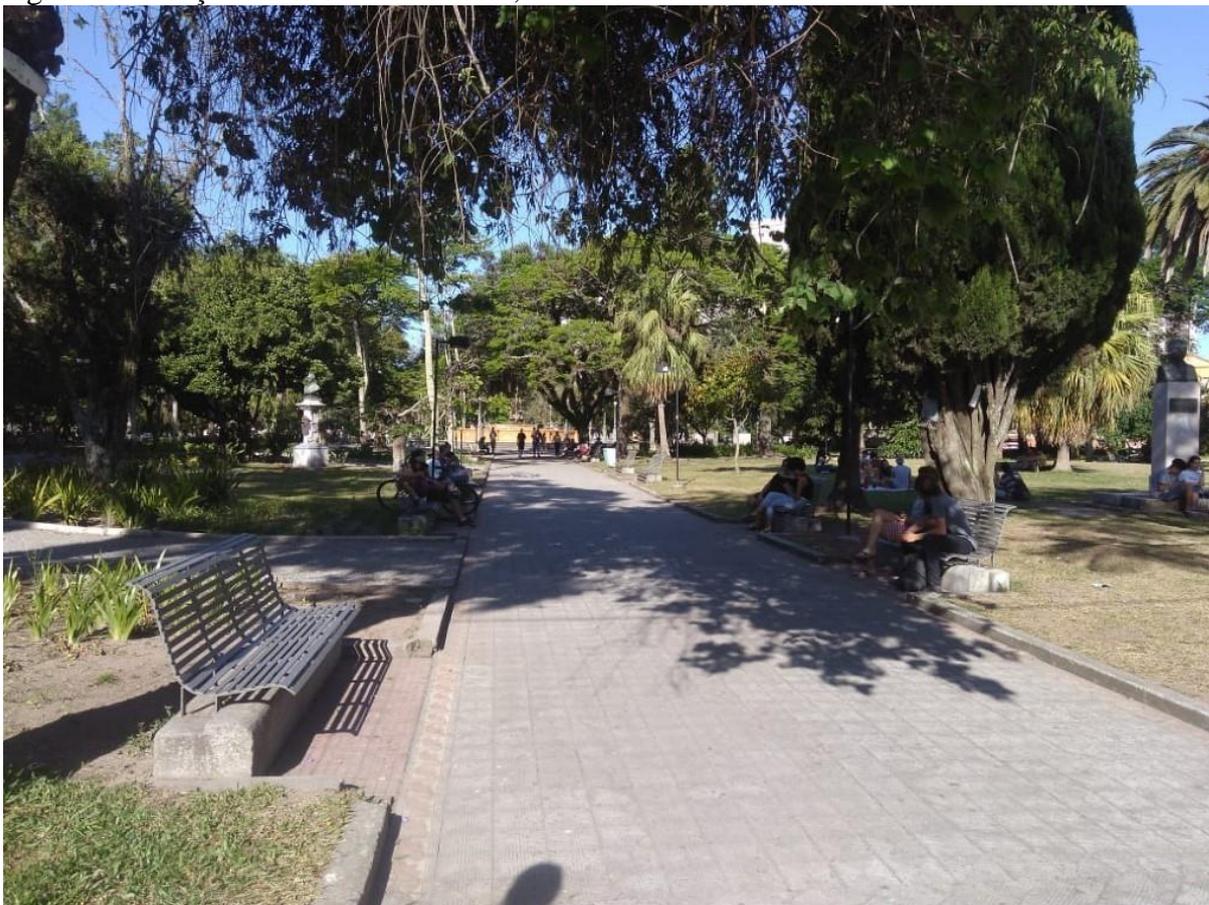
As figuras 21 a 23 apresentam imagens da Praça Coronel Pedro Osório exibindo os fluxos de pessoas em dias e horários distintos, visando à compreensão da dinâmica de uso do espaço.

Figura 21 - Praça Coronel Pedro Osório, Terça-Feira às 10horas.



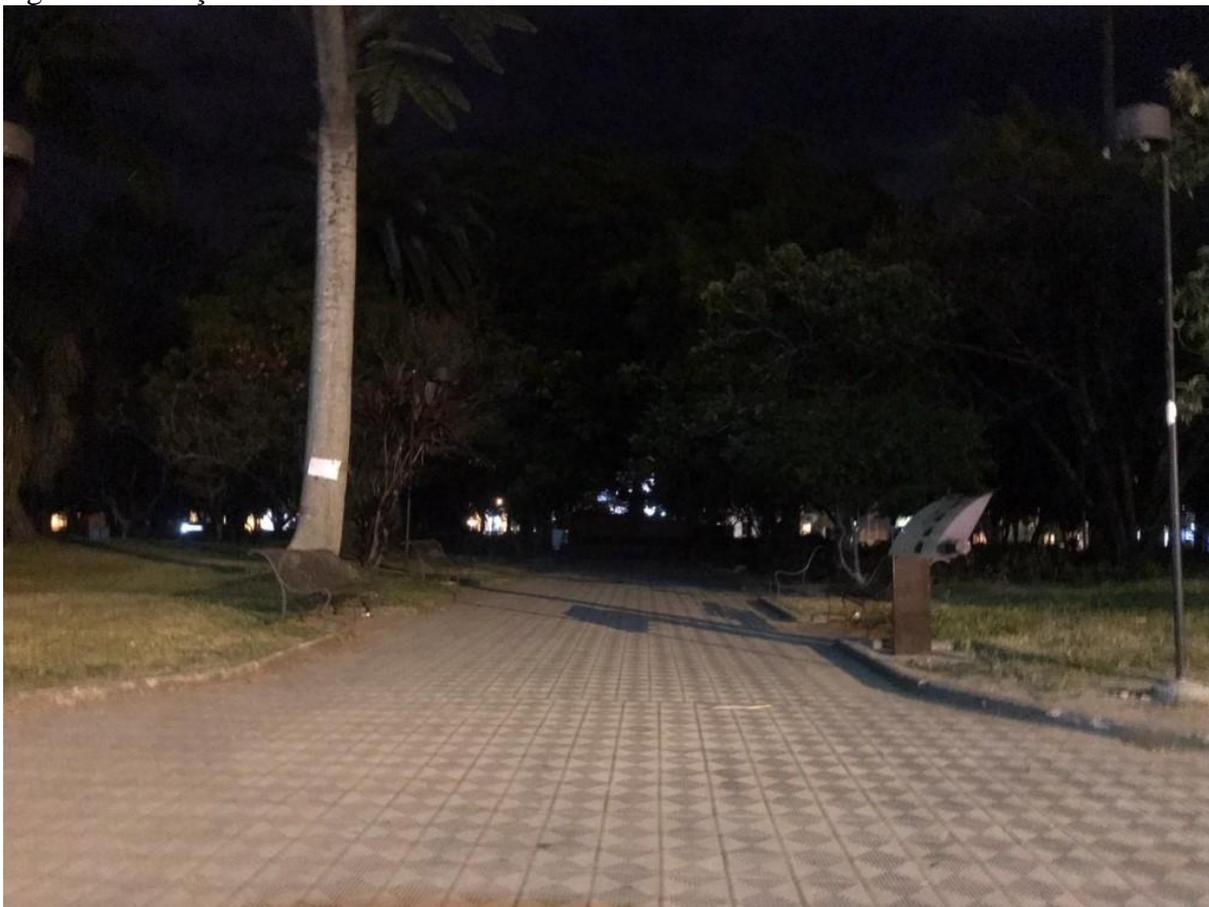
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 22 - Praça Coronel Pedro Osório, Sexta-Feira às 17 horas.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Figura 23 - Praça Coronel Pedro Osório em uma Sexta-Feira às 21 horas



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

5.4.1 Perfil dos respondentes

O questionário (Âpendice B) foi respondido por 107 moradores de Pelotas. Essa amostra é formada por 61,7% de mulheres (66 respondentes) e 38,3% de homens (41 respondentes). A faixa etária com maior participação foi a dos 18 a 34 anos com (50,5%), posterior com (38,3%) os entre 35 a 49 anos, (9,3%) entre 50 a 59 anos e (1,9%) acima de 60 anos.

Os participantes da pesquisa têm grau de instrução desde o fundamental incompleto até superior completo, sendo que a maioria (50,5%) possui nível superior completo, (31,8%) superior incompleto, (11,2%) ensino médio e (6,5%) outros níveis. Quanto ao tempo de uso da praça (42,1%) circulam por ela a mais de 20 anos, (21,5%) entre 10 e 20 anos, (16,8%) entre 1 e 2 anos, (11,2%) entre 5 e 10 anos e (8,4%) entre 2 e 5 anos).

5.4.2 Resultados e Discussão

Os registros dos crimes obtidos junto ao Observatório de Segurança Pública de Pelotas permitiram a análise de 1777 ocorrências de roubos a pedestres, 368 de furtos de veículos e 88 de roubos de veículos, conforme (Tabela 3).

Tabela 3 - Indicadores criminais distribuídos por região administrativa e Praça Coronel Pedro Osório.

Indicadores analisados Janeiro à Outubro de 2019										
Crimes	Areal	Barragem	Centro	Fragata	Laranjal	São Gongalo	Três Vendas	Outros	Total	Praça
Roubo a Pedestre	222	3	900	256	15	90	284	7	1777	44
Furto de Veículos	37	0	190	60	5	17	52	7	368	2
Roubo de Veículos	15	2	16	14	2	4	32	3	88	0

Fonte: Observatório Municipal de Segurança Pública de Pelotas, organizado pela autora (2019).

De acordo com os dados criminais representados na tabela, a Região Administrativa do Centro apresenta maior concentração de ocorrências, salientando os casos de roubos a pedestres e furto de veículos. Já os roubos de veículos ocorreram em maior frequência na região Administrativa Três Vendas, ficando o centro em segundo lugar.

Dos registros de roubos a pedestres, 900 casos ocorreram na região administrativa do Centro, abarcando 49% dos casos. E desses, 44(5%) ocorreram na Praça Coronel Pedro Osório. Nesse contexto, salientamos para as dimensões territoriais da análise, visto que, a região administrativa Centro é composta por aproximadamente 11.700,000m² e a Praça Coronel Pedro Osório por aproximadamente 22.000m², fator que demarca dois crimes a cada 1.000m² na Praça e aproximadamente 0,2 crimes por 1.000m² no Centro.

No que se refere aos outros indicadores, nos furtos de veículos dos 368 casos, (48%) ocorreram no centro e desses, 1% na praça. No roubo de veículos dos 88 casos registrados, (18%) ocorreram na região do centro e desses nenhum caso ocorreu no entorno da praça. Devido ao baixo ou nulo número desses crimes na área de análise, não nos detemos na construção de mapas para tais.

Observa-se que a distribuição espacial dos diferentes crimes não acontece de forma homogênea na área de estudo, havendo maior concentração de roubo a pedestre, estando esses representados nas (Figuras 24 e 25). Assim como, também se nota que os crimes analisados se distribuem distintamente no espaço-tempo. Fator esse explicado por Santos (2006), quando trata das relações dinâmicas e transformações que ocorrem no espaço, relacionando-as com as interações dos objetos, ações e suas intenções.

A (Tabela 4) demonstra a relação dos dias e horários que o crime de roubo a pedestre se distribui no tempo. Ela apresenta os casos registrados que ocorreram na Praça Coronel Pedro Osório, sendo possível observar que neste período o domingo e a segunda-feira foram os dias que apresentaram maior número de casos. E nesta análise, o horário de maior frequência se deu às 18 horas, seguido das 16 horas.

Tabela 4 - Distribuição de roubos a pedestres de acordo com dia da semana e horário na Praça Coronel Pedro Osório.

Dia x Hora	0	1	3	4	5	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	Total	
Domingo		1	1		2	2		1			1	1						1	1	11
Segunda-Feira						1					2	1	1	3	1					9
Terça-Feira												1		3		1				5
Quarta-Feira	1	1												2		1				5
Quinta-Feira				1			1	1	1			1		1						6
Sexta-Feira												2								2
Sábado								1		1	2			2						6
Total	1	2	1	1	2	3	1	3	1	1	5	6	3	9	1	2	1	1		44

Fonte: Observatório Municipal de Segurança Pública de Pelotas, organizado pela autora (2019).

Ao acompanharmos o fluxo de pessoas na praça analisando as Figuras 21 a 23, bem como a Tabela 4, percebemos que o período da tarde apresenta o maior movimento de pessoas e maior índice do crime de roubo a pedestre. Também a Figura 22, apresenta maior diversidade no uso do espaço, com pessoas circulando, sentadas nos bancos e no gramado. Já no período da noite não houve registro de movimento no interior da praça, fator este que além de sugerir um grau de insegurança, também demonstra que apesar do nulo ou pouco fluxo de pessoas, ainda assim há registros do crime, porém, em menor escala.

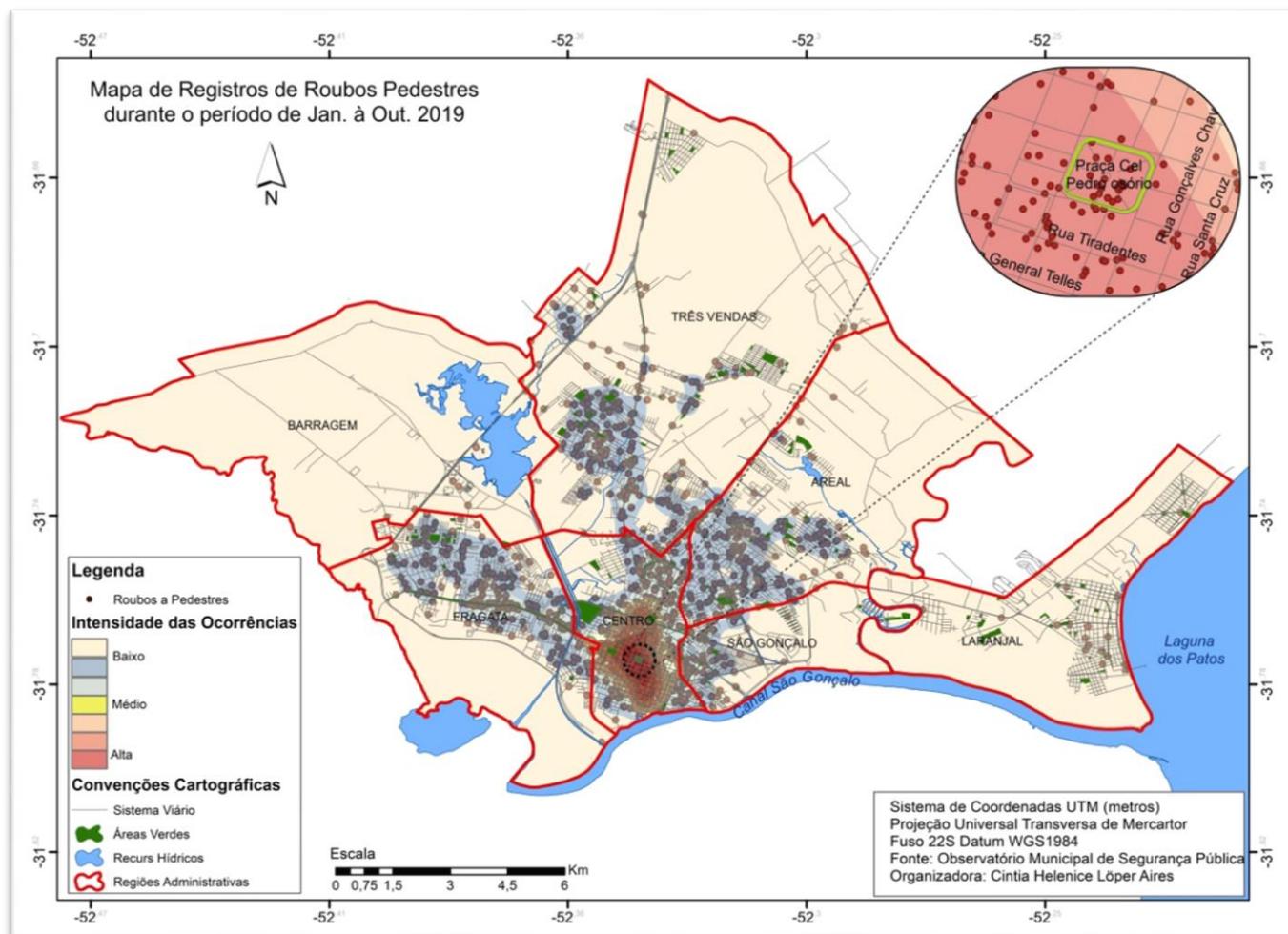
No que se refere aos furtos de veículos, dos dois casos registrados, um ocorreu em uma segunda-feira às 10h e o outro em uma quinta-feira às 6h. Neste crime podemos fazer outra avaliação, pois, apesar de 48% do total dos casos registrados estarem situados na região administrativa do centro, apenas 1% ocorreu no local de estudo, não sendo neste caso como “área quente” a Praça Coronel Pedro Osório.

Essa distribuição heterogênea dos crimes no segmento analisado pode ser explicada pelo fato de que cada tipo de crime tem suas especificidades favorecidas por determinadas características físicas que compõe o espaço urbano, ou ainda segundo Beato (2012) podem estar relacionadas a um número pequeno de pessoas.

Um fenômeno bastante conhecido nos estudos criminológicos é o fato de que muitas coisas envolvem poucas pessoas e poucos lugares. Estudos usando técnicas de análise para a detecção de “áreas quentes” de criminalidade mostram que crimes são fenômenos bastante concentrados no espaço e no tempo (BEATO, 2012, p. 151).

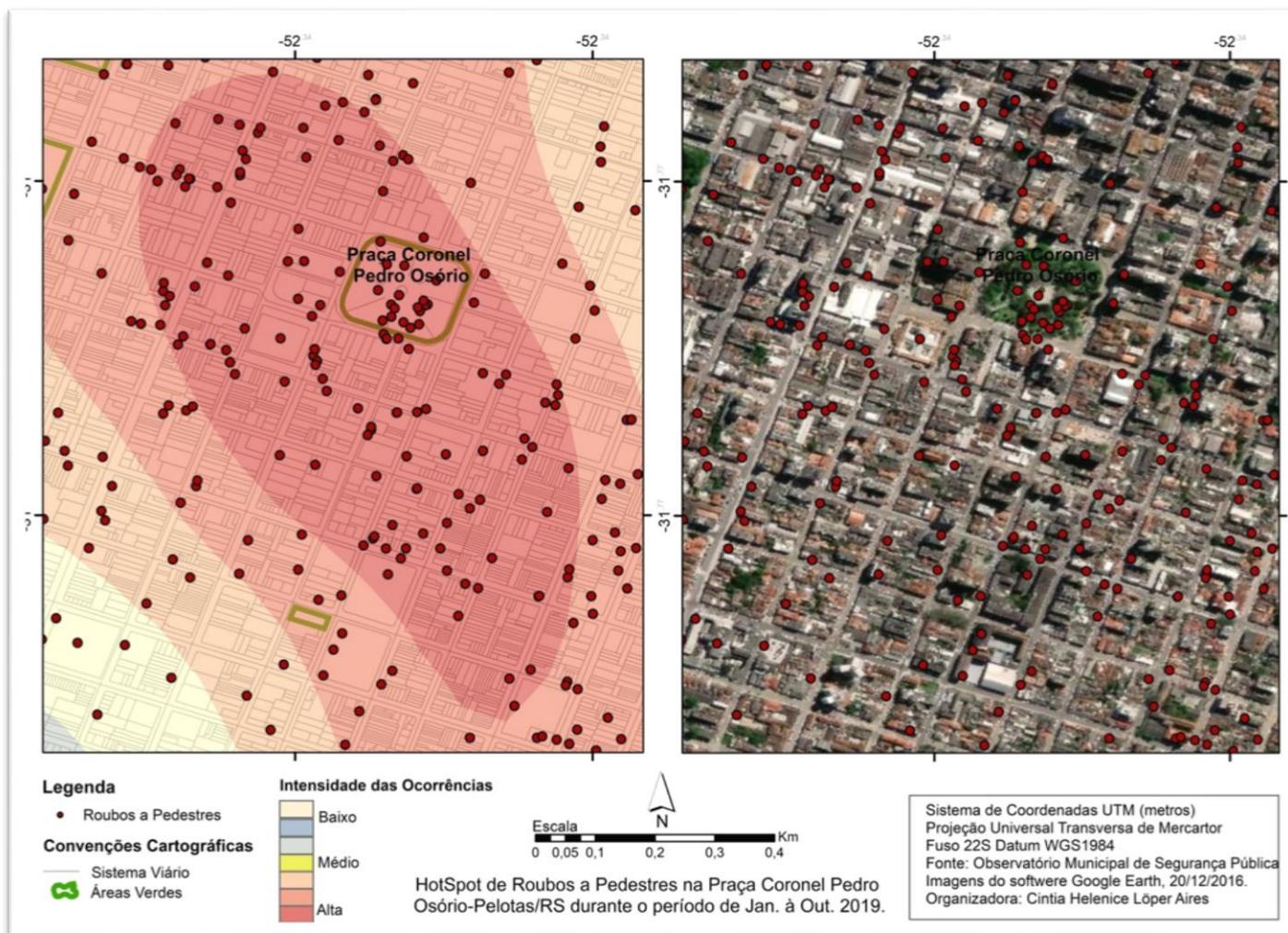
O mapa representado pela (Figura 24) exhibe os casos registrados de roubos a pedestre no período de janeiro a outubro de 2019, cada ponto representa uma ocorrência deste indicador, sendo no centro, por apresentar maior densidade de casos gerou uma área quente “*hotSpot*”. Tal mancha foi representada em um zoom na (Figura 25), no qual também é exibido um mosaico com a imagem de satélite da mesma área, possibilitando comparação dos casos representados no mapa e seu contexto ambiental apresentado na imagem, que possuem como foco a Praça Coronel Pedro Osório, centro de nossa discussão.

Figura 24 - Mapa de registros de roubos a pedestres de jan. a out. 2019.



Fonte: III Plano Diretor de Pelotas (2008) e Observatório Municipal de Segurança, organizado pela autora (2020).

Figura 25 - Representação cartográfica evidenciando os roubos a pedestres na Praça Coronel Pedro Osório.



Fonte: III Plano Diretor de Pelotas (2008) e Observatório Municipal de Segurança, organizado pela autora (2020).

5.4.3 Relações entre ocorrência de crimes e percepção de segurança

As respostas do questionário apontam que das 107 pessoas que fizeram parte da pesquisa, 30% foi ou teve alguém da família ou conhecido como vítima dos crimes apresentados. Dessas, relataram que, no que se refere ao roubo a pedestre, o período da tarde compreendido entre (12h01min as 18h00min) apresenta-se como horário de maior incidência, representando 46% dos relatos. O mesmo ocorre para o roubo de veículos com 42% de percepção de maior incidência no turno da tarde, diferentemente do furto de veículos que a percepção dos colaboradores apontou para a madrugada (00h01min as 06h00min) como sendo o período de maior ocorrência do crime, apresentando-se com 60%.

Podemos ponderar que, no que se refere aos registros dos crimes de roubos a pedestres o turno da tarde tem como maior frequência às 16h e posterior às 15h. Sendo que o horário mais quente se apresenta entre as 18h01min às 18h59min. Dado esse que corrobora com a percepção dos colaboradores da pesquisa, tendo uma pequena extensão de uma hora no que se refere aos registros de fato.

Em relação ao roubo de veículos não houve registro no período avaliado, porém, tal percepção possa estar relacionada ao ato criminal anterior ao período avaliado. Já no que se refere aos furtos de veículos a percepção contempla 50% dos casos, sendo que, dos dois crimes registrados, um está compreendido na faixa horária citada como crítica.

Quando analisada a percepção de segurança (Tabela 5), das 107 pessoas que responderam ao questionário, nas suas percepções do período do dia, dizem que 52,3% consideram a praça nem segura nem insegura, 16,8% muito insegura, 14% segura, seguindo de 13,3% insegura, e apenas 3,7% consideram a praça um ambiente muito seguro. Ao analisar a percepção no turno da noite pode-se perceber que 71% das pessoas percebem a praça como sendo muito insegura, 16,8% insegura, 7,5% nem segura nem insegura, 2,8% muito segura e 1,9% consideram o local seguro.

Tabela 5 - Percepção de segurança na Praça Coronel Pedro Osório em 2019.

Percepção de Segurança	Período do Dia		Período da Noite	
	Nº de Respondentes	(%)	Nº de Respondentes	(%)
Muito segura	4	3,7%	3	1,9%
Segura	15	14%	2	2,8%
Nem segura nem insegura	56	52,3%	8	7,5%
Insegura	14	13,3%	18	16,8%
Muito Insegura	18	16,8%	76	71%
Total respondentes	107			

Fonte: Respostas do questionário, organizado pela autora (2019).

Ao serem questionados se a percepção de segurança ou insegurança os impede ou reduz o uso da praça durante o dia, das 107 respostas, 56 delas (52,3%) responderam que sim e 51(47,7%) responderam que sua percepção não os impede. Ao fazer o mesmo questionamento em relação ao uso a noite 101 pessoas correspondendo a 94,4% responderam que sim e apenas 6 (5,6%) responderam que não.

Quando avaliada a questão da iluminação na praça durante a noite, registra-se que 43 respondentes correspondendo a 40,2% avaliam como muito mal iluminada, 30 (28%) percebe como mal iluminada, 26 (24,3%) nem mal nem bem iluminada, 6 (5,6%) consideram bem iluminada e apenas duas pessoas representando (1,9%) consideram o local muito bem iluminado.

No que tange aos fatores que podem estar contribuindo para a insegurança na praça (Tabela 6), durante o dia, diz a pesquisa, que a inexistência de guaritas e de câmeras de vigilância são os principais fatores citados como contribuintes para essa sensação, com 66,4% e 57% respectivamente. Já no turno da noite outros elementos surgiram como: falta de iluminação, inexistência de guaritas, falta de movimento das pessoas, inexistência de câmeras e falta de visibilidade entre a praça e as ruas, com respectivamente com 78%, 69,2% 67,3%, 57% e 56,1%.

Tabela 6 - Fatores que contribuem para insegurança na Praça Coronel Pedro Osório em 2019.

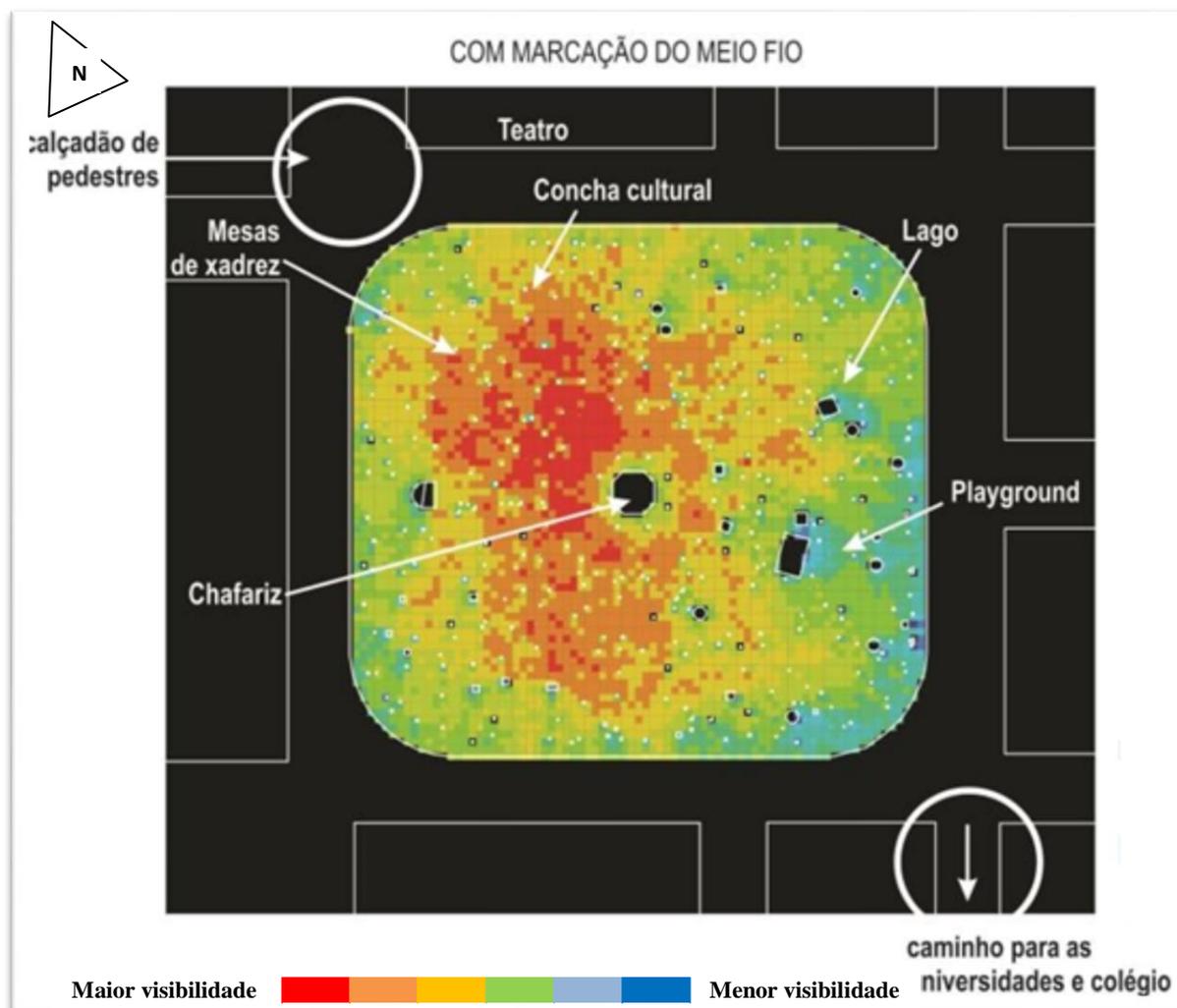
Fatores	Respostas (DIA)	Respostas (NOITE)
Ausência de locais para fugir	1	6
Ausência de vegetação	0	0
Boa iluminação	-	1
Existência de câmeras de vigilância	4	1
Existência de guaritas de segurança	6	0
Existência de locais para fugir	22	21
Existência de muros e/ou paredes cegas	8	8
Existência de visibilidade entre a praça e a rua	5	3
Falta de iluminação	-	78
Falta de movimento de pessoas	23	72
Falta de visibilidade entre a praça e a rua	29	60
Inexistência de câmeras de vigilância	61	61
Inexistência de guaritas de segurança	71	74
Movimento intenso de pessoas	19	1
Nenhum destes fatores	0	2
Presença de vegetação	24	38

Fonte: Respostas do questionário, organizado pela autora (2019).

De acordo com a (Tabela 6), percebe-se que a falta de visibilidade entre a praça e rua aparece com o dobro de importância na percepção de insegurança durante a noite, assim como há um aumento em relação à influência da presença da vegetação no mesmo turno, fatores esses que estão diretamente ligados.

Quando se trata da análise de visibilidade na Praça Coronel Pedro Osório Quintanilha (2015), utilizou das cores quentes para apresentar a maior visibilidade do espaço, e quanto menor essa variação, a representação parte para as cores mais frias, utilizou como parâmetro para delimitar as barreiras visuais a altura de 1,60 metros. (Figura 26).

Figura 26 – Croqui com grau de visibilidade da Praça Coronel Pedro Osório



Fonte: Quintanilha (2015), alterado pela autora (2021)

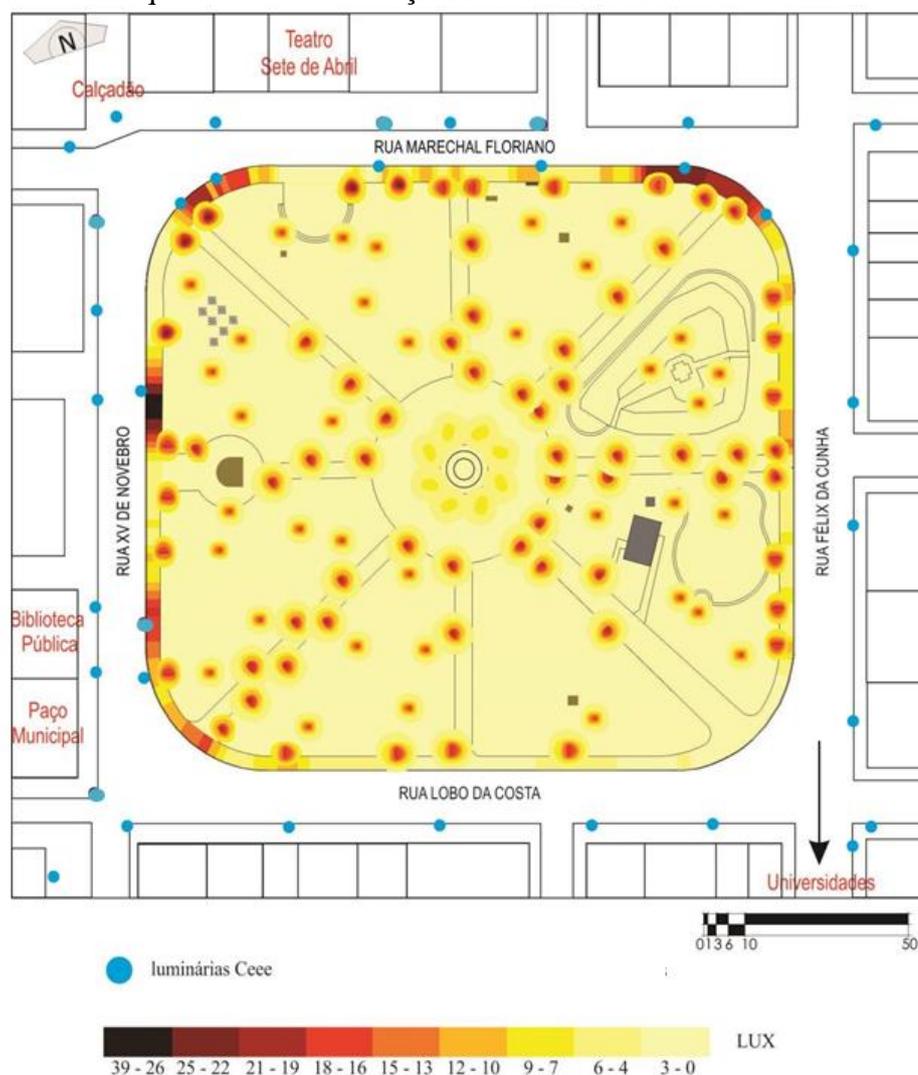
A (Figura 26) demonstra que a praça não se apresenta de forma homogênea no que se refere à visibilidade, apresentando barreiras físicas que impossibilitam a visão de fora da praça para o seu centro e do centro para o entorno, chamando atenção para as áreas delimitadas pelas cores amarelo, verde e azul, que predominam no entorno da praça e na porção sudeste próximo ao *playground*, criando barreiras que podem servir de esconderijo para o cometimento do ato criminal.

No que se refere ao movimento de pessoas o resultado da percepção dos entrevistados vai ao encontro com a teoria “olhos nas ruas” de Jacobs (2011), segundo a qual quanto mais pessoas circulando menor será o número de atos criminais, e que a esvaziamento por si só não garante segurança contra os crimes. Já a questão do monitoramento por câmeras citado como fator deficitário na praça, estaria ligada a teoria de Newman (1972) o qual diz que um espaço defensável estaria relacionado ao aumento das oportunidades de vigilâncias.

A iluminação aparece como fator mais citado entre os entrevistados no que se refere à deficiência desta, o que corrobora com os autores Carvalho (2016) e Lira (2017) quando relacionam a falta de iluminação e estruturas deficitárias com a influência e consumação de determinados crimes, assim como, o fator iluminação tem peso na questão da percepção de espaços seguros.

Quintanilha (2015) construiu croqui lumínico da Praça Coronel Pedro Osório (Figura 27), que mostra as áreas de maior e menor iluminação, levando em consideração somente as luminárias que se encontravam funcionando, neste sentido, vale ressaltar que os níveis de iluminação não são estáticos, podendo variar de acordo com a manutenção da rede e das luminárias.

Figura 27 – Croqui Lumínico da Praça Coronel Pedro Osório



Fonte: Quintanilha (2015), alterado pela autora (2021)

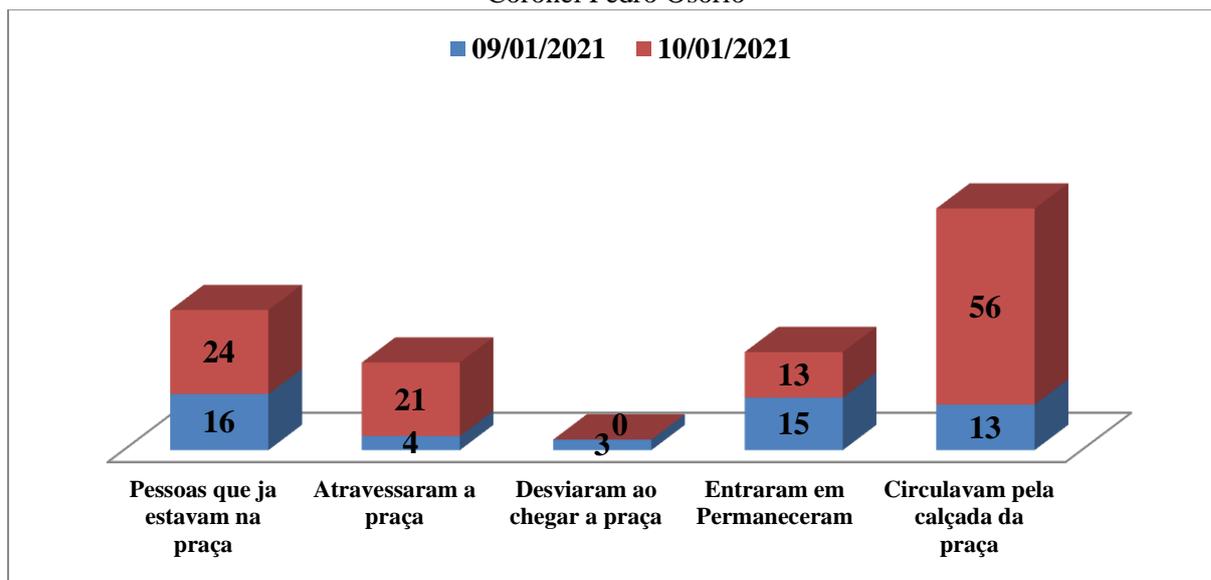
De acordo com o croqui podemos observar áreas com pouca iluminação, chamando atenção para os canteiros, assim como verifica-se que o maior nível de iluminação está na parte externa da praça fato esse confirmado pela (Figura 30) que compõe imagens internas e externas da praça no mês de janeiro do ano de 2021.

5.4.4 Mapa Comportamental

O mapa comportamental é segundo Rheingantz (2009), um instrumento utilizado para o registro de observações do comportamento e das atividades de usuários em um lugar predeterminado. Foi utilizado na pesquisa para identificar o comportamento dos transeuntes em relação ao uso, fluxo e arranjos espaciais no que se refere à percepção desses em relação à de segurança.

O (Gráfico 14) representa o número de pessoas observadas nos dias 09 e 10 de janeiro de 2021, no primeiro dia de observação, foi um sábado às 20 horas, horário de maior incidência de casos na região administrativa centro, conforme registros de ocorrências dos anos de 2016 a 2019, representado no (Gráfico 11). O segundo dia também se levou em consideração a faixa horária de maior número de ocorrências, porém, não utilizamos o horário mais quente, optou-se em razão do período de verão, começar entre 19h30min e 20 horas para verificar o comportamento a partir do pôr do sol.

Gráfico 14 - Quantitativo de pessoas acompanhadas no mapeamento comportamental na Praça Coronel Pedro Osório



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Neste sentido, o (Gráfico 14) expressa os comportamentos observados, no qual, o segundo dia (Figura 29) em que ainda existia luz natural o número de pessoas que estavam usando os espaços da praça era maior, assim como, apresentou um número maior de pessoas que atravessaram e também as que circulavam no seu entorno, seja para caminhada, corrida, passeio com seu animal ou familiar, também se observa que não houve registro de pessoas que desviaram sua trajetória ao chegar à praça. O aumento do número de pessoas que atravessaram, entraram e permaneceram e não o não desvio pode estar relacionado ao maior número de pessoas que já ocupavam o espaço, propiciando as outras uma sensação de segurança, de vigilância natural. Entende-se também, que as pessoas que já ocupavam o espaço antes do pôr do sol se sentiram seguras em permanecer por um tempo maior em razão da circulação de novos usuários. Também se ressalta que grande parte das pessoas que entraram na praça após o anoitecer foram pessoas que levavam seus animais para um passeio.

Ainda nesse entendimento julga-se que no primeiro dia (Figura 28) ocorre o processo inverso, havia menos pessoas ocupando a praça fator que causou insegurança, pois, menos pessoas atravessaram e circularam no seu entorno, e houve aumento do número de pessoas que desviaram, quando do seu deslocamento se aproximava da praça.

Figura 28 - Mapa Comportamental na Praça Coronel Pedro Osório - 09/01/2021



Mapa Comportamental - Praça Cel. Pedro Osório

Sábado, 09/01/2021
das 20h10 às 20h50

Legenda

Comportamento dos Pedestres

- Atravessaram a Praça
- Desviaram ao chegar na Praça
- Entraram e Permaneceram
- Circularam pela calçada
- Já estavam na Praça

Estrutura da Praça

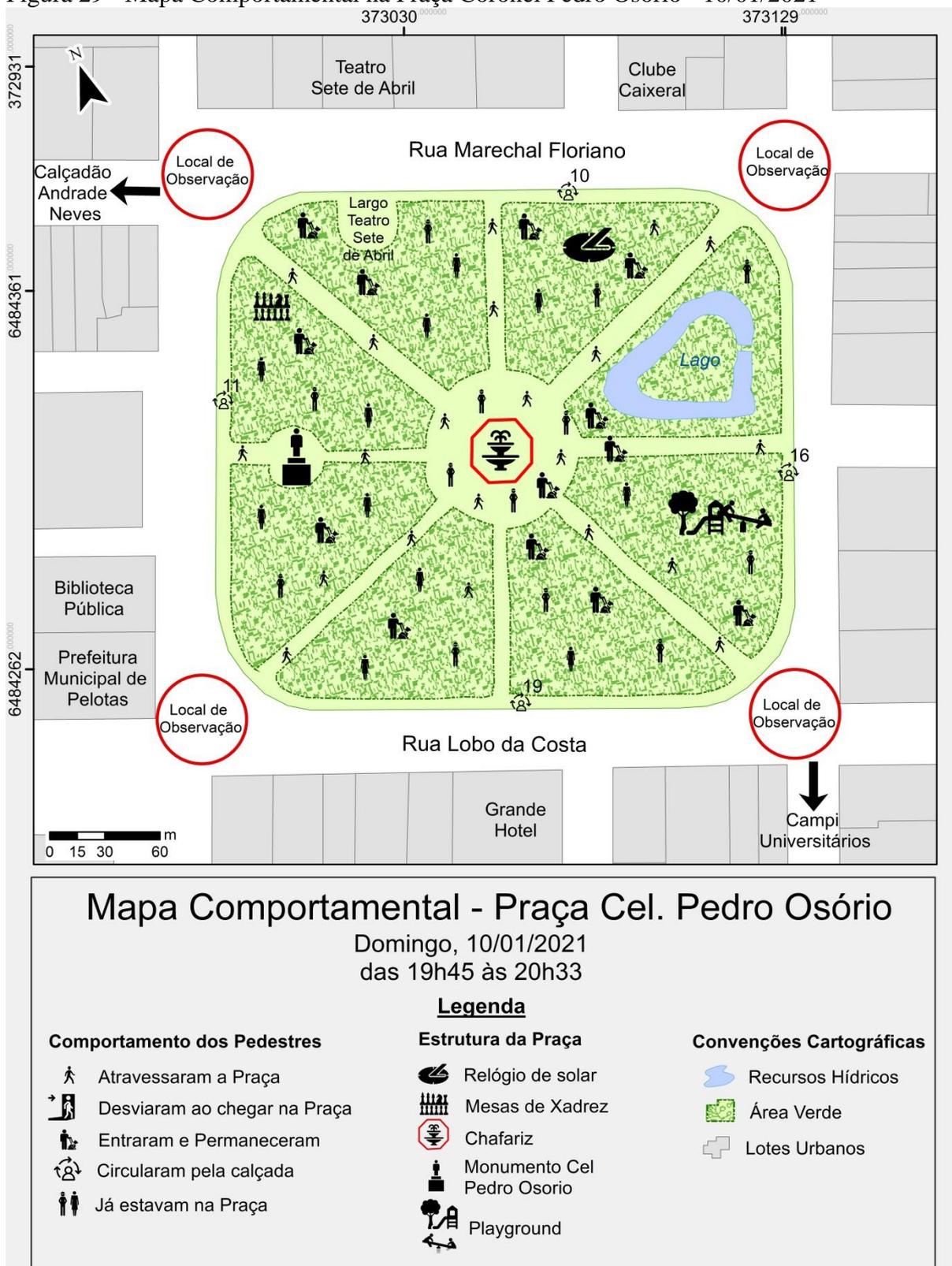
- Relógio de solar
- Mesas de Xadrez
- Chafariz
- Monumento Cel. Pedro Osório
- Playground

Convenções Cartográficas

- Recursos Hídricos
- Área Verde
- Lotes Urbanos

Fonte: autora (2021)

Figura 29 - Mapa Comportamental na Praça Coronel Pedro Osório - 10/01/2021



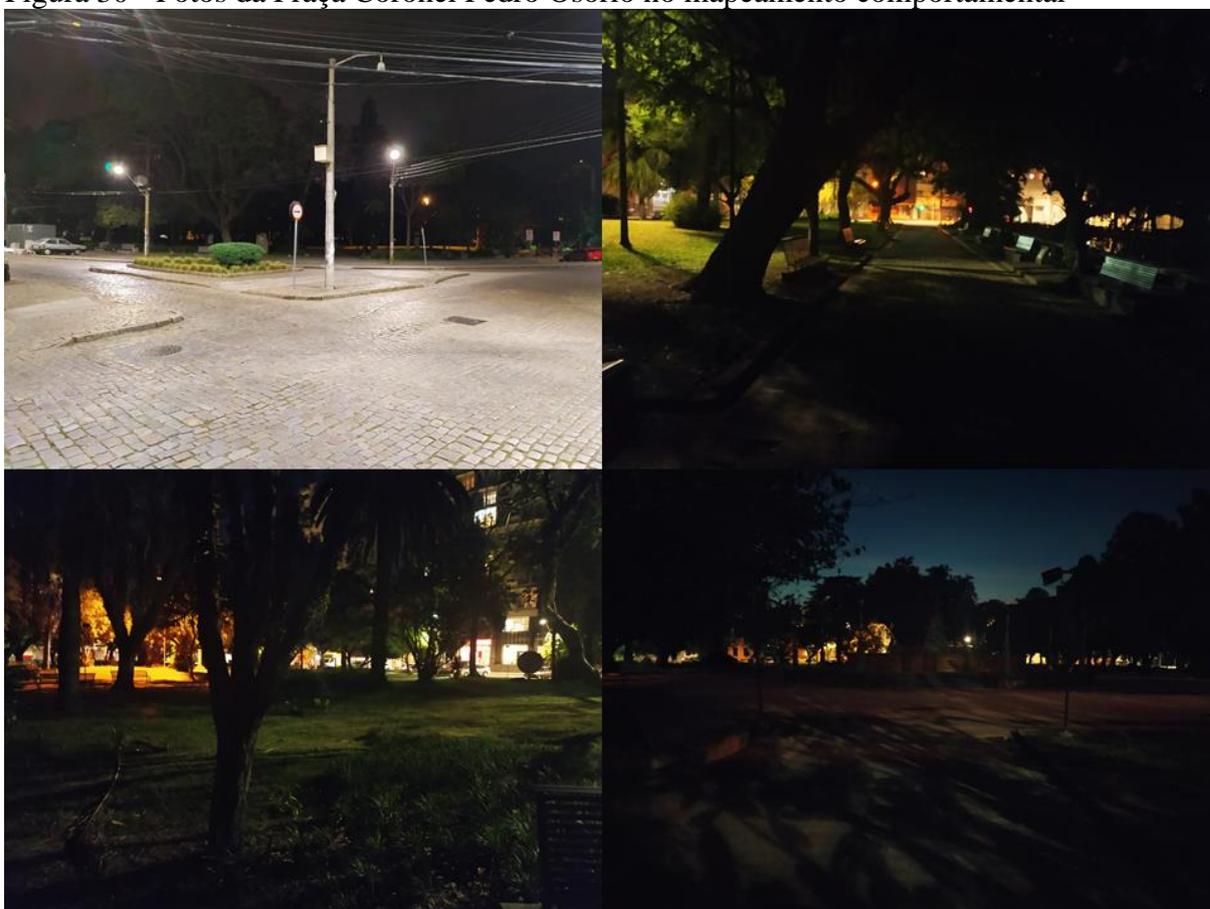
Fonte: autora (2021)

O dia 10 de janeiro (Figura 29) apresentou o maior número de pessoas utilizando o espaço em relação ao dia anterior, porém, ainda baixo quando se considera as dimensões

físicas da praça, com aproximadamente 22.000m², podendo ser percebido nos mapas representados pelas (Figuras 28 e 29).

No que se refere à iluminação tratada na aplicação do questionário e sua importância para a sensação de segurança, resta-nos dizer que quatorze meses após aplicação desse, marco com a observação para o mapeamento comportamental, ilustração da deficiência de iluminação no interior da praça, representada nas (Figuras 21, 24), essa ainda se mantém (Figura 28), porém, ocorre um processo de substituição de toda rede de iluminação antiga para iluminação de LED, fator esse que poderá trazer mudanças significativas para o uso do espaço.

Figura 30 - Fotos da Praça Coronel Pedro Osório no mapeamento comportamental



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

6 CONCLUSÕES

A construção dessa pesquisa buscou responder ao longo do trabalho a pergunta de investigação, que consiste em analisar como a criminalidade, em especial o roubo a pedestre, se distribui espaço-temporalmente na cidade de Pelotas, considerando um recorte temporal em que foi implantado um Plano Municipal de Segurança Pública e Prevenção à Violência. Procuramos defender que as teorias criminais ligadas ao espaço, as quais foram amplamente discutidas e testadas em outros países, explicam, pelo menos de forma parcial, a distribuição do crime na área de estudo estabelecida por esta pesquisa.

Kopittke (2019) especialista do tema da Segurança pública baseada em evidências ensinou que a mesma se concebe a partir da organização sistemática de dados, o que permite a definição de locais e horários de maior ocorrência da criminalidade na cidade. Além das análises quantitativas, a proposição salienta a importância da análise territorial e da identificação de padrões espaço-temporais.

A organização sistemática de dados criminais que aqui foi apresentada se realizou durante os quatro anos de prática profissional, dos quais dois foram concomitantes com pós-graduação. Este ordenamento juntamente com disciplinas cursadas na pós-graduação conduziu para a escolha do roubo a pedestres como crime foco desta pesquisa.

Os resultados mostram que os padrões temporais de roubos a pedestres em Pelotas se dão de forma heterogênea, já a distribuição espacial é relativamente homogênea. Concentrações temporais ocorreram em diferentes meses e anos do período avaliado (janeiro de 2016 a dezembro de 2019). Porém, as concentrações espaciais tendem a se localizar na região administrativa do Centro.

O quantitativo do crime de roubo a pedestre nos anos analisados (2016-2019) alcançou seu máximo em 2017 e depois teve uma significativa redução (27,5% de casos de 2016 para 2019 e 34,5% em de 2017 a 2019). O quantitativo mensal teve maiores números de casos registrados em julho e agosto de 2017, com respectivamente 344 e 346 ocorrências. Desta forma, se compararmos o mês de agosto de 2017, o maior índice da linha histórica, para

dezembro de 2019 com 135 registros, verifica-se redução de 61%, correspondendo menos 211 vítimas de roubo a pedestre.

Em termos de distribuição espacial, as concentrações de roubos a pedestres na Região Administrativa Centro se justificam, em razão, desse, comportar o maior centro comercial do município, com lojas de vestuários, eletrodomésticos, lotéricas, estabelecimentos bancários, entre outros. Também no centro histórico, está a Praça Coronel Pedro Osório; além de estabelecimentos de ensino fundamental e médio e duas universidades. Esses atributos promovem a maior circulação de pessoas que propicia um incremento na oportunidade para a atividade criminal.

Os padrões espaço temporais que foram encontrados nestes dados, inclusive já tem direcionado ações de policiamento na cidade interferindo positivamente na redução do crime, porém, ainda faltava trabalhar fatores que poderiam estar contribuindo de forma positiva e negativa para esse cometimento. Por esta razão elegeu-se a Praça Coronel Pedro Osório e entorno como área de maior aprofundamento da análise da criminalidade e de sua relação como aspectos construtivos, paisagísticos e de uso do espaço público.

Nesta área pode-se verificar um padrão com intensidade de ocorrências de roubo a pedestre em todos os dias da semana, do horário das 18 às 23 horas, tendo uma acentuação das 19 às 22 horas, contudo, todos os dias e horários apresentarem registros, o que mostra a oportunidade para o ato criminal. Na faixa horária citada ocorre o fechamento de estabelecimentos comerciais, gerando o deslocamento de vários funcionários, que utilizam em grande parte o transporte público como meio de locomoção, do centro sentido bairro, causando uma aglomeração nas paradas de ônibus, assim como, há o movimento de estudantes para as universidades. Somados ao movimento de bares, restaurantes e casas noturnas.

Verificou-se também uma concentração criminal no período da madrugada, da 1 às 6 horas, nos dias de sábado e domingo, fator esse, que especialmente pode estar relacionado ao movimento e saídas de festas do final de semana.

No que se refere ao ambiente construído, nos segmentos de rua que apresentaram maior número de registros de ocorrências de roubos a pedestres, retratadas pelas figuras 14 a 19, pode-se observar uma paisagem contrária ao que apregoam as referências que relacionam ambientes construídos e segurança. Esses tratados por Jacobs na década de 1960, quando a autora já ressaltava a importância da variedade de uso e funções dos espaços, que propiciam

uma maior interação e circulação das pessoas e com isso permite-se um aumento da vigilância natural.

Na identificação de fatores espaciais que estão relacionados à segurança e crime, também buscou-se beber na concepção de prevenção do crime através do desenho urbano (CPTED), que segundo (GÄRTNER, 2008), traz na sua origem, dois elementos importantes para prevenção criminal por meio do espaço, sendo eles: a pessoa que comete o crime, que é orientada pela oportunidade e oferta no lugar onde o crime ocorre, sendo agravado pela ausência de vigilância, fatores urbanísticos e lumínicos. Desta forma, o desenho ambiental é usado para criar maneiras de direcionar a circulação por determinados locais, utilizando passeios, iluminação, árvores entre outros. Outro fator importante é o fortalecimento de laços afetivos com os lugares, para o que o desenho ambiental pode contribuir como facilitador de relações sociais e gerador de sentimentos de apropriação.

Na análise dos segmentos de ruas e de acordo com Gärtner (2008) e Jacobs (2011), a paisagem retratada apresenta-se em desacordo as proposições elencadas nas teorias que tratam de espaços urbanos seguros, não há diversificação de atividades, predominando o uso por estabelecimentos comerciais, ruas estreitas, com grandes paredes fechadas, muros e paradas de transporte público, alguns desses elementos propiciam lugares de esconderijo para o cometimento de um delito, assim como, não proporcionam relações de pertencimento e cuidado, são locais para uso provisório seja para deslocamento ao trabalho, a estabelecimentos de ensino, entre outros. E ainda somados a iluminação precária tanto nas vias analisadas quanto na principal praça do município, a Praça Coronel Pedro Osório, que é o cenário de um dos maiores locais de registros de roubos a pedestres, motivo pelo qual foi alvo da pesquisa sobre a percepção de segurança de moradores de Pelotas e usuários do local, assim como, foi realizado o mapeamento comportamental, visando demonstrar a relação de percepção e uso do espaço.

Os níveis de percepção da amostra composta pela aplicação do questionário estão relacionados com as teorias dos autores citados e neste sentido, a segurança passa pela questão da percepção, ou seja, nem sempre é preciso haver muitos casos de crimes para que as pessoas se sintam inseguras. E, o esvaziamento de determinados locais ou ruas, não evita que crimes aconteçam e muito menos diminui a sensação de insegurança.

As teorias de prevenção ao crime através do desenho ambiental e prevenção situacional se ligam a sintaxe espacial fazendo a relação dos fluxos, movimento de pessoas, com as medidas de integração, visibilidade e luminosidade. As teorias mostram que algumas

instalações ou infraestruturas urbanas parecem motivar delitos no local ou em seu entorno, sugerindo uma reconfiguração, seja do ponto de vista dos controles, ou mesmo da arquitetura (recantos, visibilidade, iluminação e brechas), de forma que torne mais fácil a vigilância natural, ou seja, o controle pelas pessoas que moram ou convivem neste lugar.

Os dados sobre a distribuição espacial e temporal das ocorrências criminais em Pelotas mostra o engajamento da profissional geógrafa nas diversas etapas de planejamento e gestão no Observatório de Segurança Pública de Pelotas, desde a organização temporal das ocorrências até uso de mapeamentos computadorizados em programas de controle e prevenção do crime. Esta prática tem contribuído para uma cultura da produção e utilização de evidências na área de prevenção à criminalidade na cidade de Pelotas, para superar um processo corrente de repetição incessante de práticas e discursos sem fundamento científico.

Essa pesquisa foi pensada no sentido de auxiliar um processo já existente de uso de evidências científicas e estudos que visam entender as relações espaço, vítima e ofensor. Dito isso, julgou-se importante aprofundar o conhecimento dessa relação e produzir subsídios para que o poder público possa continuar intervindo de forma proativa e não somente reativa em questões ligadas a segurança pública. Pensamento esse já estabelecido em Pelotas, porém, ainda o tema ligado à segurança pública baseada em evidências científicas e a compreensão da influência da paisagem e espaço relacionados à segurança ainda apresentam carência de pesquisas no Brasil. Espera-se que esta forma de analisar os dados própria de uma Segurança Pública Cidadã cresça significativamente nos próximos anos.

Esta dissertação deu conta, pelo menos de forma parcial dessa temática visando a apropriação de teorias que auxiliassem a continuidade de um processo constituído pelo Pacto Pelotas pela Paz, que traz importantes contribuições para sociedade pelotense e para essa que aqui escreve enquanto profissional da segurança pública e pesquisadora. Entende-se que esse processo de pesquisa ainda não está encerrado, vislumbra-se uma continuidade e aprofundamento teórico e metodológico no sentido de se questionar o quanto a geografia pode, ainda mais, contribuir para as análises baseadas em evidências científicas.

REFERÊNCIAS

AIRES, C. H. L.; COLLISCHONN, E. Criminalidade e espaço: mapeamento de registros criminais e referencias teórico metodológicas para sua contenção em Pelotas (RS). In: XIII ENANPEGE. São Paulo, de 2 a 7 Setembro de 2019. **A geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento**. São Paulo: ANPEGE. p.1-13.

ADORNO, S.; CARDIA, N. **Núcleo temático: Violência** – Nota de apresentação. In: Revista Ciências e Cultura SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 20-21. Jun. 2002.

A History of Violence: Edge Master Class 2011. Disponível em: https://www.edge.org/conversation/steven_pinker-a-history-of-violence-edge-master-class-2011. Acesso em: 07 de março de 2020.

AKKELIES N. V.; YAMU, C. *Space Syntax: A method to measure space related to social, economic and cognitive factors*. *Research Gate*.2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/313470133_Space_Syntax_a_method_to_measure_urban_space_related_to_social_economic_and_cognitive_factors. Acesso: em junho 2020.

ANJOS, M. H. dos. **Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária– UFPel, 2000.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2019. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Edição especial 2018, anais eletrônicos, ano 13. Disponível em: https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf. Acesso em: junho 2020.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2019. Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Organizadores: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. ISB 978-85-67450-14-8.

BATELLA, W. B.; DINIZ, A. M. A. Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais. **Revista Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 1, p. 151-163, abr. 2010.

BAVOUX, J. J. *Initiation a l'analyse spatiale*. Paris: Armand Colin, 2010.

BEATO FILHO, C.C. **Crimes e Cidades**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 291p.

BEATO FILHO, C.C. **Compreendendo e Avaliando Projetos de Segurança Pública**. Editora UFMG, 2008.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. Tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro. São Paulo: Ed. 34; Edusp, 2011. 400p.

CARVALHO, L. B. de. **Poluição Luminosa x Poluição Urbana**: O desperdício gerado pela Cultura do Medo. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Recife, PE, 2002.

CASTRO, I. E. Tempo e espaço no cotidiano Urbano: uma introdução. 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, 13 a 17 de setembro de 1993. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv80847.pdf> Acesso em janeiro 2021.

CARRASCO, A. de O. T. O Processo de produção do espaço urbano na cidade de Pelotas: Subsídios para uma reflexão sobre o desenvolvimento das relações de desigualdade entre centro e periferia. **Oculum ensaios** (Campinas), v. 14 n. 3, p. 595-611. Set./Dez. 2017. DOI:<https://doi.org/10.24220/2318-0919>.

CLARKE, R. V. **Situational Crime Prevention**: Theory and practice. *British journal of Criminology*, vol. 20, n. 2, p. 136-147, 1980.

CONCEIÇÃO, J. A da; CARVALHO, M. Dos S; RAMOS, S. M. P; Vieira, S. G. Espaço e tempo na formação urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/GeografiEspacial/49.pdf>. Acesso em: agosto de 2020.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em novembro de 2020.

COHEN L.E.; FELSON M. *Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach*, *American Sociological Review*, vol. 44, n.4, p. 588-608, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2094589?seq=1>. Acesso em 10 jun. 2019.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa:** Escolhendo entre cinco abordagens. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CRESWELL, J. W. e CLARK, V. **Pesquisa de Métodos Mistos.** 2º ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CROWE, T. ***Crime Prevention Through Environmental Design: Applications of Architectural Design and Space Management Concepts (2nd Edition).*** Oxford: Butterworth-Heinemann. 2000.

CUNTY, C. ; FUSSY, F. ; PEREZ, P. . *Géocriminologie, quand la cartographie permet aux géographes d'investir la criminologie », **Cybergeo: European Journal of Geography, Cartographie, Imagerie, SIG, document 378, 2007.***
Disponível em: <https://journals.openedition.org/cybergeo/7058>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2019.

CUSSON, M. **La délinquance, une vie choisie. Entre crime et plaisir.** Cahiers du Québec/ Collection: "Droit et criminologie". Montréal: Les Éditions Hurtubise HMH Itée, 2005, 226 p.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS. UNIC (Rio de Janeiro) 005/agosto 2009. (DPI/876). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 25/01/2020.

DEL RIO, V. Paisagens, realidade e Imaginário. A percepção do cotidiano. **Paisagens Ambientais e Ensaios** (São Paulo), n. 7, p. 93-101, jun. 1995.

D'ÁVILA, A. P. F. **Sob o signo do desenvolvimento: Apogeu e crise do Polo Naval e Offshore de Rio Grande e suas implicações para o trabalho.** Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná/Setor de Ciências Humanas. Curitiba, 2018. 254p. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/pgsocio/files/2018/07/documento-1.pdf>. Acesso em jun. 2020.

DUARTE, T. S.; PINHEIRO, R. S. Escalas territoriais e as facções no Rio Grande Do Sul: A Expansão do Crime Organizado para a Fronteira do Brasil com o Uruguai. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, n. 34,p.78-98, 2019. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/4378> Acesso em: junho 2020.

FERRARO, K. F. *Fear of Crime: Interpreting Victimization Risk.* New York: **State University of New York Press**, 1995.

FERREIRA, I.C.B.; PENA, N.A. Território da violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (São Paulo), n. 18, p. 155-168, 2005.

FILHO, C. P. C; SEVILLA, G G; AVILA, R. I. . Textos para Discussão FEE N°107. **Faixa de fronteira do Rio Grande do Sul: economia, infraestrutura e gestão do território**. Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Porto Alegre, outubro de 2012.

FREIRE, D. M. Paradigmas de Segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. **Revista brasileira de Segurança Pública**. Ano 3, ed.5, p. 100-112Ago/Set 2009.

GARRIDO, A. C. O. Fatores Sociais de Criminalidade. Disponível em: http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/FATORES_SOCIAIS_DE_CRIMINALIDADE_.pdf. Acesso em: 02 abr. 2020. (s.d)

GÄRTNER, A. Desenho do espaço público como ferramenta para a prevenção da violência. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v2, ed. 3, p. 56-69, Jul/Ago 2008.

HASSNER, P. *La violence etpaix. De la lombeatomique au nettoyageéthinique*. éd. Esprit. Paris, p. 398, 1995.

HILLIER, B.; PENN, A.; HANSON, J.; GRAJEWSKI, T.; XU, J. *Natural movement: or, configuration and attraction in urban pedestrian movement*. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 20, n. 1, p. 29 -66, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Malha Digital Rs**. Disponível em: <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>. Acesso em: abril 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em <https://Cidades.Ibge.Gov.Br/Brasil/Rs/Pelotas/Panorama>. Acesso em: Junho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População Estimada**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em:22 junho 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativas populacionais por município**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/pelotas.html>. Acesso em: 04 de junho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Áreas de influências**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=downloads>. Acesso em: 04 de junho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Regiões de influência das cidades: 2018. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=publicacoes>> Acesso em jan. 2021.

INSTITUTO TÉCNICO DE PESQUISA E ASSESSORIA (ITEPA). **Estrutura empresarial**. Disponível em: <http://www.bancodedadoszonasul.com.br/indicador/estrutura-empresarial>. Acesso em: julho 2020.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão de tradução Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. 3 ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, Coleção cidades, 2011.

KOPITTKÉ, A. L. W. **Segurança Pública Baseada em Evidências**: A revolução das evidências na prevenção à violência no Brasil e no mundo. 2019. 414 f. Tese (Doutorando em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2019.

BRASIL. **Lei 6.634/79**. Lei da Faixa de Fronteira. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6634-2-maio-1979-365762-norma-pl.html>. Acesso em: jun. 2020.

BRASIL. **Lei 5.660**, de 30 de dezembro de 2009. Institui o “condomínio horizontal de lotes” no município de Pelotas, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/pelotas/lei-ordinaria/2009/566/5660/lei-ordinaria-n-5660-2009-institui-o-condominio-horizontal-de-lotes-no-municipio-de-pelotas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 27 out. 2020.

LEMOS, A. F.; REZENDE, E. N. Rede virtual de vizinhos protegidos: Participação social na Segurança Pública. **Revista Brasileira de Ciências Policiais** (Brasília), v. 5, n. 2, p. 89-111, jul/dez. 2014.

LIRA, P. S. **Geografia do Crime e Arquitetura do Medo**: Uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

LONER, B. A.; GILL, L. A.; MAGALHÃES, M. O. **Dicionário de história de Pelotas** (recurso eletrônico). 3. ed. Pelotas: Editora UFPEL, 2017, 295 p.

MAGALHÃES, M. O. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas** (1860-1890). Pelotas: Editora da UFPel, 1993.

MARTINELLI, M. M. **Mapas da Geografia e Cartografia Temática**. São Paulo: Contexto, v. 1, 2008, 110 p.

MELO, R. G. C. Psicologia ambiental: uma nova abordagem da psicologia. **Psicologia USP** (São Paulo), v. 2 n. 1-2 p. 85-103, 1991.

MELO, S. N. **Geografia do Crime**: Análise espacial da criminalidade no município de Campinas-SP. 2017. 2020 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Violência para todos. **Caderno Saúde Pública** (Rio de Janeiro), v. 9, n. 1, p. 65-78, jan/mar 1993.

NEWMAN, O. **Defensible Space**. New York: Macmillan Publishing CO., inc. Third Printing, 1972.

NYGAARD, P. D. **Espaço da cidade, segurança urbana e participação popular**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010. 192 p.

PERES, U. D.; BUENO, S. ; TONELLI, G. M. Os municípios e a Segurança Pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990. **Revista Brasileira de Segurança Pública** (São Paulo), v.10, n. 2, p. 36-56 Agos/Set 2016.

PEREIRA, M. G.; GALVÃO, T. F.; SILVA, M. T. **Saúde baseada em evidências**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

PERFIL SOCIOECONOMICO COREDE (2015). Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Sul>. Acesso em jun. 2020.

PINKER, S. **Os anjos da nossa natureza**: Porque a violência diminuiu. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PINKER, S. Palestra. [mar. 2007]. TED, 2007. Palestra apresentada em conferência oficial do TED. O declínio surpreendente da violência. Disponível em: https://www.ted.com/talks/steven_pinker_the_surprising_decline_in_violence. Acesso em: 07 mar. 2020.

QUINTANILHA, I.C. **A influência da iluminação artificial no comportamento de usuários de praças públicas: O caso da Praça Coronel Pedro Osório**. 2015. 166 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pelotas. Pelotas – RS, 2015.

REDE DE VIZINHOS PROTEGIDOS. Disponível em: <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/portal-pm/13bpm/conteudo.action?conteudo=3223&tipoConteudo=destaque>. Acesso em: novembro de 2020.

RHEINGANTZ, P. A.; AZEVEDO, G. A.; BRASILEIRO, A.; ALCANTARA, D.; QUEIROZ, M. **Observando a qualidade do lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pós-Graduação em Arquitetura, 2009.

RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE VIOLÊNCIA E SAÚDE. Editado por KRUG, E. G.; DAHLBERG, L. L., MERCY, J. A.; ZWI, A. B.; LOZANO R. World report on violence and health. Organização Mundial da Saúde, Genebra. 2002. ISBN 9241545615. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>. Acesso em: abril 2020.

RIBEIRO, L. **Interações espaciais na fronteira Brasil - Paraguai: as cidades gêmeas Foz do Iguaçu e Ciudad del Este**. Dissertação. PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

SABOYA, R. **Sintaxe espacial e teoria do movimento natural**. Disponível em: <https://urbanidades.arq.br/2010/07/25/sintaxe-espacial-e-a-teoria-do-movimento-natural/>. Acesso em: jul. 2020.

SÁ BRITO, N. D. S. **Articulações, Sinergias e Coalizões entre agentes públicos e privados na reestruturação urbana e imobiliária em Pelotas (RS)**. 2018. 331 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 2018.

SALLA, F.; ALVAREZ, M. C.; HILDEBRAND, A. Oi; ROCHA, T. T. da. Violência e a gestão das fronteiras do Brasil. **Segurança, Justiça e Cidadania: Fronteiras, Armas e Drogas**, v. 8, p. 9-28, 2014. ISSN 2178-8324.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. 2. Reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, J. V. T. Violências, América Latina: a disseminação de formas de violência e os estudos sobre conflitualidades. **Sociologias**, nº 8, p. 16-32, 2002.

SOARES, P.R.R.; UEDA, V. Cidades médias e modernização do território no Rio Grande do Sul. In: SPOSITO, M.E.B. (org.) **Cidades Médias**: Cidades em Transição. Expressão Popular (São Paulo), p. 379-411, 2007.

SOARES, L. E. Novas políticas de segurança pública. **Estudos avançados** (São Paulo), Editora Revista, v. 17 n. 47, p. 75-96, jan./abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a05v1747.pdf>. Acesso em: março 2020.

SOUZA, M. J. N.; COMPANS, R. **Espaços urbanos seguros**: a temática da segurança no desenho da cidade. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 11, n. 1, p. 9-24, maio 2009.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA (SSP). **Dados Criminais**. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-criminais>. Acesso em: 12 de junho de 2020.

SHERMAN, L. W. **Policimento baseado em evidências**. Police Foundation. p. 1-15, July 1998. Disponível em: <https://institutocidadessegura.com.br/wp-content/uploads/2019/09/02-ISP-Policimento-Baseado-em-Evid%C3%A2ncias.pdf>. Acesso em jan. 2020.

SILVA, L. A. M.; **Sociabilidade violenta**: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

TUAN, Yi – Fu, 1930- **Paisagem do medo**. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TUAN, Yi- Fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS (UCPel). Disponível em:
<https://www.ucpel.tche.br/sobre>. Acesso em: Julho de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE Pelotas (UFPel). Disponível em: <http://portal.ufpel.edu.br/>.
Acesso em: julho de 2020.

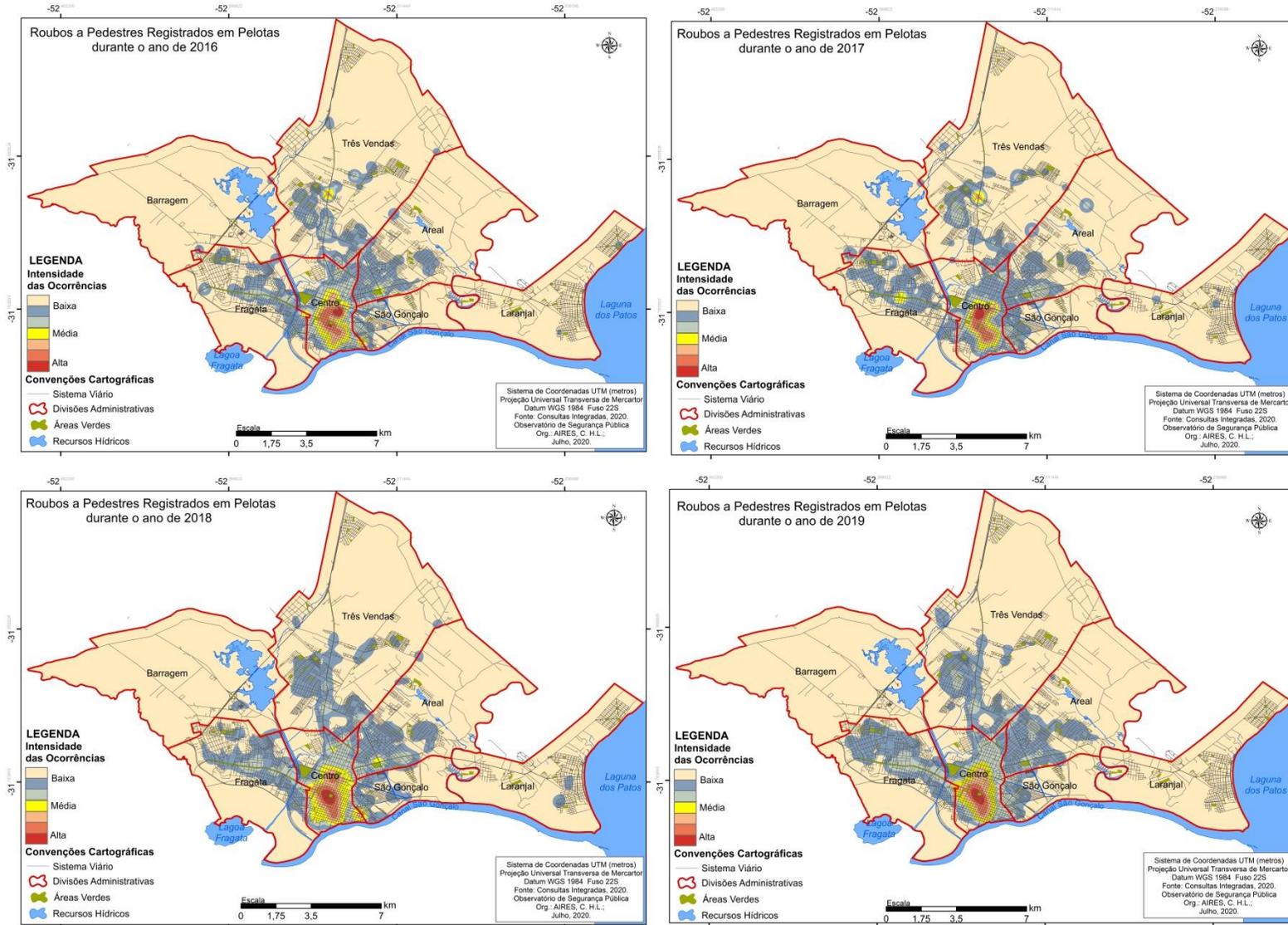
WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**; Revista. Social USP, São Paulo, v. 9 n. 1, p. 5-41, mai. 1997.

XAVIER, L. N. **Política Pública de Segurança**. Fortaleza: LCR, 2012. p. 832.

ZAMPIERI, F. L. L. **Modelo estimativo de movimento de pedestres baseado em sintaxe espacial, medidas de desempenho e redes neurais artificiais**. 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre –RS, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Mapas com os cenários de roubos a pedestres dos anos de 2016 a 2019



APÊNDICE B - Questionário aplicado para verificação da Percepção de Segurança na Praça Coronel Pedro Osório.

Questionário sobre _ A Influência de Características Físico - espaciais na ocorrência de Crimes e na Percepção de Segurança em áreas Verdes: O caso da Praça Coronel Pedro Osório.

Olá!

Antes de tudo agradecemos muito pelo seu interesse em colaborar com nossa pesquisa. Esta pesquisa tem objetivo acadêmico, ou seja, as informações prestadas aqui são sigilosas e sua participação é anônima.

Não existe resposta certa ou errada. Nós queremos saber a sua opinião sobre a percepção de segurança na Praça Coronel Pedro Osório. Esta pesquisa será apresentada em forma de artigo. A última questão reserva espaço para seu e-mail, caso queira receber uma cópia dessa publicação.

Obrigada pela sua participação.

Cintia Helenice Löper Aires _ Mestranda do Curso de Geografia

E-mail: cintiaires1@hotmail.com

A pesquisa faz parte do estudo relacionado a possível correlação de oportunidade de crimes patrimoniais e as áreas verdes. O questionário irá auxiliar neste entendimento, terá como base a concepção de moradores de Pelotas em relação a Percepção de (In) segurança na Praça Coronel Pedro Osório. O estudo está sendo realizado em virtude do grande número de casos de roubos no entorno da praça.

Considere as informações abaixo para responder às próximas questões:

1. Roubo a Pedestre: É quando a vítima é assaltada na rua.
2. Roubo de Veículo: É quando o veículo é roubado com a presença da vítima.
3. Furto de Veículo: É quando o veículo é levado sem a presença da vítima.
4. Furto em veículo: É quando ocorre o furto de objetos do interior do veículo sem a presença da vítima.

***Obrigatório**

4. 4. Essa sua percepção de SEGURANÇA ou INSEGURANÇA impede ou reduz o uso da Praça Coronel Pedro Osório durante o DIA? *

Selecione todas as opções aplicáveis.

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

5. 5. Com relação a SEGURANÇA quanto a crimes durante o NOITE, você considera a Praça Coronel Pedro Osório: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Muito Segura Muito Insegura

6. 6. Essa sua percepção de SEGURANÇA ou INSEGURANÇA impede ou reduz o uso da Praça Coronel Pedro Osório durante o NOITE? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

7. 7. Você acha que, durante a NOITE, a Praça Coronel Pedro Osório é? *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Muito bem iluminada Muito mal iluminada

8. 8. Quais destes fatores você acha que contribuem para a INSEGURANÇA na Praça Coronel Pedro Osório, durante o DIA? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Existência de visibilidade entre a praça e a rua
- Falta de visibilidade entre a praça e a rua
- Existência de muros e/ou paredes cegas
- Presença de vegetação
- Ausência de vegetação
- Movimento intenso de pessoas
- Falta de movimento de pessoas
- Existência de locais para fugir
- Ausência de locais para fugir
- Existência de guaritas de segurança
- Inexistência de guaritas de segurança
- Existência de câmeras de vigilância
- Inexistência de câmeras de vigilância
- Nenhum destes fatores

9. 9. Quais destes fatores você acha que contribuem para a INSEGURANÇA na Praça Coronel Pedro Osório, durante o NOITE? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Existência de visibilidade entre a praça e a rua
- Falta de visibilidade entre a praça e a rua
- Existência de muros e/ou paredes cegas
- Presença de vegetação
- Ausência de vegetação
- Movimento intenso de pessoas
- Falta de movimento de pessoas
- Existência de locais para fugir
- Ausência de locais para fugir
- Existência de guaritas de segurança
- Inexistência de guaritas de segurança
- Existência de câmeras de vigilância
- Inexistência de câmeras de vigilância
- Boa iluminação
- Falta de iluminação
- Nenhum destes fatores

10. 10. Tempo que você usa ou passa pela Praça Coronel Pedro Osório: *

Marcar apenas uma oval.

- Entre 1 e 2 anos
- Entre 2 e 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 10 e 20 anos
- mais de 20 anos

11. 11. Sexo do respondente: *

Marcar apenas uma oval.

- Feminino
- Masculino

12. 12. Nível escolar: *

Marcar apenas uma oval.

- Fundamental incompleto
- Fundamental completo
- Médio incompleto
- Médio completo
- Superior incompleto
- Superior completo

13. 13. Faixa etária: *

Marcar apenas uma oval.

- Entre 18 e 34 anos
- Entre 35 e 49 anos
- Entre 50 e 59 anos
- Acima de 60 anos

14. 14. Qual Região Administrativa você mora? *

Marcar apenas uma oval.

- Areal
- Barragem
- Centro
- Fragata
- Laranjal
- São Gonçalo
- Três Vendas

15. 15. Deixe seu e-mail caso queira receber cópia do artigo

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários